

Editorial

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 839

26 de Janeiro de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Na via do XIII Congresso (Extraordinário)

Neste conturbado final do primeiro mês da década de 90 que se apresenta tão nebulosa e fértil de interrogações, o povo português tem a possibilidade de aferir de novo do comportamento, da maturidade e da capacidade de resposta das suas forças políticas e sociais mais representativas face às grandes questões da actualidade.

Nas conclusões tiradas sobre os resultados eleitorais e políticos da batalha das autárquicas de 17 de Dezembro de 89:

No balanço dos êxitos e dos insucessos, no curar das feridas, no «arrumar das casas» após a refrega;

No tomar das coordenadas da «meteorologia política» do mundo e do «micro-clima» nacional;

Na redefinição estratégica nas actuais condições para o enfrentamento das novas realidades e para o ataque às complicadas questões que a hora presente coloca na ordem do dia.

Em tão diversos aspectos ficaram patentes a visão política (rasgada ou tacinha) e o carácter de classe dos principais partidos e organizações do espectro político e social português contemporâneo.

No plano político deve destacar-se:

A remodelação do Governo de Cavaco Silva, a reunião do Conselho Nacional do PSD, a marcação do Congresso dos social-democratas para o mês de Abril;

A reunião da Comissão Nacional do PS e os preparativos para o Congresso dos socialistas a realizar em Março;

As reuniões dos organismos dirigentes do PRD e da UDP;

A reunião do Conselho Nacional do CDS e a marcação do Congresso dos centristas para a primeira semana de Março;

Em outras áreas o «render da guarda» dos diversos órgãos autárquicos de acordo com o veredicto eleitoral e o reactivar dos trabalhos parlamentares na Assembleia da República onde as questões da Comunicação Social com a criação da Alta Autoridade e o projecto de extinção do Conselho de Imprensa se tornam quentes.

No plano social, remexidas na «concertação»; criação de duas novas confederações patronais rivais - a CNEPE e a COEP; diferente reposicionamento da CGTP-IN e da UGT face às questões sociais do momento actual e em perspectiva; primeiros confrontos no reajustamento da Contratação Colectiva do Trabalho para 1990.

Necessariamente, também um grande partido democrático profundamente enraizado na classe operária e na realidade portuguesa, como o PCP, procede ao exame das novas condições políticas e das novas realidades em que se insere a sua acção, reactiva todo o seu trabalho, prepara com afinco o seu XIII Congresso (extraordinário).

No último domingo, numa importante reunião nacional dos autarcas comunistas entre os quais na quase totalidade os presidentes eleitos para as 50 Câmaras Municipais presididas pela CDU, foram submetidas ao debate as novas condições de acção após as eleições, a política de alianças e entendimentos para a gestão autárquica e a problemática do Poder Local na actualidade.

No início da semana em curso, terça e quarta-feira, reuniu o plenário do Comité Central do PCP que debateu as principais questões e tarefas imediatas que solicitam a actividade e a atenção política dos comunistas portugueses.

Da reunião saíram duas Resoluções, uma sobre a Situação Política Nacional e outra sobre a realização do XIII Congresso (extraordinário) do Partido que neste número do «Avante!» publicamos e cuja atenção e estudo recomendamos aos nossos leitores.

No exame da situação política nacional foram debatidos com particular realce os desenvolvimentos mais recentes que são esclarecedores das duas características principais do momento actual: o notório enfraquecimento e o crescente isolamento do Governo de Cavaco Silva e do PSD que dão maior relevo a condições mais favoráveis para as forças democráticas depois das eleições de 17 de Dezembro.

Na análise do CC do PCP a redução da base eleitoral e política do Governo PSD de Cavaco Silva mostra que a legitimidade institucional do Governo não corresponde já hoje notoriamente legitimidade política.

É um factor que não pode deixar de ser considerado pelas forças democráticas no momento actual quando, após a remodelação do Governo, se verifica a continuação e intensificação do processo contra-revolucionário sob a égide do cavacismo com o apoio das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa. Notoriamente Cavaco Silva não tirou da derrota as cruciantes lições.

O cavacismo mal ferido pelos sucessivos desaires sofridos nas eleições para o Parlamento Europeu e agora numa escala mais vasta nas eleições para as autarquias locais retomou já em grande nos últimos dias com toda a sua

carga antipopular e antinacional, o processo restauracionista dos monopólios e do seu poder político de que é claramente um precursor e germen.

O povo português está já a sofrer na carne, nas suas condições de vida, nos direitos e garantias sociais dos trabalhadores, as consequências nefastas das alterações antidemocráticas introduzidas na Constituição da República pelo PSD, decisivamente apoiado nos aspectos mais gravosos da revisão constitucional pelos votos do PS.

No retomar da escalada das reprivatizações das empresas do Sector Público e Empresarial do Estado de maior projecção na actividade económica nacional já depois da remodelação do Governo, está agora em processo - com os da Quimigal, da Setenave, da Rodoviária, da Petrolgal e outras - a reprivatização da Siderurgia Nacional que o Grupo Champalimaud, seu antigo detentor, se prepara para recuperar beneficiando da excepcional revalorização das indemnizações pelas expropriações por nacionalização após o 25 de Abril.

A ofensiva de destruição da Reforma Agrária foi retomada pelo novo ministro da Agricultura, continuador da obra de devastação e de escândalo do ex-ministro Álvaro Barreto.

A política social do Governo, nas suas características salariais mais duras para os trabalhadores, continua sob a direcção do novo ministro das Finanças que segue impondo tectos salariais injustos submetidos a uma taxa de inflação fictícia sem nenhuma relação com os seus valores reais que se pretende impor na revisão da contratação colectiva que afectará mais de 1 milhão de trabalhadores.

A oposição crescente a esta política social pela maioria dos portugueses torna oportuna - como salientou Álvaro Cunhal na conferência de imprensa no fim dos trabalhos do Comité Central - a contestação da legitimidade da pretensão do Governo de conduzir a política do país invocando a maioria conjuntural que alcançou nas legislativas de 1987.

O CC do PCP abordou aprofundadamente a preparação do XIII Congresso (extraordinário) apontando a sua realização em data ainda por precisar para a primeira quinzena de Maio. Congresso extraordinário, convocado por motivos extraordinários, alguns já previstos durante a realização do XII Congresso do Porto em Dezembro de 1988, vai ser chamado a examinar e debater três pontos que a Resolução aprovada na Reunião do CC lhe atribuiu.

O primeiro, os acontecimentos, situação e evolução na URSS e noutros países socialistas, seu significado e consequências na situação internacional, na luta dos trabalhadores e dos povos do mundo e no movimento comunista e operário;

O segundo, o rápido avanço do processo de restauração do capitalismo monopolista em Portugal, a crescente penetração do capital estrangeiro e a degradação da democracia política que se verificam simultaneamente com a redução da base de apoio do Governo e novas perspectivas de uma alternativa democrática à política à direita;

O terceiro, o ideal comunista e a identidade do Partido Comunista Português e orientações e medidas políticas, ideológicas, de direcção, de organização, de informação e propaganda e de gestão dos recursos humanos e materiais para o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção na vida nacional na nova situação criada pela evolução da situação nacional e internacional.

O Comité Central atribuiu uma grande importância à participação democrática de todos os militantes do PCP na preparação do Congresso, na discussão e elaboração das suas Teses, cujos projectos serão examinados numa nova reunião do CC a realizar em princípios de Março.

A reflexão, a iniciativa, a intervenção e a contribuição colectiva e individual de todos os militantes nos trabalhos preparatórios do Congresso são indispensáveis para que os seus objectivos sejam atingidos e o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção seja alcançado.

Ao «Avante!» foi atribuído um importante papel na fase de preparação do Congresso com a abertura das suas colunas ao diálogo e à opinião dos membros do Partido logo após a aprovação dos projectos de Teses.

O XIII Congresso (extraordinário) do PCP destina-se a colocar o Partido à altura das suas responsabilidades na luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI e no advento do Socialismo em Portugal preconizados pelo XII Congresso.

Como é dito na Resolução: «Os comunistas portugueses têm consciência de que o seu Partido - o PCP - é um Partido não só necessário como indispensável e insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, em defesa do regime democrático e da Independência nacional, na perspectiva da construção futura em Portugal de uma sociedade socialista».

Resumo

17

Quarta-feira

Delegações do Conselho de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas transmitem à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias as suas reservas e preocupações em relação à criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social ■ É proibida a venda de peixe fresco em Porto Santo devido à mancha de mais de 150 toneladas de crude que continua a alastrar ■ PCP apresenta em conferência de imprensa propostas para minimizar os efeitos dos temporais na agricultura ■ Unidades das FAPLA travam combates com as tropas da UNITA na região de Mavinga, no Kuando-Kubango ■ Realizam-se conversações entre o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, e o seu homólogo israelita, Moshe Arens, que decidiram a abertura de uma embaixada de Portugal em Israel ■ Azerbejanis bloqueiam estradas na República do Azerbaijão tentando impedir a passagem das tropas enviadas para pôr fim aos confrontos.

18

Quinta-feira

É apresentado na AR o projecto do PCP sobre o seguro agrícola ■ Os trabalhadores da Sorefame da Amadora efectuam uma greve de duas horas exigindo a satisfação das suas reivindicações ■ Estudantes da Escola Secundária de Santo António do Barreiro concentram-se no exterior do estabelecimento em protesto contra o facto de o Ministério não ter renovado o contrato dos funcionários, o que impede o funcionamento da escola ■ O primeiro-ministro checoslovaco, Marian Calfa, demite-se do Partido Comunista da Checoslováquia ■ O Conselho da Frente de Salvação Nacional da Roménia decide anular os referendos sobre a legalização do Partido Comunista e a uma eventual reintrodução da pena de morte ■ Agravam-se a situação no Cáucaso soviético tendo sido declarada uma greve geral em Baku ■ O Governo húngaro exige a retirada das tropas soviéticas estacionadas no seu território ■ O antigo chefe de Estado búlgaro e secretário-geral do PCB, Todor Jivkov é colocado sob prisão domiciliária ■ O Parlamento Europeu solicita que o lugar do Camboja nas Nações Unidas seja bloqueado até à realização de eleições livres no país.

19

Sexta-feira

Começa uma greve de três dias dos controladores de tráfego aéreo ■ Realiza-se uma conferência de imprensa do PCP sobre as questões de saúde, em que é anunciada a intenção de apresentar na AR dois projectos de Lei nesta área ■ O ministro angolano da Justiça, Van Dunem, é recebido em Lisboa pelo Presidente da República e pelo Primei-

ro-Ministro ■ O jornal soviético *Pravda* alerta para que a situação do Cáucaso se pode transformar numa tragédia nacional ■ Os deputados do Parlamento europeu exprimem o seu profundo desacordo com a invasão militar norte-americana no Panamá e exigem a retirada imediata das tropas de ocupação.

20

Sábado

Os autarcas da CDU efectuam um encontro na sede do PCP em Lisboa ■ Reúne-se a comissão nacional do PS que aprova uma moção de apelo a Mário Soares para que se recandidate à Presidência da República em 1991 ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro recusa-se a tecer considerações sobre a repressão sangrenta ocorrida na semana passada em Timor-Leste ■ O exército soviético controla a cidade de Baku, onde é instalado o estado de emergência ■ O presidente do governo militar do Haiti decreta o estado de sítio em todo o país ■ Começa o congresso extraordinário da Liga dos Comunistas Jugoslavos que deverá durar quatro dias ■ Fracassa, no Norte do Líbano, a greve geral convocada pelo general Aoun.

21

Domingo

Termina a greve dos sinaleiros do céu que durante três dias obrigou ao cancelamento dos voos internacionais e domésticos nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro ■ O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Duarte Lima, rejeita o possível renascimento da AD e afirma que Freitas do Amaral não irá a ministro das Finanças à boieira do PSD ■ Militantes muçulmanos e tropas governamentais defrontam-se a tiro em Srinagar, no Estado indiano de Caxemira ■ Os sindicatos dos jornalistas e dos proprietários dos jornais libaneses anunciam em Beirute uma série de acções contra as medidas do general Michel Aoun ■ Uma reunião de emergência do SED/PSD da República Democrática Alemã, anuncia a expulsão do partido de Egon Krenz, ex-primeiro ministro do país.

22

Segunda-feira

A coligação «Por Lisboa» toma posse da Câmara de Lisboa ■ O Corpo de Intervenção da PSP dispersa os populares que bloqueiam, na estação de Oeiras, a circulação de comboios da linha de Cascais ■ O grupo parlamentar do PCP divulga um projecto de deliberação que vincula a Assembleia da República a definir um calendário para a aprovação da lei-quadro da regionalização ■ Representantes das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas do Alentejo exigem que o Governo adopte medidas urgentes face às consequências dos temporais ■ O cardeal patriarca de Lisboa, António Ribeiro, promulga o estatuto

económico do clero que permitirá aos padres optarem por um salário ■ Uma delegação da Confederação das Organizações Empresariais Portuguesas é recebida na sede da CGTP-IN por dirigentes sindicais ■ O Soviete Supremo do Azerbaijão lança um verdadeiro ultimato ao governo da União exigindo o levantamento do Estado de emergência na república ■ O governo do Haiti procede à expulsão sistemática de todas as personalidades ligadas à oposição ■ Os chefes de Estado dos países da Linha da Frente encontram-se reunidos na capital da Zâmbia.

23

Terça-feira

O Comité Central do PCP reúne-se para analisar a situação política e preparar o próximo congresso do Partido ■ É divulgado em conferência de imprensa o acordo programático que chegaram as direcções concelhias do PCP e do PS quanto à gestão da Câmara de Loures ■ A greve parcial dos maquinistas da CP continua com adesões de cem por cento dos comboios de mercadorias ■ A África do Sul invade território do sul de Angola, Mavinga, com forças especiais aerotransportadas que combatem ao lado da Unita ■ Começa em Genebra a 13.ª sessão de negociações sobre armas nucleares de longo alcance e espaciais ■ Os jornalistas libaneses realizam uma greve para protestarem contra as medidas censórias impostas pelo general Aoun no país ■ A polícia do Haiti invade as instalações de todas as emissoras independentes da ilha e impede a transmissão dos noticiários.

24

Quarta-feira

Termina reunião do Comité Central do PCP que aponta a realização do XIII Congresso extraordinário para a primeira quinzena de Maio ■ Os alunos do Ramo Educacional da Faculdade de Letras de Lisboa entram em greve, protestando contra a falta de resposta do Conselho Directivo face ao estado de degradação do edifício ■ O ministro da Administração Interna, Manuel Pereira, afirma que a violência desencadeada pelos grupos de *skinheads* não constitui um perigo nacional ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local denuncia que o acréscimo salarial decorrente da aplicação do Novo Sistema Retributivo da função pública foi absorvido pela inflação ■ O primeiro-ministro cambojano, Hun Sen, declara que não aceitará a presença das Nações Unidas no país, enquanto não for resolvida a situação do Camboja naquela organização ■ É apresentado na Bulgária o projecto de nova Constituição que suprime o papel dirigente da classe operária e elimina as alusões à ideologia marxista-leninista ■ Centenas de pessoas manifestam-se em Bucareste contra a decisão do Conselho da Frente de Salvação Nacional de concorrer às próximas eleições.

Avante!

Procuradores de todos os países: UNI-VOS

O jornal

dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa

COLEX, Tel. 76 83 45

DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa

COLEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA

Rua de São Bernardo, 14, 2.º

1200 Lisboa

Capital social: 15 000 000\$000

CRC matricada: 47059

NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: CDI, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais:

Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -

1100 Lisboa

Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa

Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º

- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA

Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova

2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º

Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º

Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto:

R. Miguel Bombarda, 578 -

4000 Porto

Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:

Terrreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra

Tel. 28394

Composto e impresso na Heska

Portuguesa - R. Elias Garcia, 27

Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Resolução do CC sobre o XIII Congresso (Extraordinário)

Teses em debate no Partido no princípio de Março

1. A convocação pelo Comité Central, ao abrigo do art.º 27, n.º 6 dos Estatutos, do XIII Congresso (Extraordinário) foi determinada por modificações importantes na situação nacional e internacional exigindo do Partido novas análises e novas orientações e decisões incluindo as respeitantes ao seu próprio reforço político e orgânico.

2. A situação internacional sofreu após o XII Congresso, realizado em Dezembro de 1988, profundas alterações em resultado dos acontecimentos e da evolução vertiginosa da situação numa série de países socialistas da Europa. Esses acontecimentos exigem que se faça o ponto da situação e se examine as suas causas, o seu significado, as suas perspectivas e as suas consequências na situação mundial e muito particularmente do seu significado e implicações no que respeita à luta de libertação dos trabalhadores e dos povos do mundo e ao ideal comunista, ao movimento comunista e operário, aos objectivos e à luta do nosso próprio Partido.

3. No que respeita à situação nacional, já quando da realização do XII Congresso em Dezembro de 1988 se admitia que, como resultado da revisão da Constituição que então o PSD preparava contando com a colaboração do

PS, pudessem vir a verificar-se alterações nas estruturas socioeconómicas e no regime democrático suficientemente importantes para exigirem novas análises e a eventual redefinição de objectivos e de tarefas do Partido definidos no XII Congresso. A revisão da Constituição confirmou as apreensões e previsões do PCP e abriu caminho à intensificação das ofensivas antidemocráticas do Governo, a uma aceleração do processo contrarrevolucionário e a uma nova etapa de restauração do capitalismo monopolista, intensificada no quadro da integração na CEE, com profundas consequências na vida económica, social, política e cultural do País.

4. Confirmando as conclusões do XII Congresso, o Governo de direita mostrou ser incapaz de resolver os problemas nacionais e agravou com a sua política a situação social. Mas não se verificaram apenas elementos negativos da situação nacional no ano decorrido após a realização do XII Congresso. O Governo perdeu grande parte da sua base de apoio eleitoral, ao mesmo tempo que se desenvolve contra o Governo uma ampla movimentação abrangendo sectores de tradicional apoio eleitoral aos partidos de direita, e se deram no decurso de 1989, e designadamente nas eleições autárquicas, significativos passos na convergência e acção comum das forças democráticas.

5. Torna-se assim indispensável proceder a um exame actualizado da situação económica, social e política do País, à definição de orientações correspondentes e às tarefas imediatas e mediatas do Partido.

6. Por virtude dos acontecimentos e alterações da situação, o Partido necessita de estar em condições de continuar a ter na vida nacional uma intervenção, por vezes decisiva, na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, das conquistas populares, do regime democrático e da independência nacional. Daí a necessidade de se considerarem e definirem orientações e medidas concretas relativas à Direcção, à organização, à informação e propaganda, à gestão dos recursos do Partido, à acção política e ideológica e à ligação com as massas.

7. Todas estas complexas situações e problemas exigindo do Partido novas definições, orientações e decisões poderiam ser debatidas em iniciativas diversas, nomeadamente Conferências Nacionais como alguns camaradas propunham. Considerando porém a relação entre todas elas e a importância excepcional que terão necessariamente algumas decisões a tomar, e considerando igualmente as preocupações, insatisfação e justas exigências dos militantes, concluiu-se que para

possibilitar um debate e conclusões com alcance mais largo e aprofundado e decisões mais rigorosas é mais adequada a realização de um Congresso extraordinário (o XIII Congresso) do PCP.

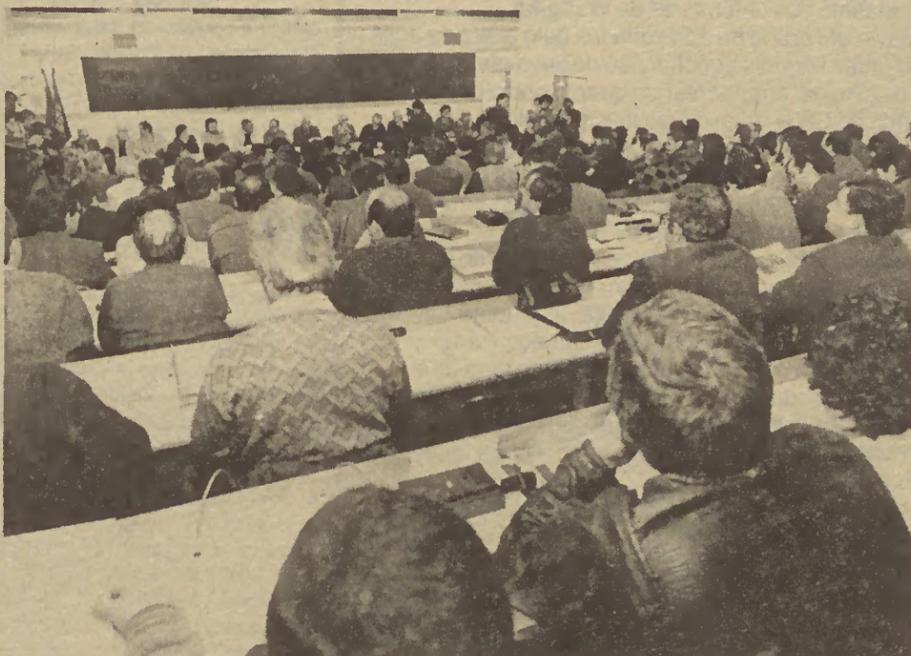
8. Não se trata da antecipação do Congresso ordinário do Partido. O XII Congresso realizado em Dezembro de 1988 constituiu uma vigorosa afirmação do Partido, dos seus objectivos, da sua democracia interna, da sua unidade e da sua intervenção na vida nacional como grande força da democracia portuguesa, inteiramente ao serviço do povo e do País. Aprovando o novo Programa do Partido — «Por uma democracia avançada no limiar do século XXI» —, procedendo a importantes alterações dos Estatutos, procedendo a uma profunda renovação do Comité Central e seus organismos executivos, o XII Congresso analisou a evolução da situação desde o anterior Congresso ordinário realizado em Dezembro de 1983, redefiniu os seus objectivos a curto, a médio e a longo prazo e traçou grandes linhas de orientação relativas a todos os aspectos da sua actividade. Em relação a aspectos concretos da situação há conclusões e precisões do XII Congresso que exigem correcção. Mas o facto não põe em causa o valor, a actualidade e a validade das suas conclusões e decisões fundamentais.

9. O XIII Congresso (Extraordinário) não tem pois como objectivo substituir ou rever o Programa do Partido, que é importante tornar mais largamente conhecido, nem tem de rever os Estatutos, pois (com as alterações também aprovadas no XII Congresso) os seus princípios são suficientemente flexíveis para neles poderem caber soluções que correspondam às exigências do reforço do Partido e do papel que a este cabe desempenhar na vida nacional. O XIII Congresso (Extraordinário) não terá igualmente como objectivo eleger um novo Comité Central.

10. O XIII Congresso, sendo um Congresso extraordinário é convocado com objectivos extraordinários, ou seja, para em conclusão de um debate livre e democrático a realizar em todo o Partido, proceder à análise das situações e problemas resultantes das modificações na situação nacional e internacional verificadas desde o XII Congresso e em consequência definir objectivos, orientações e tarefas.

11. Por todas estas considerações, o Comité Central (por força do art.º 27, n.º 6 dos Estatutos) aprova três pontos para a ordem de trabalhos do XIII Congresso (Extraordinário):

1.º — Os acontecimentos, situação e evolução na URSS e noutros países socialistas, seu



XII Congresso do PCP

As sessões do Congresso • Intervenções sobre sectores da actividade central do Partido, das organizações regionais, de delegados • Relatórios das comissões do Congresso • Saudações das delegações estrangeiras • Programa do PCP • Estatutos • Resolução política • Moções aprovadas • Composição do Comité Central eleito • Mensagens e saudações enviadas ao Congresso

Documentos políticos
do PCP — Série especial
• 430 páginas



A fuga

Há dias, numa Escola Secundária da capital, uma professora de Português apresentou aos seus alunos do 7º ano — 13 ou 14 anitos de animada adolescência — dois contos à escolha, para serem estudados. Um era o «Arroz do Céu», de José Rodrigues Miguéis. O outro era «A Fuga de Wang-Fô», dos «Contos Orientais», de Marguerite Yourcenar. E narrou-lhes brevemente os respectivos entrecchos, para que pudessem optar com algum conhecimento de causa.

A propósito do «Arroz do Céu» os jovens ouviram dizer que se tratava da história de um emigrante da Lituânia ou da Estónia que trabalhava como limpa-vias no metropolitano de Nova Iorque e que um dia, num respiradouro, deparou com um prodígio inexplicável: da grelha, que ele ignorava estar junto à entrada de uma igreja, onde regularmente se realizavam casamentos, chovia arroz abundante e de qualidade. «Carolino!», arregalava-se a mulher do pobre limpa-vias quando este, após prudentes hesitações em se apropriar de algo que inequivocamente vinha do Alto, lhe apresentou o milagre em saquinhos que passou também regularmente a encher e a levar para casa, alimentando assim a família. Perante o maná prodigioso e sem dúvida divino, a família do limpa-vias passou a chamar de «arroz do céu» ao carolino que escorria dos noivos para a sua panela, conclusão que Rodrigues Miguéis comenta magnificamente dizendo: «Isto porque o céu do limpa-vias era a rua que os outros pisavam».

Quanto à «Fuga de Wang-Fô» a turma soube que este era um pintor ao serviço de um mandarim, o qual cresceu rodeado dos quadros que Wang-Fô produzia expressamente para o seu senhor. Um dia o mandarim saiu do palácio numa visita ao seu reino e ficou chocado com o que viu, pois a realidade era muito mais feia e imperfeita que as paisagens e a vida retratadas pelo pintor. A sua fúria foi tal que condenou Wang-Fô à morte imediata, o que só não se consumou porque um discípulo do mestre se interpôs no caminho da espada e morreu por ele. Impressionado, o mandarim consentiu na concretização do último pedido de Wang-Fô: acabar uma paisagem marítima em que estava a trabalhar; no final seria executado, como o previsto. O pintor lançou mãos à obra: abriu a praia, alinhou o horizonte oceânico, desenhou um barco, representou-se a si próprio dentro dele e fugiu pelo interior da paisagem que pintara.

Sabendo isto, os jovens estudantes da turma lançaram-se entusiasticamente na discussão. Emergiram grupos, claques, líderes e correntes de opinião, tudo espontaneamente e a demonstrar mais uma vez que a discussão democrática é sempre criativa. Depois da natural bagunça inicial as escolhas começaram a embarcar cada vez mais no barco de Wang-Fô, geralmente fascinadas pelo lado fantástico da história e, aqui e ali, pressentindo as potencialidades do conto para a exploração de apaixonantes antinomias — realidade e ficção, e vida, criação e representação, etc. Concomitantemente o «Arroz do Céu» foi perdendo terreno e adeptos, não por defeitos próprios mas pela tenacidade e entusiasmo dos defensores de Wang-Fô. Todavia um grupo de apaixonados pelo conto de José Rodrigues Miguéis também não deixava créditos por mãos alheias, argumentando quanto podia em favor do «Arroz do Céu», num difuso fascínio pelo conteúdo sócio-económico-cultural do tema. E tal pertinácia puseram na sua exposição que, a meio da disputa, conseguiram atrair a atenção da parte da turma que se passeava pela embarcação de Wang-Fô.

— Mas afinal do que se trata nesse «Arroz do Céu?» — perguntaram uns, com a sobranceria do cliente à espera que lhe amimem a compra do produto. — É uma história de pobres... — começou um dos defensores do limpa-vias, fazendo peito para uma circunstanciada argumentação. Não lhe deram tempo: rápidos e definitivos, os outros desiludiram-no: — História de pobres?!... Queremos a Fuga, queremos a Fuga!!!

Por respeito à hermenêutica devia encerrar aqui a história, mas não resisto a acrescentar-lhe uma reflexão: num País onde a pobreza é óbvia por muita ser, torna-se inquietante que juventude nascida depois do 25 de Abril já se refugie na recusa repugnada do tema, em detrimento da curiosidade indignada de outros tempos. A política elitista, individualista e de feroz competição meticulosamente disseminada pelo Governo de Cavaco Silva e quejandos, já está a dar os seus frutos.

Que não caem do céu mas envenenam na terra e donde não se pode fugir, nem no barco do pintor.

■ H.C



Resolução do CC sobre o XIII Congresso

Continuado da pág. 1

significado e consequências na situação internacional, na luta dos trabalhadores e dos povos do mundo e no movimento comunista e operário.

2.º — O rápido avanço do processo de restauração do capitalismo, monopolista em Portugal, a crescente penetração do capital estrangeiro e a degradação da democracia política que se verificam simultaneamente com a redução da base de apoio do Governo e novas perspectivas de uma alternativa democrática à política de direita.

3.º — O ideal comunista e a identidade do Partido Comunista Português e orientações e medidas políticas, ideológicas, de direcção, de organização, de informação e propaganda e de gestão dos recursos humanos e materiais para o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção na vida nacional na nova situação criada pela evolução da situação nacional e internacional.

12. O Comité Central submeterá ao debate livre e democrático a realizar em todas as organizações do Partido «Teses» respeitantes a estes três pontos da Ordem de Trabalhos do Congresso.

13. O Comité Central atribui à Comissão Política e ao Secretariado em conjunto a responsabilidade da elaboração do «Projecto de Teses» referentes ao 1.º ponto; à Comissão Política a elaboração do «Projecto de Teses» referente ao 2.º ponto; ao Secretariado em estreita ligação com a Comissão Política e a Comissão Central de Controlo e Quadros o «Projecto de Teses» referente ao 3.º ponto.

Para a realização deste seu trabalho a Comissão Política e o Secretariado do Comité Central, no aprofundamento dos estudos e análises anteriormente realizados, deverão criar grupos de trabalho, apoiar-se nas Comissões e estruturas partidárias existentes, proceder a amplas consultas a organizações e membros do Partido.

14. A fim de examinar os projectos e proceder à aprovação das «Teses» a sujeitar à apreciação e debate de todo o Partido e designar as Comissões de Redacção respectivas, às quais caberá a redacção definitiva dos documentos a submeter ao Congresso, o Comité Central realizará uma nova reunião plenária em princípios do mês de Março.

15. Na reunião plenária de princípios de Março o Comité Central aprovará também para imediata divulgação o Regulamento da fase preparatória do XIII Congresso, relativo à apreciação e debate das «Teses» e à eleição dos delegados ao Congresso, assim como o Projecto de Regulamento do Congresso a ser confirmado em definitivo pelo próprio Congresso.

Desde já o Comité Central decide como normas a incluir no Regulamento da fase preparatória:

a) O debate das «Teses» e a eleição dos delegados far-se-á em Assembleias Plenárias das organizações com mais de 100 membros do Partido inscritos, convocados para o efeito pelos organismos de direcção respectivos.

b) Quando o número de inscritos de uma organização não atinja os 100 membros do Partido os organismos dirigentes imediatamente superiores poderão juntar os membros de várias organizações numa mesma Assembleia Plenária.

c) Os participantes têm pleno direito de expressar livremente a sua opinião e de fazer propostas que a mesa do plenário transmitirá no imediato para consideração às Comissões de Redacção criadas pelo Comité Central.

d) Além das Assembleias Plenárias, o debate das «Teses» pode e deve fazer-se nos diversos organismos e organizações.

e) Todas as organizações e membros do Partido poderão também enviar directamente às Comissões de Redacção ou aos organismos executivos do CC, as suas opiniões e propostas.

f) Para a eleição de delegados é fixada a quota de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos, podendo

a eleição ser feita por braço levantado ou por voto secreto segundo a decisão das próprias assembleias plenárias.

g) Além dos delegados eleitos são considerados delegados por inerência os membros do Comité Central, do Executivo da Direcção Nacional da JCP e, em razão de tarefas que executem, um número de membros do Partido indicado pelo Comité Central não excedendo 1% dos delegados eleitos.

h) Logo que aprovadas e publicadas as «Teses», o «Avante!» passará a publicar um Caderno ou Suplemento especial consagrado à preparação e realização do Congresso abrindo as suas colunas ao diálogo e à opinião dos militantes.

16. O Comité Central aponta para a primeira quinzena do mês de Maio a realização do XIII Congresso (Extraordinário) em data a fixar ulteriormente porque ainda dependente de condicionais técnicos e organizativos.

17. Para aprovação final da «Proposta de Teses» e outras propostas de decisões a levar ao Congresso, tendo já em conta o debate realizado no Partido e as propostas feitas pelas organizações e militantes, o Comité Central realizará nova reunião antes do Congresso (Extraordinário).

18. O Comité Central, no exercício das competências que lhe são conferidas pelos Estatutos, e correspondendo à responsabilidade que lhe foi conferida pelo Partido pela eleição no XII Congresso, conduzirá os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Extraordinário) nos termos estatutários, assegurará a democracia interna no Partido e respeitará e concretizará a vontade e as decisões livremente expressas pelo colectivo partidário.

19. O Comité Central faz apelo a todos os militantes do Partido para que participem

activamente na preparação e na realização do XIII Congresso (Extraordinário), que culminará o debate realizado em todo o Partido. Faz um apelo à reflexão, à iniciativa de todos os militantes e à sua intervenção e contribuição colectiva e individual nos debates preparatórios.

20. O Partido Comunista Português tem fortes, profundas e indestrutíveis raízes nas classes trabalhadoras e nas massas populares. Está solidamente alicerçado na sociedade portuguesa e na realidade portuguesa. Tem um passado de luta de quase 70 anos e um presente de luta abnegada pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz, a independência nacional.

Atento às novas realidades, às novas situações e aos novos fenómenos e procurando encontrar criativamente as respostas para eles, sempre aberto ao diálogo e ao debate de opiniões diferentes, o PCP, pela determinação dos seus militantes e o apoio dos trabalhadores e de outros sectores sociais, empenhará a sua capacidade e energia para poder ser na situação actual uma força motora da unidade dos trabalhadores e das classes e camadas antimonopolistas, e da convergência e unidade das forças democráticas a fim de assegurar uma alternativa ao Governo de direita.

Os comunistas portugueses têm consciência de que o seu Partido — PCP — é um partido não só necessário mas indispensável e insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, na defesa do regime democrático e da independência nacional, na perspectiva da construção futura em Portugal de uma sociedade socialista.

21. É com essa consciência, espírito combativo e revolucionário e confiança que o PCP está preparando e realizará o seu XIII Congresso (Extraordinário).

24 de Janeiro de 1990

O Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Resolução do CC sobre a actualidade política

1. O Comité Central salienta que os desenvolvimentos mais recentes da situação política nacional confirmam o notório enfraquecimento e o crescente isolamento do Governo de Cavaco Silva e do PSD e põem em evidência as condições mais favoráveis que se apresentam às forças democráticas, depois das eleições de 17 de Dezembro, para combater a política de direita e convergir na preparação de uma alternativa democrática.

2. Ao contrário do que pretende a propaganda cavacuísta, o enfraquecimento e o isolamento do Governo e do PSD não são fenómenos passageiros ultrapassáveis por operações de cosmética na imagem e no discurso governamentais. São o resultado da ampla condenação popular da sua acção governativa que conduziu à redução da base social e política em que se apoiavam, à derrota eleitoral nas eleições autárquicas, no seguimento da derrota já verificada nas eleições para o Parlamento Europeu. São também o resultado do aprofundamento das contradições, divisões, conflitos e rivalidades no PSD e nas forças de direita em grande parte derivado do fracasso do Governo e da sua política. Por tudo isto é que a remodelação governamental, apesar do «sacrifício» de alguns dos ministros mais contestados e envolvidos em escândalos, em vez de dar mais força à imagem do Governo, acentuou a sua fragilidade e falta de credibilidade, acontecendo outro tanto com a entrevista do Primeiro-Ministro na televisão, apesar de demagogicamente ter pretendido apresentar-se como campeão do diálogo e da concertação.

O Governo é hoje contestado pela maioria dos portugueses, o que torna oportuna a contestação de legitimidade da sua pretensão de conduzir a política do País invocando a maioria conjuntural que alcançou nas eleições legislativas de 1987.

3. O Comité Central sublinha que as atitudes e as declarações governamentais mostram que o Governo não retirou das suas derrotas a conclusão da necessidade de alterar os aspectos mais antipopulares e antidemocráticos da sua política. Pelo contrário, tudo indica que o Governo se prepara para prosseguir e até intensificar o processo contra-revolucionário, acentuando os aspectos mais gravosos para o povo português

e mais favoráveis às forças do grande capital.

A necessidade de dar firme combate a esta política é tanto maior quanto é certo que o grande patronato, apesar de notórias rivalidades e contradições de interesses, reforça e centraliza a sua organização (criação do Conselho Nacional das Empresas Portuguesas — CNEP, e da Confederação das Organizações Empresariais Portuguesas — COEP) com declarados propósitos de pressionar a política nacional a favor dos seus interesses.

4. O Comité Central sublinha igualmente que o Governo e a maioria parlamentar do PSD embora social e politicamente enfraquecidos continuam a dispor de importantes meios institucionais para dar concretização ao seu programa e aos seus objectivos contra-revolucionários, com destaque para os que lhe foram facultados pelo PS através da revisão da Constituição.

É invocando o desenvolvimento da revisão da Constituição que o Governo prossegue e amplia o processo das privatizações que está a conduzir à reconstituição dos grupos monopolistas e ao reforço das posições do capital estrangeiro na economia nacional; intensifica a destruição da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio; prepara a entrega ao grande capital nacional e estrangeiro dos meios de comunicação social do sector público, incluindo a televisão e rádio, através de um processo completamente governamentalizado. É também a pretexto da revisão da Constituição que diminuiu o número de deputados para 230 ou 235, que o Governo, o PSD e as forças da direita se preparam para introduzir na Lei Eleitoral alterações antidemocráticas, designadamente com objectivos bipolarizadores.

O PCP alerta as forças democráticas para a gravidade que reveste para a democracia portuguesa a consumação destas verdadeiras linhas mestras da política governamental e apela a todos os democratas, especialmente os socialistas, que têm na facilitação do seu desenvolvimento responsabilidades indeclináveis, para a necessidade de as denunciar e combater e de mobilizar o povo português para as rejeitar e derrotar.

5. O PCP chama também a atenção para os planos propagandísticos e de-

magógicos com que o Governo vai tentar disfarçar a verdadeira natureza de classe da sua política e vai procurar ultrapassar o isolamento, fracassos e derrotas. Não haja porém qualquer espécie de dúvidas, o Governo prossegue e prosseguirá a política que se traduz pelo aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais. Apesar de se ter tornado um facto indelével a acentuada e continuada diminuição do peso da massa salarial na distribuição do rendimento nacional, e mesmo em 1989, a diminuição do poder de compra dos salários, o Governo insiste na manutenção de tectos salariais pelo recurso a referenciais de inflação completamente falsos, como se tem verificado nos últimos anos. Os recentes aumentos de preços de bens e serviços essenciais, bem como o aumento do salário mínimo nacional em apenas 11,1% agora decretado comprova a manutenção de uma política de degradação das condições de vida das populações. É a mesma política que continua a defraudar as justas aspirações dos reformados e pensionistas e até as recomendações de organizações internacionais em relação às reformas. É a mesma política que está a alargar a precarização do emprego e provoca um novo agravamento do desemprego, com particular incidência na mão-de-obra feminina e juvenil, novas situações de salários em atraso e a manutenção de gravíssimos flagelos sociais como o trabalho infantil.

O Comité Central apreciou o recrudescimento da conflitualidade social em torno de problemas específicos e de importantes lutas e processos reivindicativos em empresas e sectores de actividade, com particular destaque na área da contratação colectiva, a qual envolve mais de um milhão de trabalhadores. O Comité Central apreciou positivamente as condições em que se desenvolvem estas acções pela melhoria das condições de vida e de trabalho e põem em realce o seu significado na luta contra a política de direita e manifesta-lhes o apoio e a solidariedade do PCP.

6. O Comité Central analisou o processo de instalação dos órgãos autárquicos. Embora se tenham registado importantes progressos na convergência dos democratas, designadamente entre eleitos do PCP e do PS, continuam a verificar-se diversas situações em que os eleitos do PS recusam

entendimentos, manifestam falta de abertura ou indisponibilidade negocial ou preferem entendimentos com a direita contra a CDU.

Os eleitos comunistas mantêm a posição de procurar o acordo com todos os eleitos interessados no progresso das suas terras, em particular com os eleitos do PS. Quando em maioria, procurarão associar os eleitos de outras forças políticas à gestão autárquica. Quando em minoria, trabalharão igualmente para resolver os problemas das populações.

A afirmação da prática de honestidade, trabalho e competência na gestão autárquica da CDU, o aprofundamento da democracia e da participação popular na gestão e o empenhamento na luta pela defesa e aprofundamento do Poder Local democrático, constituem objectivos essenciais da intervenção dos comunistas nas autarquias locais.

7. O Comité Central apreciou os encontros já realizados de delegações do PCP com as de outros partidos democráticos e forças democráticas — PEV, ID, PRD, MDP, UDP e PSR — devendo realizar-se a curto prazo um encontro com o PS.

O Comité Central atribui a maior importância aos esforços que estão a ser desenvolvidos pelo PCP, no seguimento das experiências positivas verificadas nas eleições autárquicas, no sentido de dinamizar o diálogo, a aproximação e a convergência das forças democráticas em torno da oposição à política de direita e do avanço para uma alternativa democrática.

O Comité Central salienta como uma grande lição da democracia portuguesa, confirmada pelo resultado das eleições autárquicas, que nenhuma força democrática está em condições só por si de constituir uma alternativa à direita. Por isso mesmo, o progresso para uma alternativa democrática pressupõe um combate às teses bipolarizadoras e hegemónicas preconizadas por comentaristas da área do PS e da direita e o desenvolvimento de um relacionamento baseado no respeito pela autonomia, a diversidade e identidade de cada força democrática.

8. O Comité Central apreciou a actividade do Partido no quadro da preparação do XIII Congresso extraordinário considerando da

maior importância a combinação do intenso trabalho preparatório do Congresso, com um alto grau de iniciativa na resposta aos problemas do quotidiano da vida política e aos grandes problemas nacionais.

São de destacar, entre outras, neste sentido as recentes tomadas de posição e apresentação de propostas e medidas: em relação à situação dos agricultores atingidos pelos temporais, pelas Comissões de Agricultura junto do Comité Central; para uma viragem democrática na política de saúde, pela Comissão para as Questões da Saúde junto do Comité Central; para o avanço da criação das Regiões Administrativas, suscitando junto do Presidente da República a questão da inconstitucionalidade por omissão que representa a sua paralisação, pelo Encontro do PCP sobre o trabalho nos municípios de maioria CDU; as questões do acesso ao ensino superior, pela JCP; diversas propostas apresentadas pelo PCP no Parlamento Europeu em defesa dos interesses nacionais; e várias iniciativas do Grupo Parlamentar comunista, designadamente, sobre o Seguro Agrícola, o estágio da advocacia, a redução do período semanal de trabalho e a anunciada interpelação ao Governo para um debate de política geral centrado sobre a gestão e utilização dos fundos da CEE.

O Comité Central salienta perante a opinião pública que a vida interna, a actividade, as posições, propostas e orientações do PCP estão sendo, em geral, silenciadas ou deturpadas por uma persistente campanha de desinformação que, assumindo proporções escandalosas na RTP, fere gravemente o direito à informação por parte do povo português.

O Comité Central chama a atenção das organizações e militantes para o Aniversário do Partido, a 6 de Março, apelando à sua comemoração com as mais diversas iniciativas, incluindo com grande projecção de massas, tendo em vista a intensificação da actividade partidária, a defesa da unidade do Partido, a ampla popularização do Programa da democracia avançada no limiar do século XXI e das características essenciais do Partido, a afirmação da imprescindibilidade da participação do PCP em qualquer projecto verdadeiramente democrático para Portugal.

24 de Janeiro de 1990

O Comité Central do Partido Comunista Português



Álvaro Cunhal, acompanhado de Vítor Dias, Carlos Carvalhas e José Soeiro, apresentou em conferência de imprensa, realizada no intervalo do segundo dia de trabalhos da reunião do Comité Central, um resumo das conclusões do plenário, que entretanto prosseguiu e cujos documentos finais publicamos na íntegra.

Trabalhadores**Aumentos salariais****Já se conseguiram 15% este ano**

Numa reunião de federações sindicais efectuada na semana passada na sede na CGTP, em Lisboa, concluiu-se que «os aumentos salariais verificados nos primeiros processos de negociação colectiva para vigorarem em 1990 são da ordem dos 15 por cento», afirmava o departamento de informação da Central em 17 do corrente.

Na generalidade e segundo a mesma fonte, esses aumentos situam-se entre os 13 e os 20 por cento, incidindo tanto em convenções colectivas (contratos, etc.) como em cadernos reivindicativos a nível de empresa.

As federações da Inter, que publicam uma pormenorizada lista das convenções assinadas este ano, respon-

sabilizaram «o Governo e o patronato por conflitos colectivos de trabalho em curso». Nesses casos conflituosos, aquelas entidades procuram impor «aumentos salariais que não têm em conta os ganhos de produtividade, ou nem sequer acompanham os aumentos já acordados nos sectores e nas empresas».

Progressos na redução dos horários

Entre outros ramos de actividade e locais de trabalho, as federações sindicais reunidas na semana passada em Lisboa designam como

tendo registado «progressos na redução da duração semanal de trabalho», a indústria química, o vestuário, a indústria de cerâmica do barro branco, indústria vidreira (cristalaria e embalagem), o Metropolitano de Lisboa, as Pirites Alentejanas, Beiersdorf, Covina, Sociedade Estoril-Sol, Enatur e Celulose do Caima.

Além de outras reivindicações conhecidas de todo o movimento sindical, as federações chamaram particularmente a atenção para a luta por aumentos salariais entre os 16 e os 18 por cento este ano, para «obrigar a uma mais justa distribuição da riqueza criada», nomeadamente.

CGTP saúda o 18 de Janeiro

Comemorado na Marinha Grande por iniciativa do Sindicato dos Vidreiros, o 18 de Janeiro (1934) suscitou da parte da CGTP-IN uma participação idêntica à dos anos anteriores, designadamente através da presença de Álvaro Rana nas comemorações levadas a efeito naquela cidade.

Mas no próprio dia 18, e em nome da sua comissão executiva, a CGTP-IN enviava ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira da Marinha Grande a seguinte saudação:

«A comissão executiva da CGTP-IN saúda o 18 de Janeiro de 1934 e os seus valorosos intérpretes que deram o primeiro exemplo de luta e combate contra a ditadura e a corporatização dos sindicatos.

«Recordar o 18 de Janeiro é também lembrar a luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo e a importância do seu contributo para o 25 de Abril.

«Comemorar o 18 de Janeiro de 1934 constitui um acto de consciencialização dos problemas, que afligem hoje os trabalhadores portugueses, e é simultaneamente um incentivo para a prossecução da sua luta.

«Saudar a heróica luta dos trabalhadores da Marinha Grande, hoje como em 1934, constitui um exemplo vivo de resistência à política antipopular do Governo», conclui a CE da CGTP.

Pior que o insucesso escolar é o insucesso do Governo

Ao fazer-se eco do protesto e da preocupação dos primeiros interessados no Ensino no nosso país, a União dos Sindicatos de Setúbal intitulava recentemente uma nota enviada à Imprensa afirmando que «pior do que o insucesso escolar é o insucesso do Governo». No mesmo sentido vão também numerosas críticas, tomadas de posição e protestos vários, da parte das organizações sindicais dos professores portugueses que, inclusivamente, se defrontam com situações de salários em atraso e com o risco de perderem os empregos.

Por exemplo, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) revelava sexta-feira passada que muitos dos professores e educadores de infância (aqueles contratados do 1.º ciclo do ensino básico) ainda não tinham recebido nesse dia, 18 do

corrente, o salário de Dezembro.

Além da precariedade do seu emprego, aqueles docentes são ainda por cima vítimas do não pagamento a tempo e horas dos seus ordenados, cuja escassez é conhecida, chegando a não ter

disponibilidades para satisfazer compromissos tão inadiáveis como o pagamento das rendas de casa.

O SPGL protestou naturalmente contra situações deste tipo e «exigiu, segundo afirma, do Ministério da Educação que sejam tomadas medidas de forma a que aqueles docentes tenham os seus vencimentos abonados atempadamente, como vem acontecendo com os professores dos quadros» escolares.

Por outro lado, o Governo mantém a «indefinição do estatuto da carreira docente».

Afirma o plenário dos corpos gerentes do mesmo Sin-

dacto (SPGL) que mais uma vez o Ministério foge aos compromissos que assumiu nesse campo. Anunciada para 1 do corrente a entrada em vigor do referido estatuto e do da educação pré-escolar não foi concretizada, nem se sabia, pelo menos em 9 do corrente, em que data passaria a vigorar, já que nem sequer era conhecida nessa altura a data da sua «aprovação em Conselho de Ministros».

Além de outras anomalias, relacionadas inclusivamente com a tentativa de fazer os professores pagarem a sua profissionalização (2 mil escudos por cada «exame» na Universidade Aberta), situação que a Fenprof, classifica de «tão ilegal quanto incompreensível por injusta», há que contar ainda com o risco em que se encontram os professores portugueses que leccionam no estrangeiro há mais de seis anos e que, segundo o secretário nacional da Fenprof se encontram perante a imposição de «realizarem uma acção de formação/avaliação selectiva». Daí «sucessivas greves», adianta a Fenprof, que se prolongarão até 30 do corrente, «dia marcado pelo Ministério da Educação para a realização dessas provas», porque doutra coisa não se trata, segundo o respectivo despacho da Secretaria de Estado da Reforma Educativa (11 de Setembro do ano findo). Para resolver o assunto, que afectará seguramente o emprego de muitos professores e os obrigará até a abandonar, em alguns casos, os países onde habitam há anos, a Fenprof reuniu-se recentemente com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República.

Congresso em Leiria

Da influente actividade desenvolvida pelas Uniões Sindicais, organizações intermédias da CGTP, sobretudo nos grandes centros como Lisboa, Porto, Setúbal, Portalegre, Leiria, destaca-se esta semana, relativamente a esta última, a realização do seu 2º Congresso, que decorrerá hoje e amanhã, 26 e 27, nas instalações do Inatel, na Foz do Arelho. Segunda-feira passada, estavam inscritos para participar na reunião do órgão máximo da US Leiria, 25 sindicatos e um total de 135 delegados.

Segundo a comissão organizadora (COC), esses delegados representam «cerca de 20 mil trabalhadores, aos quais foram distribuídas as teses e 15 mil sínteses» dos assuntos a tratar.

Segunda-feira passada, a COC da US Leiria sublinhava algumas das questões mais debatidas durante o período de preparação do Congresso: «Elevado número de trabalhadores com contratos a prazo; trabalho clandestino que, no distrito, atinge números dramáticos; a luta pela redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais; defesa das liberdades sindicais face ao aumento da repressão patronal; outros problemas do distrito, como sejam a grande carência no campo da higiene e segurança no trabalho, o funcionamento da Inspeção do Trabalho e do Tribunal do Trabalho, onde existem processos há 5 e 6 anos».

Portalegre

No próximo dia 1 de Fevereiro, a União dos Sindicatos de Portalegre promove um encontro entre autarcas e sindicalistas. Decidida no plenário distrital de sindicatos, a iniciativa destina-se a

analisar as implicações das medidas da CP, que desactivou alguns ramais do caminho-de-ferro.

A reunião, cujo local está por designar, contará, se os convites forem aceites, com todas as Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de Portalegre e Juntas de Freguesia directamente afectadas.

Prosseguiam, entretanto, em Lisboa, no Instituto Franco-Português as jornadas da USL para o desenvolvimento regional.

As jornadas prosseguem hoje com «a cultura, o tempo de lazer e o desenvolvimento da região de Lisboa».

No próximo dia 2, a sessão é na Casa do Alentejo, com «a saúde e o trabalho — o meio ambiente e o trabalho».

Entre os participantes e oradores contaram-se especialistas doutorados como Sérgio Ribeiro, Marinus Pires de Lima, Oliveira Serra, Vera Santana, João Pedro e Daniel Branco. Ligada à Segurança Social participou Isabel Quintas. Da Confecoop, o eng. António Pombinho. Entre os oradores estiveram também Leonor Coutinho, deputada do PS, o dr. Carlos Coimbra e o dr. Madelino, do Gabinete de Estudos da CGTP.



Com uma greve de docentes de Português no estrangeiro e várias iniciativas de luta e protesto, os sindicatos dos professores e os seus fillados (na foto de arquivo, durante uma vigília em Lisboa) marcaram uma conferência nacional de quadros sindicais (Porto, 21 e 22.2) e deram um prazo até hoje para o Ministério da Educação acabar com as ilegalidades que estão a ser cometidas no pagamento de horas extraordinárias. Ao mesmo tempo desenvolvia-se a luta sindical em empresas e sectores como a TAP (greve anunciada), controladores aéreos, CP (com manifestação popular de protesto contra a gestão da empresa e o Governo, em Oeiras), na Sorefame e na Siderurgia Nacional. Para os próximos dias estão anunciadas outras acções sindicais em empresas e sectores.

**Desastre de Porto Santo
Protesto pela incúria do Governo**

A direcção da CGTP, que entretanto fora recebida pelo secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, protestou, quinta-feira da semana passada, contra a «incúria do Governo» perante «o desastre ecológico verificado na ilha de Porto Santo».

Numa nota à Imprensa, a comissão executiva da CGTP-IN, depois de lembrar que é o segundo desastre desse

tipo (derramamento de crude) em pouco mais de meio ano na costa portuguesa, critica o Governo nos termos seguintes: «Não se entende que num país em que a actividade económica tanto depende do mar, seja na pesca e seus derivados, seja no turismo, se viva com tamanha incúria».

E acrescenta: «Não se entende que se invistam milhões de contos em fragatas de

guerra e aviões de combate anti-submarinos, contra inimigos tão discutíveis como remotos, e não se disponha de meios eficazes de vigilância da costa, que permitam detectar as agressões ecológicas e económicas e identificar os seus autores».

Um ministério foi criado recentemente para as questões ambientais e similares, mas — destaca ainda a direcção

da CGTP — «não temos uma política de ambiente preventiva e eficaz».

Uma delegação da Central, chefiada por Emídio Martins, membro da CE e responsável pelo grupo sindical para o ambiente e defesa do consumidor, era entretanto recebida a seu pedido pelo secretário de Estado, Macário Correia, para debater como assunto principal a Lei de Bases do Ambiente.

Terra

Por causa dos temporais: Reforma Agrária quer que Governo actue

Um plenário que reuniu Unidades Colectivas de Produção (UCP's) e Cooperativas Agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária fez segunda-feira, em Évora, o balanço das consequências dos temporais na produção agrícola da região e discutiu propostas de medidas a levar a efeito para minorar os prejuízos causados. O plenário aprovou um conjunto de reivindicações a apresentar ao Ministério da Agricultura, acusado pelos trabalhadores agrícolas, juntamente com todo o Governo, de nada ter feito para enfrentar a situação. Foi já entretanto solicitada, com urgência, uma entrevista ao Ministro da Agricultura e ao Director Regional da Agricultura do Alentejo para a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) apresentar as medidas que este Plenário de Emergência considerou serem de urgente aplicação.

«Se o Governo não é responsável pelos temporais que assolaram a região, é, de certo, responsável pelo facto de não ter actuado para minorar os efeitos desses temporais». Declarações ao «Avante!» de Lino de Carvalho, sub-director da FENCA, que acusou o Governo de «incompetência, inoperacionalidade e desprezo por quem trabalha na terra», já que «três meses depois da ocorrência desses temporais, quer os Serviços Regionais, quer o ministério, quer o

próprio Governo, nada fizeram», defrontando-se os trabalhadores das UCP's e cooperativas agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, sem apoios previsíveis, com prejuízos considerados incalculáveis na produção agrícola da região.

«Confirmou-se neste plenário a ideia já antes expressa pela FENCA da extrema gravidade da situação», disse-nos Lino de Carvalho que referiu, por outro lado, terem as UCP's e cooperativas agrícolas presentes feito

uma dura crítica ao Ministério da Agricultura e ao Governo por ainda não ter actuado.

Calamidade pública

«Há mais de dez anos que não se tinha conhecimento de uma situação destas», esta uma das afirmações proferidas neste plenário.

Declaração do estado de calamidade pública para o sector da agricultura no Alentejo e Ribatejo Oeste; indemnizações com subsídios a fundo perdido para os prejuízos de maior amplitude, tendo por base o recenseamento das áreas de terreno preparadas e não semeadas por causa do mau tempo, bem como as perdas de rendimento nas culturas semeadas em função dos valores médios do último triénio e indemnizações ainda para as perdas na produção pecuária; estas algumas das reivindicações aprovadas por esta reunião, cujos participantes defenderam também, entre outras medidas de aplicação urgente, o levantamento urgente pelos serviços regionais do Ministério

da Agricultura das consequências dos temporais, em cooperação com as organizações representativas das cooperativas e agricultores.

A este respeito diga-se que, embora só daqui a três ou quatro meses seja possível ter uma ideia mais exacta da extensão dos prejuízos causados pelos temporais na agricultura da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, o plenário de Évora avançou já com alguns números, por si só impressionantes: por semear no Alentejo ficou qualquer coisa como 70 por cento da terra destinada ao cultivo de cereais. Só em Évora ficaram por semear 561 mil quilos de trigo e 821 mil quilos de outros cereais como a aveia e cevada.

Mas o ataque à Reforma Agrária é eficaz

Outras medidas que as cooperativas agrícolas e agricultores atingidos vão exigir do Governo, defendem a aplicação de uma moratória de dois anos, sem juros, para



Trabalhadores das UCP's e das cooperativas agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária reunidos esta semana para o balanço dos efeitos dos temporais nas culturas e a tomada das medidas necessárias.

os encargos assumidos em factores de produção e investimentos, designadamente para as sementes adquiridas à EPAC e para o crédito de campanha levantado nas instituições bancárias.

Por outro lado, defende-se também o estabelecimento de uma linha de crédito com juros bonificados, sem exigência de garantias desadequadas e imcompatíveis para as cooperativas e os agricultores, que tornariam o crédito ineficaz, como já aconteceu em situações anteriores.

Intervenção do Governo na política de preços de alimentos para animais, por forma a enfrentar a falta de palhas e a não se assistir a um disparar do preço dos alimentos compostos; isenção de contribuições e impostos no próximo ano agrícola, designadamente do IRC foram outras medidas preconizadas pelos presentes neste plenário.

Outras medidas reivindicadas pelas UCP's e cooperativas agrícolas foram a defesa da articulação entre os serviços do Estado e as au-

tarquias na recuperação urgente dos caminhos destruídos pelos temporais; o apoio do Estado em operações culturais de emergência ou indicação de opções culturais alternativas e a obrigatoriedade de recepção pela EPAC e outras empresas, das sementes que ficaram por semear e dos cereais que vierem a ser colhidos com padrões de qualidade inferior aos definidos;

Perante a inoperacionalidade do Governo face a esta situação, o plenário criticou o facto de nem sequer ter havido um contacto com as organizações das cooperativas e agricultores para uma primeira avaliação dos prejuízos causados pelos temporais, enquanto, em contrapartida, o Ministério da Agricultura se vai mostrando lesto na aplicação do ataque à Reforma Agrária, com a exigência de entrega de reservas a acontecer todos os dias, na maior parte das vezes sem deixar aos trabalhadores agrícolas das UCP's e cooperativas, o tempo necessário para retirar das terras aquilo a que legalmente têm direito.

Luís Sá ao «Fim de Semana»:

Depois de Dezembro mais democratas na CDU

Em entrevista publicada no último número do «Fim de Semana de o diário», Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, caracterizou algumas das linhas de actuação quer dos comunistas, quer das outras formações políticas integradas na CDU, em termos de Poder Local, depois das eleições de Dezembro passado. Política que se poderá descrever, de modo genérico, pelo estabelecimento de acordos com outros partidos, designadamente o PS, para viabilizar maiorias democráticas na direcção das autarquias onde a unidade com os socialistas o permita. No entanto, segundo afirmações de Luís Sá na entrevista referida: «houve situações em que o PS se recusou a encontrar-se com a CDU, ou teve encontros com a CDU fazendo exigências tão latas e absurdas que seria injusto aceitá-las». Uma situação que impediu a concretização dessas maiorias democráticas em algumas autarquias, mas que Luís Sá esclareceu não serem estes casos particulares fenómenos nacionais, pelo contrário, para este dirigente comunista, este mandato autárquico «embora mantenha fortes consequências das orientações passadas do PS, tem uma situação mais contraditória, porque reflecte também as grandes aspirações à unidade das forças democráticas que se expressaram na cidade de Lisboa e noutros pontos do país».

Em relação às coligações e acordos estabelecidos com o PRD, MDP, UDP e PSR, entre outros, Luís Sá considerou ser a cooperação existente «boa», estando «a correr da melhor maneira», tendo inclusivamente o desenvolvimento dessa cooperação sido analisada nos encontros que o PCP manteve recentemente com as direcções de cada um daqueles partidos.

No sentido de dinamizar o próprio trabalho da CDU, Luís Sá anunciou a convocação «para breve» do Conselho Consultivo Nacional desta coligação, sendo objectivo do PCP «reforçar o trabalho unitário», estando desde já a

CDU a trabalhar «nos concelhos, freguesias e distritos» para conseguir «um funcionamento mais regular e uma participação mais larga de democratas».

Trabalhar para as populações

Questionado sobre entendimentos pontuais, em algumas autarquias, da CDU com elementos do PSD, Luís Sá afirmou ao jornalista de «O Diário» ter a CDU «uma política clara de luta pela unidade das forças democráticas, designadamente pela unidade entre comunistas e socialistas. Isto traduz-

se nas autarquias por uma política de unidade preferencial com o Partido Socialista.» No entanto alguns autarcas do PS tornaram esse entendimento impossível, obrigando assim a CDU, «em situações absolutamente excepcionais», a tomar iniciativas pontuais de convergência com a direita, nomeadamente «para a eleição de uma ou outra Junta de Freguesia ou mesa de Assembleia Municipal», viabilizando assim o seu próprio funcionamento.

«Nas autárquicas temos tido uma política de trabalhar com quem está interessado em resolver os problemas das populações, seja qual for o partido a que pertença». A este propósito, este membro da Comissão Política do PCP, comentou «que seria da maior importância um entendimento tão vasto quanto possível do PCP, do PS e de outras forças democráticas que permitisse isolar a direita em todas as situações em que a distribuição de poderes ou o

acesso a órgãos dependa da eleição indirecta ou de decisões de eleitos.»

«Mas será necessário dizer, primeiro, que isto não tem qualquer significado político global. Em segundo lugar, que em todas as situações houve uma tentativa de acordo preferencial com o PS antes de ter havido qualquer encontro com o PSD. E finalmente, que lamentamos muito não ter sido possível o acordo com o PS, que teríamos preferido», frisou.

Na área autárquica «a política global de alianças do Partido Comunista é no sentido de conseguir uma alternativa democrática para o País», mas esse esforço, conforme declarou Luís Sá, «não é correspondido por elementos do PS que não acompanharam o acordo que foi estabelecido em Lisboa, não evoluíram desde 85 para cá e continuam presos a comportamentos que foram característicos do passado e que muito gostaríamos de ver ultrapassados».

SETÚBAL

Reunião do PCP com presidentes dos municípios

Realizou-se no passado dia 22 uma reunião do PCP com os presidentes de Câmara do distrito de Setúbal eleitos em listas da CDU, nas eleições de 17 de Dezembro último.

A reunião teve como objectivo principal fazer o balanço dos resultados eleitorais no distrito, o relacionamento com outras forças políticas e o associativismo intermunicipal.

Feita a análise dos resultados eleitorais das últimas eleições autárquicas concluiu-se que foi obtida uma importante vitória das forças democráticas e uma grande derrota da direita, bem como um sério aviso à política antipopular do Governo Cavaco Silva/PSD.

Em relação à votação da CDU no distrito, encara-se com alguma preocupação resultados menos positivos em alguns concelhos, mas realça-se a importância da manutenção de maiorias em todos os concelhos do distrito, com excepção de Setúbal, e como facto político muito importante a vitória da CDU no Montijo, concelho onde o PS e o PSD haviam obtido a maioria nas anteriores eleições autárquicas.

Quanto às freguesias, considera-se como dado positivo o

facto de, no total das 79 do distrito, a CDU ter a presidência de 63 juntas.

No que diz respeito ao relacionamento com outras forças políticas, os presidentes de Câmara eleitos pela CDU lamentam que em algumas situações não tenham ainda sido possíveis acordos, nomeadamente quanto às Mesas de Assembleias Municipais, vereadores a tempo inteiro e distribuição de pelouros, devido à manutenção de posições arrogantes e não construtivas por parte de forças políticas que ficaram em minoria nas eleições de Dezembro.

Reafirmando a preferência que dá aos acordos com o PS, o PCP não deixará de dialogar e procurar o consenso com todos os eleitos interessados em resolver os problemas das populações.

Os presidentes de Câmara eleitos pela CDU sublinharam a importância decisiva da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, encarando-a como organismo consultivo e pólo de convergência do trabalho realizado nos diversos concelhos, de forma a prosseguir a sua acção fundamental no momento — o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal.

Poder Local



«Por Lisboa» toma posse

A tomada de posse da «Por Lisboa», segunda-feira, na Câmara Municipal da capital, levou uma pequena multidão até à edilidade, que tornou necessária a instalação de um televisor no átrio do edifício, a transmitir «em directo» a cerimónia, já que possibilitar a todos uma assistência «ao vivo» seria objectivo volumetricamente impossível. No Salão Nobre dos Paços do Concelho os novos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, respectivamente Jorge Sampaio e José Saramago, formalizaram, juntamente com todos os outros eleitos, a sua tomada de posse. Na sua intervenção, Sampaio manifestou o objectivo da «Por Lisboa» de corresponder às expectativas e esperanças da população lisboeta, propondo-se concretizar no primeiro ano de mandato os 50 pontos do Programa de Emergência para a cidade, apresentados durante a campanha eleitoral. Transferência de recursos e competências para as Juntas de Freguesia, apelo à participação activa da população, relação estreita entre executivo e Assembleia Municipal, apelo aos vereadores da coligação derrotada para que aceitem pelouros, preparação imediata do Plano de Actividades e Orçamento foram algumas das ideias defendidas pelo novo presidente da Câmara de Lisboa, que terminou o seu discurso manifestando um desejo da coligação que o elegeu: «seremos capazes de não aturar as esperanças na burocracia. Seremos capazes de mobilizar a esperança e contribuir para uma nova confiança no futuro».

Em Loures: Acordo PCP/PS viabiliza câmara — PS tenta isolar CDU de Sintra

O Partido Comunista Português e o Partido Socialista divulgaram em Loures, terça-feira passada, o teor de um acordo assinado entre estas duas forças políticas, extensivo às outras formações integrantes da CDU e ao MDP/CDE, com vista à gestão autárquica de âmbito municipal. O acordo estabelece que o PCP terá três vereadores a tempo inteiro na Câmara de Loures, enquanto o PS contará com dois, enquanto a composição da mesa da Assembleia Municipal contará com a presidência e o primeiro secretário da CDU, sendo o segundo secretário um representante dos socialistas.

Aos vereadores socialistas serão atribuídos cinco pelouros, sendo também atribuído ao PS a Presidência do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, composto por três representantes do PCP a tempo inteiro e dois do PS a meio tempo.

Entre outros pontos deste acordo, estabeleceu-se que a Câmara reunirá de oito em oito dias, sendo as reuniões públicas e não públicas, alternadas.

Severiano Falcão, Presidente da Câmara Municipal de Loures, classificou de «momento histórico» o acordo alcançado, já que o foi no terceiro maior cocelho do país e, conjugado com o novo executivo camarário lisboeta e eventuais novos acordos estabelecidos na área da Grande Lisboa, «serão um contributo importante para que as autarquias da Área Metropolitana dêem importantes passos em frente na resolução de problemas comuns», sublinhando que «de destes entendimentos que encontraremos uma alternativa democrática à direita instalada no Poder».

Pelo PS interveio Roque Lino que disse ser este acordo uma conjugação de esforços entre os dois partidos, «para dar resposta aos anseios das populações». «Não esteve em causa a partilha do poder», no entender deste vereador, este entendimento «não seria possível com o PSD».

Dificuldades nas negociações para entendimentos similares nas freguesias do concelho e receios de nos próximos dois anos o Poder Central vir a dificultar a vida às autarquias, foram outros dos assuntos focados por Roque Lino.

Assembleia da República

Regionalização até Abril — defende o PCP

O Grupo Parlamentar do PCP elaborou um projecto de deliberação a submeter ao Plenário da Assembleia no qual se determina com carácter de «prioridade e urgência» a conclusão dos trabalhos relativos à Lei-Quadros das Regiões Administrativas. Da responsabilidade da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, esta fase dos trabalhos preparatórios (incluindo o respectivo relatório) deverá estar assim concluída até 30 de Março, após o que, de acordo com o fixado no projecto, a votação da lei terá de ocorrer ainda no próximo mês de Abril.

Ao avançarem com esta iniciativa os parlamentares comunistas pretendem deste modo pôr claramente um ponto final nos expedientes dilatatórios que nos últimos três anos têm bloqueado o processo de regionalização, abrindo caminho para a sua rápida instituição.

É que, como foi lembrado pelo deputado comunista João Amaral, em conferência de imprensa na passada segunda-feira, nada há que justifique a longa espera a que este processo tem sido sujeito, muito menos agora que já não existe o óbice tantas vezes invocado, defendendo a necessidade de se aguardar pelo termo da revisão constitucional.

Demora que terá pesado decisivamente na decisão

agora tomada pelo Grupo Parlamentar comunista de avançar com o projecto de deliberação e em relação à qual não foram também alheios os resultados eleitorais das autarquias de Dezembro último.

Como explicou João Amaral, que estava acompanhado na mesa da conferência de imprensa pelos deputados Jerónimo de Sousa, José Magalhães e António Filipe, os resultados eleitorais «deram a maioria de votos aos partidos e forças políticas que defendem a regionalização e o avanço do processo de criação e instituição das regiões administrativas no continente».

Três anos e meio depois de ter sido o autor da iniciativa legislativa que detonou o

processo parlamentar, com os projectos há já vários meses na comissão competente, volta a ser o PCP a tomar a iniciativa política, desta feita, com a apresentação do presente projecto de deliberação cujo intuito mais não é do que levar o plenário da Assembleia a fixar «os passos e os prazos» que concretizem a regionalização.

E fá-lo com a noção, como foi salientado, de que a deliberação que define o curso do processo e respectivo calendário deve ter a «força política indispensável para o seu efectivo cumprimento», força política essa que «só resulta plenamente se vier do debate e aprovação pelo plenário».

Inquéritos a Loures e Seixal

Comentados pelos deputados comunistas foram ainda os temas da Alta Autoridade para a Comunicação Social (matéria sobre a qual o PCP apresentou um projecto de lei) e o inquérito proposto

pelo PSD às câmaras do Seixal e Loures.

A respeito deste último foi sublinhado que ele constituiria «uma perigosíssima manifestação de ingerência e prepotência, uma invasão do espaço de acção autónoma do poder local pela Assembleia da República que para tal não dispõe de competência constitucional e legal».

Este foi, aliás, um dos motivos que levou os parlamentares comunistas a impugnam precisamente a admissão do projecto de resolução que abria caminho à efectivação do inquérito, decisão que foi tomada depois de Victor Crespo ter indeferido um recurso apresentado pelos mesmos no final da passada semana sobre a sua decisão de admitir o projecto em causa.

Na opinião do PCP, segundo José Magalhães, o presidente da Assembleia não deveria ter indeferido liminarmente o recurso, mas sim fazê-lo baixar à comissão de Assuntos Constitucionais. Com este procedimento, foi salientado, o presidente criou uma «situação de bloqueio que na prática esvazia de sentido a figura regimental do recurso».

Novo regime de Seguro Agrícola Uma oportuna iniciativa do PCP que o PSD meteu no «congelador»

Face à dificuldade de rejeição liminar das iniciativas dos partidos da oposição — quer porque se tratem de diplomas oportunos e actuais quer porque a eventual recusa do seu conteúdo realista e meritório não poderia deixar de suscitar naturais reacções de desagrado da opinião pública —, a maioria PSD na Assembleia parece ter encontrado uma outra forma para, sem se expor demasiado, obter na prática aquele mesmo resultado.

Trata-se, conforme alguns debates recentemente comprovaram, de não submeter os diplomas à votação na generalidade, remetendo-os directamente após debate em plenário para a respectiva comissão especializada, no caso uma espécie de câmara frigorífica onde aguardarão pelas correlativas iniciativas do Governo ou da sua maioria.

Nesse sentido, entre outras medidas, o projecto advoga no seu articulado a «melhoria dos conceitos, sistemas e regras de cobertura dos riscos, assegurando a efectiva cobertura dos mesmos», permitindo ao mesmo tempo a não inclusão daqueles que encarecem desnecessariamente o seguro porque as probabilidades de ocorrência são diminutas ou nulas.

Por outro lado, prevê-se o alargamento e diversificação das modalidades do seguro e das culturas, produtos e coisas por ele abrangidos, e a substancial melhoria da relação entre os riscos cobertos e o custo do seguro, «articulando a economia do seguro agrícola com a sua irrecusável função social e política».

Regime actual esgotado

Com esta iniciativa legislativa, a todos os títulos oportuna, os parlamentares comunistas pretendem assim sub-

ram em conta do ponto de vista técnico a experiência de legislação dos países da comunidade europeia, o que só por si desmente o carácter pretensamente estatizante que no decorrer do debate os deputados do PSD — à falta de melhores argumentos — lhe quiseram atribuir.

Este seria aliás um aspecto que o deputado comunista Lino de Carvalho tratou de desmontar cuidadosamente, lembrando a propósito que a intervenção proposta para o Estado (o que este não pode deixar de ter) «não é substancialmente diferente da que vigora», o mesmo já não sucedendo com a intervenção associativa das organizações da agricultura que se vê agora substancialmente reforçada.

Acolhimento favorável dos agricultores

Desmentido pela realidade é também o argumento — invocado pela maioria laranja — de que o projecto agora submetido ao exame da Câmara não teria sido previamente alvo de debate por parte das organizações de agricultores. A comprovado, como lembrou Lino de Carvalho, está o facto de o projecto ter sido enviado, acompanhado do pedido de sugestões, críticas e reuniões, a estruturas tão diversas e representativas como a CNA, Confagri, CAP Fenca, Associações de agricultores

Soluções que em muitos casos, naturalmente ajustadas à nossa realidade, tive-

Alta Autoridade para a Comunicação Social

Composição e competências no centro da polémica

A manifesta incapacidade do Governo para compreender a necessidade de ser salvaguardada a independência da Alta Autoridade para a Comunicação Social — facto já identificável a partir de uma simples leitura da sua proposta de lei — voltou a ficar patenteada no debate realizado em torno desta matéria na sessão plenária de terça-feira.

Um debate em que chamamos ainda particular atenção a forma como o Governo e a sua maioria parlamentar voltaram a ficar completamente isolados, com esta a defender zelosamente todas as soluções provenientes da Gomes Teixeira e aquele a não ser capaz de rebater as críticas contundentes que os partidos da Oposição em moldes diversos entenderam fazer.

Críticas que incidiram desde logo no anunciado propósito governamental de extinguir o Conselho de Imprensa, facto que a bancada comunista pela voz do seu deputado José Manuel Mendes reputou de enorme gravidade, pondo em relevo o risco de se criar um vazio de competências em bastas matérias relacionadas com a comuni-

cação social, designadamente a nível ético e deontológico, que não cabem nas atribuições da Alta Autoridade.

A este respeito, importa referir que qualquer dos outros três projectos submetidos a debate (da iniciativa do PS, do PCP e dos deputados independentes João Corregeador e Raúl de Castro) se opõe frontalmente a tal designio. José Magalhães, no decorrer dos trabalhos, referiu mesmo que ele «vai além do quadro constitucional» e observou que «nada na Constituição diz que o Conselho de Imprensa deve ser extinto».

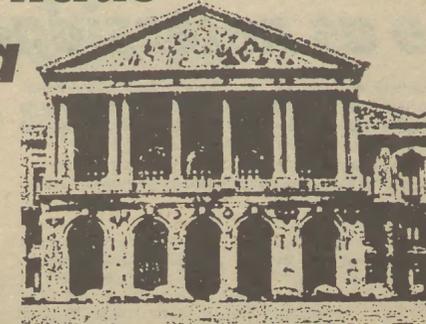
Afronta aos jornalistas

Não menos polémica foi, por sua vez, a redução ou mesmo liquidação dos actuais poderes dos conselhos de redacção — objectivo decorrente da proposta governamental —, designadamente

a revogação da norma que prevê que àqueles seja cometida a competência para votar a nomeação dos directores de jornais.

Considerando esta hipótese um retrocesso e uma afronta a um direito fundamental dos jornalistas, a bancada do PCP rejeitou claramente esta medida e defendeu um funcionamento articulado e harmonioso de órgãos independentes (Conselho de Imprensa/Alta Autoridade) com a existência de formas de fiscalização difusa nas redacções dos órgãos de comunicação social.

Objecto de severas críticas por parte dos parlamentares comunistas foi também a proposta governamental de conferir carácter não vinculativo a algumas competências da Alta Autoridade. Ao contrário, no entender do PCP, tais competências devem contemplar, para lá das respeitantes ao sector público da comunicação social, uma significativa capacidade de intervenção daquele órgão em relação aos emissores privados de rádio e televisão, conferindo-lhe mesmo no seu projecto a atribuição de velar pelo respeito dos fins genéricos e específicos das actividades de radiodifusão e radiotelevisão fixados nas respectivas leis.



Cooperação inadmissível

No seu articulado, o projecto da bancada comunista atribui em simultâneo à Alta Autoridade as competências para emitir pareceres sobre os licenciamentos de frequências de rádio (substituindo a Comissão Consultiva da Rádio) e acompanhar e fiscalizar o cumprimento das exigências de funcionamento das estações emissoras constantes dos respectivos alvarás.

Aspecto em que a maioria laranja parece também não querer abrir a mão é o que se relaciona com a composição da Alta Autoridade.

Embora com soluções não coincidentes visíveis sobretudo ao nível dos projectos do PCP e do PS, a oposição também não teve dúvidas em

criticar severamente a solução de cooptação prevista na proposta do governo, chegando mesmo os parlamentares comunistas a considerá-la como «pura e simplesmente inadmissível», porquanto, sublinharam, seria levar quase até às últimas consequências a governamentalização da designação dos membros da Alta Autoridade.

Neste domínio, assinala-se, em ordem a criar melhores condições para uma real independência daquele órgão, o projecto do PCP advoga que os quatro elementos representativos da opinião pública, comunicação social e da cultura devem ser designados pelo Sindicato dos Jornalistas (um), sindicatos representativos das actividades de rádio e televisão (dois) e pela Sociedade Portuguesa de Autores (um).

Estágio dos jovens advogados PCP avança com projecto inovador

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou à Bastonária da Ordem dos Advogados uma audiência com vista a uma troca de impressões sobre o seu projecto-lei que institui um novo regime de apoio à formação de jovens advogados. Com o mesmo objectivo, foram igualmente encetados contactos com os conselhos distritais da Ordem, com os conselhos directivos das faculdades de Direito e com a Associação de Jovens Advogados.

Com estas diligências, após o debate do referido diploma em sessão plenária na passada semana, os parlamentares comunistas procuraram assim recolher propostas e sugestões que visem o aperfeiçoamento do seu articulado.

Embora se destine a um universo relativamente restrito, a importância da presente iniciativa legislativa parece não oferecer dúvidas a ninguém, uma vez que, como lembrou no decorrer do debate o deputado António Filipe, é consensual a ideia de que o actual regime não serve e de que as propostas ora apresentadas vêm ao encontro das reclamações dos estagiários.

Longe de se confiar a um problema que diga respeito apenas à formação dos jovens advogados e às condições futuras do exercício da sua profissão, o estágio de advocacia surge assim na opinião da bancada comunista uma questão que tem implicações bem mais profundas na aplicação do di-

recto e na realização da Justiça.

Basta recordar, como foi salientado por António Filipe, as atribuições dos jovens advogados no seu período de estágio, quando, após serem nomeados oficiosamente no âmbito do sistema da assistência judiciária, são obrigados a assumir responsabilidades em processos (quantas vezes de grande melindre e complexidade) que transcendem as suas competências próprias e para os quais não possuem a necessária experiência.

«O estágio de advocacia é hoje em dia para muitos jovens não o período de formação indispensável mas antes o período de desmotivação bastante para a procura de uma outra profissão», observou a dado momento o deputado comunista antes de sublinhar que o projecto elaborado pela sua bancada pretende antes de mais «pôr o dedo nesta enorme ferida», propondo como ponto de partida uma «solução de transição para o estágio de advoca-

de estágio profissional sob a responsabilidade da Ordem, bem como a atribuição do respectivo subsídio a quem os frequentar.

Ao fazê-lo, não está a impor nenhum processo tendente à funcionalização dos advogados ou a pôr em causa a sua independência, como algumas críticas ao longo do debate quiseram insinuar, mas, isso sim, a permitir uma alternativa, com apoio especial — actualmente inexistente —, capaz de dar resposta, de forma prudente e inovadora, aos problemas actuais criados por um regime de estágio que não só não provou como se mostrou totalmente ineficaz.

Interpelação ao Governo

Na sequência do seu anúncio público no início da passada semana deu já entrada na Mesa da Assembleia a proposta do Grupo Parlamentar do PCP tendente à realização de uma interpelação ao Governo sobre política geral centrada em questões relacionadas com a posição portuguesa face à CEE.

Tomada ao abrigo do artigo 183.º da Constituição da República, esta interpelação abordará com especial incidência as circunstâncias e políticas relativas à distribuição e aplicação dos fundos comunitários, à criação da União Económica e Monetária e à dimensão social do Mercado Interno.

PCP

As diferenças entre uma CCR do Governo e as necessidades da regionalização

Uma CCR (Comissão de Coordenação Regional) para o distrito de Viseu **não responde às necessidades da regionalização**. Quem o afirma (e justifica) é a Distrital do PCP numa breve nota dirigida aos órgãos da Comunicação Social a propósito de notícias vindas a público sobre a proposta de criação de uma CCR para este distrito beirão.

Os comunistas sublinham que «depois dos recentes desaires eleitorais sofridos pelo PSD», a ideia de criação de uma CCR não responde de nenhuma forma às necessidades de desenvolvimento e progresso; poderá apenas, isso sim, **responder a objectivos pessoais e partidários**. As CCR's — salienta a Distrital de Viseu do PCP — «são meros órgãos do Poder Central, nomeados

pelo Governo, não representam as forças vivas das regiões e têm poderes e capacidade financeira condicionados à vontade do Terreiro do Paço».

O PCP e a Regionalização

Na breve tomada de posição que fez chegar às redacções, a Comissão Distrital

recorda alguns momentos mais salientes do conjunto de iniciativas que, no âmbito parlamentar, os comunistas têm assumido em defesa da regionalização:

«Foi o PCP o primeiro partido político a apresentar na Assembleia da República uma proposta com vista à Regionalização.

«Mais tarde, em 1987, foi ainda o PCP que deu origem a uma larga discussão em todo o País sobre a Regionalização, ao apresentar o projecto 187/IV e ao promover a consulta às Assembleias Municipais, tendo então obrigado todas as forças políticas a assumir as suas responsabilidades perante as populações que aspiram, de facto, a uma efectiva descentralização do Poder e do Estado.»

Mais adiante a Distrital de Viseu do PCP reafirma:

«Entende o PCP (e a maioria das Assembleias Municipais então consultadas) que a verdadeira Regionalização não passa pelas CCR's ou

sua transformação em Regiões Administrativas.

«As Regiões Administrativas devem ter atribuições nos domínios do planeamento, desenvolvimento económico e social e ambiente, educação e ensino, cultura e património, cultura física e desporto, protecção civil, coordenação e apoio às acções dos municípios.»

Até Abril

«As Regiões Administrativas devem ter órgãos próprios, eleitos pelas populações no exercício pleno da democracia e no respeito pelas disposições constitucionais», sublinham os comunistas de Viseu.

Por fim, refira-se que o PCP apresentou recentemente na Assembleia da República um projecto de deliberação para a aprovação de um calendário dos trabalhos parlamentares que permita a inclusão e aprovação da Lei Quadro da Regionalização até Abril próximo.



As CCR's são meros órgãos do Poder Central, nomeadas pelo Governo, não representam as forças vivas das Regiões e têm poderes e capacidade financeira condicionados à vontade do «Terreiro do Paço», salienta a Distrital de Viseu do PCP

«A criação de uma CCR para Viseu não responde de nenhuma forma às necessidades de desenvolvimento e progresso do distrito; poderá apenas responder a objectivos pessoais e partidários, depois dos recentes desaires eleitorais sofridos pelo PSD.»



Camarada Falecida

Maria Dora Seiça Neves

Faleceu na cidade de Aveiro, a camarada **Maria Dora Moreira de Seiça Neves**, de 62 anos de idade, que pertencia à organização concelhia de Aveiro do PCP.

Viúva de Álvaro Seiça Neves, a camarada desaparecida percorreu, com aquele democrata, um longo caminho na oposição ao regime fascista derrubado a 25 de Abril, actividade que continuou após esta data.

No funeral, realizado da sua residência para o Cemitério novo de Aveiro, tomaram parte centenas de amigos, estando o PCP representado por uma delegação que incluía os camaradas Sérgio Teixeira e Carlos Fraião, da Comissão Política do CC e os camaradas Manuela Bernardino e José Bernardino, do CC do PCP, tendo este último proferido o elogio fúnebre.

MEALHADA

A Câmara Municipal a Sociedade das Águas do Luso e a cambalhota do presidente...

O assunto está a provocar compreensível burburinho na região centro. Recentemente até teve honras de destaque na RTP. No fundo, tem a ver com uma certa maneira — ambígua — de estar na vida política. É a história de quem — num dado momento — promete que actua de uma determinada forma e, depois, se «esquece» dos compromissos assumidos, optando pela esponja sobre o assunto — neste caso ensoado em água mineral... Como sublinha a Comissão Concelhia da Mealhada do Partido Comunista Português, «o PS dá a cambalhota em relação à acção judicial movida pela Câmara Municipal contra a Sociedade das Águas do Luso e atraiçoa as expectativas da população». Aquele organismo do PCP explicou aos órgãos da Comunicação Social os pormenores do episódio. Aqui ficam.

«Ao tomarmos conhecimento da posição do actual Presidente da Câmara (que afirma ser seguida na Câmara e Assembleia Municipal, onde o PS detém a maioria), sobre a recusa de levar em frente a acção judicial contra a Sociedade das Águas do Luso, cabe-nos perguntar:

• **O que mudou desde Novembro de 1988, para que o PS venha agora dar o dito por não dito?**

É necessário avivar a memória do PS e dos seus eleitos, sobre o que aprovaram em Assembleia Municipal Extraordinária em 18 de Novembro de 1988?

Pois aqui vai.»

O que aprovaram em Novembro de 88...

Os comunistas recordam o documento aprovado:

«A Assembleia Municipal da Mealhada reunida extraordinariamente em 18 de Novembro de 1988, decidiu aprovar o seguinte:

1.º — **Recomendar que a Câmara Municipal da Mealhada contacte um advogado ou organize um gabinete técnico de assessoria jurídica especializada em Direito Administrativo.**

2.º — **Exigir que a Câmara Municipal da Mealhada proponha judicialmente uma acção contra a Sociedade das Águas do Luso, no máximo até 31 de Janeiro de 1989, em que solicitará que aquela Sociedade seja condenada:**

• **A reconhecer que o Município detém o direito de propriedade e o direito de exploração do estabelecimento público das Águas do Luso, com o material técnico utilizado na exploração, bem como o direito à designação «Águas do Luso»;**

• **A proceder à entrega da nascente e dos terrenos onde ela brota e outros expropriados, bem como do estabelecimento**

balnear e tudo o que hoje se integra no âmbito da concessão;

• **A pagar-lhe uma indemnização pelos prejuízos que lhe advieram da falta de entrega do estabelecimento no fim do arrendamento e da concessão e de tudo o que a Sociedade indevidamente recebeu ou por ela foi recebido em virtude da concessão ter deixado de existir.»**

Além desta proposta apresentada pela CDU, outra idêntica foi apresentada pelo PS, tendo ambas sido aprovadas, lembrá a organização do PCP.

Chega de conversa fiada!

Acrescenta e interroga a Comissão Concelhia do PCP:

«Que interesses e valores entretanto se levantaram para que o srs. vereadores **António Gonçalves, Augusto Mamede e Carlos Cabral** mudem agora de opinião quando se mantêm actuais as razões que na altura justificaram a sua posição?

«Quanto ao diálogo que agora defendem, aconselhamos a leitura da acta da reunião de Câmara acima citada, para encontrar nas declarações de voto então feitas, que a solução do diálogo era uma via esgotada.»

«Ao contrário do que o Presidente da Câmara referiu em conferência de Imprensa, a população do Luso tem de facto que estar muito preocupada.»

E mais adiante, o PCP questiona:

«Ou o Sr. Presidente considera que ficar sem emprego e com a fome a bater à porta é motivo para despreocupação?»

«A população do Luso está farta de conversa fiada. Quer ver os seus problemas resolvidos.

«Enquanto o PS apela ao diálogo, são despedidos mais 17 trabalhadores a juntar aos duzentos já despedidos e o Governo PSD/Cavaco Silva, confirma a privatização da Centralcer com as graves consequências que trás para a Sociedade das Águas do Luso.

«A Concelhia da Mealhada do Partido Comunista Português considera de grande hipocrisia a posição assumida pelo Presidente da Câmara Municipal que coloca em risco o progresso do concelho, ao mesmo tempo que não augura nada de bom para o mandato que agora inicia.

«O PCP, confirmando a sua coerência, continuará a intervir nos órgãos onde está representado, para defender os interesses do concelho e particularmente da população do Luso.

«Assim, no seguimento do requerimento apresentado ao Governo em 30/11/89, através da Assembleia da República, deslocar-se-á no próximo dia 27 de Janeiro à freguesia do Luso um deputado do PCP na AR.

«Na Assembleia Municipal de 26 de Janeiro, de novo defenderemos os justos interesses dos trabalhadores do Luso e a acção judicial.

«Apelamos aos trabalhadores e população do Luso em geral, para que se mantenham alerta e unidos contra manobras deste tipo.»

PCP

LEIRIA: preparar melhor o Partido

Direcção Regional e Coordenadora dos Concelhos e Frentes de Trabalho avançam «vasto conjunto de medidas»

Os eleitos da CDU continuarão a manter uma postura de diálogo e cooperação com todos os eleitos interessados em resolver os problemas locais, apoiando as propostas justas, seja quem for que as apresente — salienta o apanhado de conclusões da recente reunião conjunta da DORLEI (Direcção Regional de Leiria) com a Coordenadora dos Concelhos e Frentes de Trabalho do PCP. Entretanto, no passado fim-de-semana teve lugar na **Marinha Grande** uma reunião distrital de membros das Comissões Concelhias e outros organismos de direcção onde se debateu a situação política nacional e internacional. Estiveram presentes 122 elementos de 10 Concelhias e de outros organismos.

Temas de viva actualidade no plano regional foram intensamente debatidos pela DORLEI e pela Coordenadora dos Concelhos e Frentes de Trabalho. Vejamos algumas notas mais destacadas dessa discussão.

As lutas do trabalhadores e de outras camadas da população na defesa dos seus interesses têm assumido uma relevante expressão que se saldaram por significativas vitórias e uma contribuição decisiva no isolamento do Governo Cavaco Silva e da sua política antipopular.

O movimento sindical unitário mais uma vez assumiu um papel determinante na organização e desenvolvimento da luta reivindicativa dos trabalhadores por melhores salários, por redução dos horários de trabalho, pela manutenção dos postos de trabalho e contra o desemprego, em defesa dos direitos e realidades alcançadas.

A DORLEI salienta a alta importância do reforço das

organizações sindicais e o seu insubstituível papel na promoção de uma defesa eficaz dos interesses das camadas laboriosas do nosso distrito, particularmente no momento em que se prepara o II Congresso da União dos Sindicatos de Leiria, a realizar no próximo fim-de-semana.

Luta dos vidreiros...

Os recentes aumentos de preços de bens essenciais e os novos que se anunciam, a persistência por parte do Governo numa política de baixos salários, como expressa o irrisório aumento do salário mínimo nacional e as propostas de revisão salarial das empresas públicas como é o caso da FEIS (Marinha Grande) sem convergência sequer com a taxa oficial de inflação, são novas manifestações de natureza anti-social do Governo PSD.

É contra esta política que cresce a contestação social e se desenvolvem novas e importantes lutas.

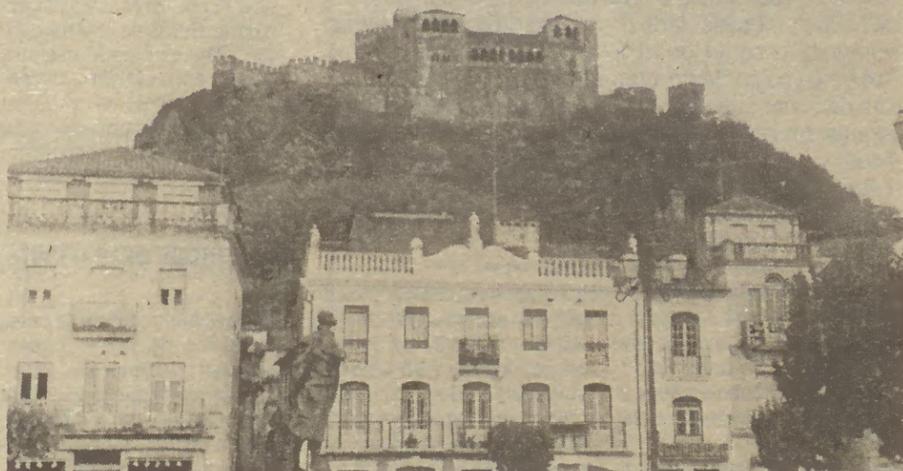
Os comunistas de Leiria saúdam os trabalhadores em luta no distrito, com relevo para a luta dos vidreiros, por melhores salários, e dos metalúrgicos, pela redução dos horários de trabalho e revisão salarial. A luta dos enfermeiros, pela dignificação da sua profissão, é também destacada na análise da DORLEI.

É também com preocupação que a DORLEI do PCP constata a passividade dos organismos oficiais e do Governo face ao desmesurado aumento das várias formas de trabalho precário, sem vínculo e sem direitos e a escandalosa situação de extrema exploração de que são alvo os trabalhadores africanos laborando em várias empresas do distrito em regime de sub-aluguer.

... e dos agricultores

A DORLEI do PCP manifesta igualmente a sua solidariedade com a luta dos agricultores do distrito, vítimas da política agrícola do Governo PSD/Cavaco Silva. Particularmente grave é a situação do sector frutícola e leiteiro, a exigir apoios e medidas urgentes.

Os graves prejuízos causados pelos recentes temporais ainda agravaram mais a crise que atravessa a agricultura regional, com particular relevo na zona do Vale do Liz, a exigir uma intervenção urgente de forma a minimizar os graves prejuízos causados no sistema de rega e enxugo e na produção.



Leiria: os comunistas lançados no trabalho tendo como perspectiva o reforço e a preparação do Partido para as tarefas e as responsabilidades dos anos 90

O encerramento das feiras do gado aos suínos está a causar avultados prejuízos aos agricultores, o que exige do Governo e do MAP a criação de formas alternativas de modo a garantir os interesses da pequena e média produção, alertam os comunistas leirienses.

Descentralização de tarefas

A DORLEI do PCP e a Coordenadora Distrital dos Concelhos e Frentes de Trabalho decidiram um vasto conjunto de medidas orgânicas e de direcção de trabalho a seguir, com vista a preparar e capacitar melhor o Par-

posta às novas exigências de intervenção no plano social, político e ideológico.

Do vasto conjunto de medidas tomadas foi decidido dar muita importância à linha de trabalho que tem vindo a ser seguida no sentido da descentralização de tarefas e responsabilidades.

Como foi sublinhado há que trabalhar para que os organismos de direcção cada vez mais assumam as suas responsabilidades, tenham iniciativa, vida própria activa e dinâmica.

Sendo isto válido para os organismos também o é para os seus membros e responsáveis, ligando cada vez mais as responsabilidades colectivas às responsabilida-

des e iniciativa individuais.

«Quantos somos no distrito, onde estamos e onde devemos estar organizados?». O Partido tem de aprofundar e analisar com realismo estas questões.

Há um grande número de membros sem ligação regular ao Partido. É necessário enquadrar estes militantes como também é importante resolver situações de militantes que deixaram de o ser e cujos processos se arrastam há vários anos.

Estão em distribuição os cartões de militante para 1990/1991, devendo ser aproveitado todo o processo de preparação do Congresso, o aniversário do Partido e outras iniciativas para distribuir os cartões aos militantes.

É de realçar o lançamento da campanha nacional dos 150 mil contos para o pagamento dos terrenos da Festa do «Avante!». Uma iniciativa de grande importância política e financeira, uma tarefa de primeiro plano para cada organização e para todos os militantes do Partido, refere a DORLEI.

Congresso

No debate da situação política e social, nacional e regional, foi também analisada a Resolução do Comité Central de convocar um Congresso Extraordinário do Partido, a realizar no primeiro semestre deste ano.

Tal iniciativa foi acolhida com satisfação e desde já a ORLEI se compromete a tudo fazer para aproveitar este importante factor para a dinamização de todo o Partido no distrito.

O amplo debate que deve ser preparado em todas as organizações locais do Partido deve ter em vista fazer com que todos os militantes comunistas do distrito, de forma crítica e autocrítica, aberta, fraterna e franca, possam participar no exame colectivo dos problemas e nas orientações e decisões a tomar, para que o Partido se fortaleça e melhor responda com êxito aos novos desafios e às novas situações.

Castelo Branco

Questões sociais e realidade autárquica abordadas pelo Executivo distrital do PCP

Das palavras aos actos vai uma grande distância — lembra a sabedoria popular. No distrito de **Castelo Branco** ainda há quem fale, em sintonia com o Governo, de melhorias da vida e até de progresso... Depois, vai-se ao encontro da realidade e as coisas são bem diferentes. Por exemplo: que melhorias sentem os trabalhadores da **Albéu** e da **M. Lourenço**, duas empresas da Covilhã que encerraram? Que sentirão os trabalhadores que têm os seus salários pagos sistematicamente com atraso noutras empresas têxteis? E os que não recebem ainda o equivalente ao salário mínimo nacional? Em nota divulgada há dias aos órgãos da Comunicação Social, o Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco, do PCP, chamava a atenção para estas e outras questões que marcam o quotidiano nesta zona do País.

Aquele organismo do PCP avança mais alguns elementos concretos:

• «A **Portucel** continua numa situação indefinida, que cria instabilidade entre os trabalhadores e suas famílias.

• «A **Sotima**, ainda há pouco tempo considerada como o supra-sumo do desenvolvimento do distrito, é agora palco de manobras do patronato que a considera

uma fonte de prejuízos...

• «As **Minas da Panasqueira** continuam num processo acelerado de redução do número de trabalhadores.»

As privatizações em curso — acrescenta a Distrital do PCP — e em perspectiva estão a fomentar instabilidade e apreensões, como é o caso da Rodoviária Nacional. A política do rentável e o des-

prezo pelos objectivos de serviço social, alertam os comunistas, provocará graves isolamentos a certas aldeias da região, que poderão vir a ficar privadas de carreiras rodoviárias.

É ainda lembrada a difícil situação dos agricultores do distrito, a braços com as consequências das recentes chuvas.

113 eleitos

«É preocupação dar acompanhamento regular aos 113 eleitos para os diversos órgãos autárquicos do distrito, no sentido do cumprimento dos programas eleitorais e no trabalho em defesa do progresso e do bem-estar das populações», destaca a Distrital do PCP, referindo-se à CDU e à frente autárquica.

O Executivo da CD tomou conhecimento de diversos acordos pontuais com eleitos de outras forças políticas na eleição para as mesas das Assembleias Municipais e de

Freguesia e para os executivos das JF.

A grande maioria desses acordos pontuais foram feitos com os eleitos do PS (Covilhã, Alcaide, AM do Fundão, Paúl, Sobral S. Miguel, São Martinho, Lardosa e AM de Castelo Branco), confirmando a orientação do Partido de privilegiar os acordos e consensos com as forças democráticas.

O Executivo da C. Distrital lamenta que dificuldades de diálogo tivessem impedido dar maior expressão a esses acordos.

O diálogo entre as forças democráticas continua a ser premente, até porque a direita continua a ter a hegemonia nos órgãos autárquicos na zona do Pinhal e a maioria nas duas maiores cidades do distrito (C. Branco e Covilhã), prolongando a acção negativa do Governo PSD na vida autárquica, sublinham os comunistas.

A grave situação com que se debate o povo trabalhador

do distrito exige um esforço de entendimento das forças democráticas e, se possível, de acção, no sentido de se resolverem alguns problemas prementes. Neste sentido, a Comissão Distrital de C. Branco do PCP enviou à Federação Distrital do PS uma carta convidando esta organização para uma reunião conjunta.

Distrital reúne a 4 de Fevereiro

A Comissão Distrital do PCP vai reunir no próximo dia 4 de Fevereiro para discutir a planificação do trabalho preparatório do XIII Congresso, procurando uma ampla participação nos debates, de todos os membros do Partido, visando a coesão interna e o reforço organizativo e uma elevação da intervenção das organizações e militantes do Partido nas lutas de massas, pelo bem-estar dos trabalhadores e da população.

Parlamento Europeu

Comunidade Europeia em dilema

Reforço da coesão ou regresso dos nacionalismos



O discurso de Jacques Delors no Parlamento Europeu, a semana passada, por ocasião da apresentação do programa de trabalho da Comissão Europeia para o ano em curso, versou dois aspectos fundamentais: a afirmação da CEE como o grande polo de atracção político e económico a nível europeu, por um lado, e por outro a necessidade do reforço da coesão interna comunitária como forma de alcançar um papel de liderança no contexto internacional. Um discurso que traduz, afinal, as preocupações de alguns dos países da comunidade face aos acontecimentos em curso nos países de leste e suas influências no equilíbrio dos Doze e a batalha surda que se trava no seu seio pelo aumento das zonas de influência de cada um.

Para Jacques Delors a Comunidade está hoje confrontada com duas correntes antagónicas que põem na ordem do dia o debate sobre a construção europeia: uma defendendo o desaparecimento da União dos Doze, tendo em conta que ela surgiu com a guerra fria e no pressuposto de que uma vez ultrapassada essa fase deixam de ter razão de ser os motivos que lhe deram origem; outra defendendo, pelo contrário, o reforço da Comunidade, nomeadamente com a adesão imediata dos países do centro e do leste europeu.

Para Delors, se a primeira corrente significa o abandono «da experiência acumulada

ao longo de quarenta anos no difícil e estimulante caminho da aprendizagem da soberania partilhada», a troca do ressurgimento dum «nacionalismo primário», a segunda arrisca a queimar etapas «no exercício da democracia pluralista e da economia de mercado», como se tal não levantasse quaisquer problemas do ponto de vista «financeiro e institucional». Citou a propósito os sete anos de preparação da Espanha e de Portugal para a adesão à Comunidade, que considerou fundamentais para «os seus actuais sucessos e a sua eminente contribuição para o reforço do espírito comunitário».

Mas que pretendeu afinal

dizer aos parceiros europeus Jacques Delors?

Fundamentalmente - e com a diplomacia que a situação exige - que as alterações em curso nos países de leste não devem pôr em causa a Comunidade Europeia. Neste contexto, Delors chegou mesmo a propor, em alternativa à iniciativa de Gorbachov da Casa Comum Europeia, a criação de uma «aldeia europeia com uma sólida casa comunitária».

As ajudas para o leste

Só aparentemente as preocupações de Delors podem parecer deslocadas, num momento em que tudo a nível comunitário está a funcionar para a concretização dos objectivos definidos pelo Acto Único.

As notícias oriundas da Comunidade, ao mais alto nível, põem a tónica no interesse comum em ajudar de imediato alguns países, como a Polónia e a Hungria, para quem já foram disponibilizados 300 milhões de Ecus.

Numa primeira análise, tal verba para ajuda alimentar imediata pode até parecer substancial. E mais ainda se se tiver em conta a decisão de

criar o Banco Europeu para a Reconstrução, para além de outras formas de cooperação.

Mas a verdade, poucas vezes equacionada, é que essa ajuda comunitária não é mais do que uma gota de água quando comparada com as ajudas individuais que alguns países da comunidade estão por iniciativa própria a fornecer aos países do leste europeu.

O caso mais paradigmático é o da RFA, seguido de perto pela França, numa mais que evidente tentativa de conquistar influências directas nesse domínio, independentemente das decisões tomadas entre os Doze e, mesmo, apesar delas.

Na RFA, cujo peso e importância na Comunidade ao longo dos últimos anos é inegável, ganham cada vez mais força as tendências para uma intervenção autónoma, quer na perspectiva da reunificação da Alemanha quer numa hipotética Grande Alemanha, ventilada ainda quase em segredo mas ventilada mesmo assim.

Se estas posições da RFA têm motivado iniciativas por parte da França no sentido de não perder o combóio no jogo de influências, não é menos certo que a «agressividade» do Japão a apostar em pleno na conquista de espaço a leste está igualmente a pesar nesta corrida.

Não deixa de ser curioso assinalar o facto de Jacques Delors ter explicitamente afirmado no seu discurso que «seja qual for a solução encontrada para ajudar esses países, é impossível dissociar o papel económico da Comunidade do seu papel político».

O preço das ajudas

Mas para além dos jogos de bastidores que se desenvolvem neste domínio, importa questionar, num momento em que tanto se fala de ajudas, que ajudas afinal são essas e qual o preço que os «beneficiários» vão ter de pagar por elas.

Se a cooperação económica e apoios ao desenvolvimento são no presente uma necessidade e abrem perspectivas de vantagens mútuas a longo prazo, não pode deixar de ser preocupante o facto de a Comunidade fazer depender tais apoios não apenas de reformas económicas profundas mas também de novas estruturas políticas. Exigências que perfiguram cada vez com maior nitidez a apetência de ingerência em assuntos internos de países soberanos. Um preço que arrisca a tornar-se demasiado caro, num futuro próximo.

Mas para além de tudo isso importa saber como se traduzem na prática as ajudas comunitárias. Salvaguardadas as devidas diferenças, vale a pena lembrar o que têm sido, desde o seu início, os acordos de Lomé, teoricamente destinados a ajudar e promover o desenvolvimento dos chamados

países ACP - África, Caraíbas e Pacífico - e que em Dezembro último, após difíceis negociações, levaram à assinatura de Lomé IV.

Limites

No aspecto financeiro, a rude negociação realizada conduziu a um resultado insatisfatório para os ACP, mesmo se alguns dos Estados membros da CEE (como a Inglaterra e a RFA) consideram que se ultrapassou um «limite fatídico».

O pacote financeiro global representaria, em relação a Lomé III um acréscimo de 40% em termos nominais e de cerca de 20% em termos reais. Mas vejamos o que isso significa.

Para os cinco primeiros anos (1990-95) de vigência da Convenção (cuja duração total é de 10 anos) o volume global do financiamento atinge 12,165 mil milhões de Ecus (um Ecu equivale aproximadamente a 179,293 escudos), dos quais 10,8 mil milhões, a título de ajuda programável (subsídios), incluindo o STABEX (sistema de estabilização das receitas provenientes da exportação de matérias-primas) e o SYSMIN (sistema cujo objectivo era restabelecer a capacidade de produção no sector mineiro, mas que nunca funcionou), e 1,2 mil milhões a título de créditos especiais do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Na fase final das negociações houve um acréscimo de cerca de 100 milhões de Ecus para satisfazer exigências dos ACP, visando repor o que a CEE pretendia no último momento diminuir.

Do pacote financeiro global, 1,1 milhões de Ecus (em subsídios e empréstimos) são afectados ao ajustamento estrutural dos países ACP. Os países ACP necessitariam, pelo menos, de 17 mil milhões de Ecus e chegaram, durante as negociações, a indicar 15 mil milhões como o mínimo que poderiam aceitar. Compreende-se deste modo a debilidade negocial dos ACP face aos grandes países da CEE que, apesar das apregoadas boas intenções de ajuda ao desenvolvimento, não se dispuseram a suportar os encargos financeiros adicionais.

Lomé IV, recapitulando, significará 12 mil milhões para 69 países.

Tendo em conta a inflação, o aumento demográfico, a deterioração dos termos de troca, concluiu-se que a dota-

ção financeira por país acusa uma diminuição líquida de Convenção para Convenção. Não há progresso, há retrocesso!

Considere-se apenas que as cotações das matérias-primas exportadas pelos ACP baixaram espectacularmente até ao nível que tinham nos anos 30, ao passo que os produtos manufacturados que os ACP são obrigados a comprar no exterior têm registado sensíveis aumentos de preço. Entre 1980 e 1987 o poder de compra dos ACP baixou de 64% (segundo dados do Ministro do Comércio Externo do Senegal, Seydina Sy).

Um balanço desfavorável

O balanço das negociações de Lomé IV assim sumariamente exposto não é, pois, favorável à parte mais fraca. O facto de outros países industrializados ou organizações económicas internacionais terem sistemas de «cooperação» com o Terceiro Mundo ainda piores do que a CEE, não faz da Convenção de Lomé um «modelo de cooperação» «desinteressada» ou «exemplar».

O Banco Mundial acaba de publicar um relatório alarmante sobre a África. «Os africanos estão hoje quase tão pobres como há 30 anos» - afirma o Banco Mundial, que adverte também para o risco de o afundamento de África se vir a traduzir numa tragédia.

Contra o declínio de África, o próprio Banco Mundial preconiza um programa estratégico que, nos anos 90, reponha as economias subsaharianas no caminho do crescimento. Isso implicaria um aumento de 4% em termos reais, durante a década de 90, da ajuda pública ao desenvolvimento e a aplicação de mecanismos de alívio da dívida externa.

A nova Convenção de Lomé, assinada com um conjunto de países entre os quais se contam os mais pobres do mundo, demonstra que a CEE está longe de responder a um dos mais dramáticos «desafios» do tempo presente.

Afinal, a prosperidade dos países capitalistas mais desenvolvidos continua a assentar numa ordem económica internacional profundamente injusta.

A luz destes exemplos, não se pode dizer que as perspectivas da tão propalada ajuda aos países do leste europeu sejam as melhores.

Programa para 1990 esquece dimensão social

O Programa da Comissão das Comunidades Europeias para este ano afirma ter como prioridade a concretização dos objectivos definidos pelo Acto Único, mas continua a privilegiar as propostas relativas ao Mercado Interno e a esquecer as respeitantes à coesão económica e à dimensão social do desenvolvimento.

Quem o afirmou foi o deputado comunista Carlos Carvalhas, ao intervir a semana passada no debate sobre a matéria realizado em Estrasburgo, onde fez notar que a constituição de uma zona de livre circulação de capitais, entre espaços de níveis de desenvolvimento diferentes, tendem a reforçar os que se encontram em posição mais forte e a fragilizar os que se encontram em situação mais fraca.

Para o deputado comunista, não basta a duplicação dos fundos estruturais até 1992, apesar dela ser positiva. Só por si «os fundos não são só insuficientes como não esgotam o leque das medidas necessárias que permitam redução das assimetrias regionais e sociais (reforço tecnológico, transportes, preferências comunitárias...)».

Por isso mesmo importa saber se «em face da aproximação do mercado único de 1993 e do novo salto qualitativo que representa a União Económica e Monetária, se não prevê novos reforços dirigidos às reformas estruturais das regiões de maior atraso económico relativo».

Uma questão que interessa obviamente a Portugal, tal como tudo o respeitante à concretização da dimensão social que, segundo a Comissão, conhecerá este ano um primeiro avanço em aspectos considerados mais urgentes.

Um avanço considerado por Carlos Carvalhas como insuficiente, já que a Comissão não responde a questões como «o fomento do emprego e da qualidade do emprego», a duração do trabalho, o trabalho precário, o trabalho infantil».

Segundo aquele deputado, depois da «descharacterização da Carta Social sempre se poderia pensar que a Comissão tivesse alguma ousadia no campo do seu programa de acção». Mas não foi isso que sucedeu, pois «para além da sua reafirmação de que intensificará o seu esforço para desenvolver o diálogo social», na prática fica-se «pelo magro compromisso de que prosseguirá, utilizando o artigo 118 A do Tratado, a sua acção no domínio da protecção da saúde e da segurança nos locais de trabalho».

Há que concordar que é

pouco, sobretudo se comparado com a liberalização de capitais e a unificação dos mercados financeiros.

Para o deputado do PCP, não restam dúvidas de que a dimensão social do desenvolvimento continua a ser subalternizada. E em aberto fica a questão de se saber como é que a Comissão - que diz reconhecer que a realização de um espaço sem fronteiras segundo uma abordagem global é uma das condições do sucesso do mercado único - pretende resolver esta contradição entre a teoria e a prática.

Carlos Carvalhas referiu-se ainda a um outro problema: o da especulação financeira. Segundo disse, «as aplicações financeiras puramente especulativas, subtraídas à esfera da chamada economia real, continuam a crescer em flecha», pelo que se torna cada vez mais urgente saber se a Comissão não considera que «esta política está em contradição com a necessidade da criação de empregos estáveis», ou ainda que a chamada «economia de casino» continua a aumentar os riscos e a dificultar um crescimento mais harmonioso no seio da Comunidade. O deputado lembrou a propósito a «recente queda das bolsas e as perspectivas pouco optimistas sobre a economia americana», que na sua opinião deveriam aconselhar a Comissão a uma maior prudência.

O Militante

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

Internacional

ÁFRICA

«Linha da Frente»
reúne na Zâmbia

Uma importante cimeira reuniu na capital da Zâmbia os chefes de Estado dos países da Linha da Frente. Participaram também, como representantes do ANC, Walter Sisulu e Alfred Nzo e Sam Nujoma, presidente da SWAPO.

No centro das conversações, a actual situação na África do Sul, a estratégia a desenvolver para um processo de transformações políticas no país, e a análise dos processos de paz em Angola e Moçambique.

Pouco antes tinha decorrido em Lusaca uma reunião do Congresso Nacional Africano (ANC), para análise dos recentes desenvolvimentos na África do Sul e definição da estratégia de negociações com o governo de De Klerk.

Alfred Nzo, o presidente em exercício do ANC, referiu-se também à previsível libertação de Nelson Mandela e ao papel que o dirigente histórico do ANC irá futuramente desempenhar.

Questão fulcral, a preparação do movimento para possíveis negociações com o governo de Pretória, também para obviar ao risco de ser «apanhado de surpresa» pelas «reformas políticas» introduzidas por De Klerk sob pressão da luta de massas, e dos seus reflexos mesmo no seio da comunidade branca.

Alfred Nzo sublinhou, em particular, que o ANC «tem de abrir novos caminhos e manter firmemente a iniciativa».

Condições para a realização de negociações são — a libertação de Nelson Mandela, a legalização da organização, o fim dos julgamentos políticos e retirar as tropas das cidades segregadas.

A redução recíproca das actividades militares é uma das questões a abordar com o governo de Pretória. Se um tal acordo não for viável, disse Alfred Nzo, «teremos de continuar a resistência».

Entretanto, em conferência de imprensa há dias realizada na Cidade do Cabo, o ministro sul-africano da Justiça, Kobi Kutse, disse que o governo da África do Sul tenciona repensar a sua posição em relação a organizações até agora mantidas na clandestinidade.

O ministro reconheceu que este passo se deve à decisão da Frente Democrática Unida (UDF) de reiniciar a actividade política, apesar da proibição de Pretória. A uma pergunta sobre se o governo encara alterar a sua atitude face ao ANC e ao Partido Comunista Sul-Africano, o ministro disse que o governo aprovou uma «atitude aberta para com o problema».

Factos que em si próprios testemunham da importância da luta do povo da África do Sul contra o *apartheid*, no contexto de uma realidade internacional que lhe cria um quadro favorável.

Angola Decisões do CC do MPLA-PT

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho recomendou o «aprofundamento das medidas políticas e legislativas com vista a garantir a mais ampla participação e representatividade dos cidadãos no processo em curso, independentemente da sua convicção político-ideológica, crença religiosa e da inserção no processo produtivo, de maneira a estimular e criar condições para o desenvolvimento progressivo da sociedade civil».

O Comité Central do MPLA-PT decidiu remeter para o seu terceiro Congresso a «alteração do carácter de vanguarda da classe operária em vanguarda de todo o povo trabalhador e ajustamento do programa e dos estatutos».

Decidiu também aprofundar o estudo sobre o projecto de construção do socialismo nas condições particulares de Angola, destacando os objectivos e as acções que devem reunir o consenso nacional e satisfazer os interesses e aspirações das massas trabalhadoras.

Entretanto, um projecto lei para definir os critérios e o quadro legal das futuras associações de carácter cívico já se encontra em elaboração.

Já na sua mensagem de Ano Novo, o presidente José Eduardo dos Santos havia anunciado a criação de associações de carácter cívico, no quadro da ampliação da democracia em Angola.

Partido Comunista da Áustria
Saudação ao Congresso

O CC do Partido Comunista Português, enviou ao CC do Partido Comunista da Áustria, uma saudação ao seu 27.º Congresso, que transcrevemos.

Queridos camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saudou fraternalmente o 27.º Congresso do PC da Áustria e, por seu intermédio todos os comunistas do vosso país.

O PCP é solidário com a luta dos comunistas austríacos em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, pela salvaguarda da neutralidade da

Áustria, pela Paz e o progresso social, pelo socialismo.

Em Portugal, face ao governo contra-revolucionário do PSD, que prossegue a ofensiva pela restauração do poder económico do capital monopolista e dos latifundiários, têm-se registado importantes lutas populares. As eleições autárquicas de 17 de Dezembro último constituíram uma grande derrota do PSD e do seu governo, abrindo perspectivas favoráveis ao desenvolvimento da luta pela construção duma alternativa democrática ao governo do

PSD. Os resultados alcançados pelo PCP no quadro da coligação eleitoral CDU confirmam o nosso Partido como força necessária e indispensável a essa alternativa.

Os factos têm confirmado a justeza das grandes linhas de orientação traçadas no 12.º Congresso do PCP e do Programa nele aprovado. No entanto, modificações surgidas na situação nacional e internacional, em que avultam os complexos acontecimentos em países socialistas, levaram o CC do PCP a convocar um Congresso Extraordinário a realizar no 1.º

semestre de 1990, com o objectivo de reforçar a capacidade de intervenção social, política, ideológica e eleitoral do nosso Partido.

No plano internacional, o PCP considera que se criaram, com o contributo decisivo da «perestroika» no quadro da luta dos trabalhadores e dos povos, condições favoráveis ao avanço do processo de desarmamento e desanuviamento e à solução política dos mais perigosos conflitos regionais com respeito pela livre opção dos povos. Considera simultaneamente que para vencer a resistência do imperialismo, cuja natureza exploradora e agressiva não mudou (como confirma a invasão do Panamá pelos EUA) se impõe o fortalecimento da cooperação e unidade de todas as forças da paz e do progresso social, e em primeiro lugar dos Partidos Comunistas. Activamente solidário com a «perestroika» e outros processos de renovação do socialismo, o PCP vê entretanto com preocupação, graves e perigosos fenómenos de cedência ante o avanço das forças anti-socialistas e pressões e ingerências do imperialismo.

Com os desejos de melhores sucessos para os trabalhos do vosso congresso, reafirmamos a nossa vontade de reforçar as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos, em benefício dos trabalhadores e dos povos dos nossos países, da causa da paz, do progresso social, e do socialismo.

rialismo não mudou de natureza e insiste na sua pretensão de fazer recuar a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Condenando firmemente uma tal política, o PCP uma vez mais reitera a sua solidariedade ao PPDA nos seus esforços na procura da paz e na sua luta pelo progresso social e em defesa da independência nacional.

Viva o 25.º aniversário do PPDA

Viva a amizade entre o PCP e o PPDA.

Afeganistão

Partido Popular Democrático
25.º aniversário

Por ocasião do 25.º aniversário do Partido Popular Democrático do Afeganistão, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do PPDA, a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saudou fraternalmente por ocasião do 25.º aniversário do Partido Popular Democrático do Afeganistão e faz votos para que a sua actividade ao serviço dos trabalhadores e do povo afegão seja coroada dos

maiores êxitos.

O PCP valoriza a acção corajosa do PPDA para defender a Revolução de Abril e alcançar a paz no Afeganistão contra as forças reaccionárias, o fundamentalismo religioso e o imperialismo. A continuação do apoio militar dos EUA e do Paquistão à contra-revolução afegã, apesar dos esforços de paz do PPDA e do governo do Afeganistão e da retirada das tropas soviéticas, com a frontal violação dos acordos quadripartidos assinados em Genebra, confirma que o impe-

Estado de emergência no Haiti

Sábado passado foi instaurado o estado de emergência em todo o território do Haiti, por um período de 30 dias. O decreto, assinado pelo presidente do governo militar, general Prosper Avril, justifica a medida, considerando a «sucessão de actos atentatórios da ordem pública, tendentes a dificultar o normal funcionamento das instituições nacionais e a perturbar o processo democrático».

Entretanto, a proclamação do estado de emergência foi antecedida da prisão, nalguns casos com posterior expulsão do país, de dirigentes políticos de diversos sectores. Entre os detidos conta-se o dirigente do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), Max Bourjolly. E ainda, Louis Roy, da organização para a defesa da Constituição, o centrista Huberto de Ronc-ray e o socialista Serge Gilles.

Estava prevista para o período de Abril a Novembro, a realização de eleições municipais, legislativas e presidenciais no país.

Recorde-se que o general Prosper Avril subiu ao poder em Setembro de 1988, na sequência de um golpe militar (o 73.º na vida do país), sendo que antes colaborava com o general Namphy, anteriormente no poder.

As declarações de Avril aquando do golpe, com referências ao «respeito dos direitos e liberdades individuais», levantaram algumas esperanças num país que tem vivido uma complexa situação, desde o derrube do ditador Duvalier.

Quando do golpe de Avril, os comunistas haitianos manifestaram a sua satisfação pelas referências ao diálogo, desejando «que este clarão de esperança se transforme numa expectativa concretizada». A evolução dos acontecimentos indica entretanto que para o povo haitiano são bem difíceis os caminhos da conquista da democracia.

Índia, recolher obrigatório
em Cachemira

Violentos recontros ocorreram na região de Cachemira e Jammu, na Índia, entre militantes muçulmanos pró-independentistas e divisões do exército indiano. Há pelo menos 50 mortos e cerca de 200 feridos. Aos confrontos seguiu-se a declaração do recolher obrigatório.

O movimento independentista reclama a formação de uma república islâmica nas províncias de Cachemira e Jammu.

As questões étnico-religiosas têm frequentemente assumido na Índia proporções de sensível gravidade. Muitas e muitas pessoas têm sido assassinadas em nome do hinduísmo ou do movimento islâmico. De notar que o actual governo da Índia, dirigido por Singh, não dispõe de um apoio maioritário do nível do parlamento indiano, e depende nomeadamente do apoio do movimento fundamentalista hinduísta Bhartiya Janata Party, que registou importantes progressos eleitorais.

Desprestígio dos EUA
na América Latina

A visita próxima do vice-presidente dos EUA, Dan Quayle, à América Latina, tendo em vista restabelecer o «prestígio» americano após a intervenção no Panamá, está a suscitar repúdio em vários países.

No início de Janeiro, o presidente Bush demonstrou pela 1.ª vez publicamente a sua preocupação face à quebra do «prestígio» americano anunciando como «excepcionalmente importante» a viagem que Quayle deverá iniciar este mês a uma série de países latino-americanos, para esclarecer as razões que levaram à intervenção no Panamá. Alguns compromissos internacionais do vice-presidente chegaram mesmo a ser anulados. Mas, a organização das visitas acabaria por esbarrar com algumas dificuldades inesperadas.

Segundo o jornal «Baltimore Sun», até agora, do programa da viagem constam apenas o Panamá, as Honduras e a Jamaica.

«Alguns governos latino-americanos informaram, não oficialmente, Washington de que não querem receber Quayle neste momento», escreve o «Baltimore Sun». Um diplomata venezuelano declarou mesmo abertamente que a visita de Quayle ao seu país é «inoportuna» até que todas as tropas americanas sejam retiradas do Panamá. Segundo disse, a maioria dos latino-americanos prefere que Quayle fique em casa o mais tempo possível. O México, de acordo com a agência «UPI», também se recusou a receber Quayle.

As declarações do vice-presidente que não pretenderia «justificar-se» perante a América Latina não contribuíram para a programação das visitas. «Falarei da libertação do Panamá», afirmou Quayle em declaração pública, o que provocou uma vaga de protestos por parte dos países latino-americanos.

Internacional

AZERBEIJÃO

situação tensa

O estado de emergência continua a vigorar em Baku, apesar do ultimato avançado da parte do Azerbaijão, mas a situação continua ainda tensa e perigosa. Prosseguem manifestações, actos de agressão e mesmo assaltos a instalações públicas. Greves atingem a generalidade dos transportes e a imprensa. O bloqueio ferroviário cria sérias dificuldades ao abastecimento de energia na Arménia.

Ao mesmo tempo, as medidas tomadas com vista à normalização da situação começaram a surtir algum efeito. Na povoação de Eraskh na região de Ararat, realizou-se um encontro entre representantes das direcções do partido e do Estado da Arménia e do Azerbaijão. No encontro foi decidido enviar esforços conjugados com vista a impedir a escalada do conflito, pôr termo aos tiroteios e recantos, retirar os grupos armados das zonas fronteiriças, reconstruir as ferrovias sabotadas e reiniciar o tráfego ferroviário.

O comandante militar de Baku, general Vladimir Dubeniak, lançou um apelo a todos os azeris para que entreguem as armas que têm em seu poder.

Simultaneamente, o primeiro-ministro do Azerbaijão, Ayaz Mutalibov, lançou também apelos à calma, afirmando que o seu governo prosseguiria resolutamente a política destinada a «esta-

belecer a soberania e a independência do Azerbaijão».

No quadro de uma situação verdadeiramente dramática, a questão dos refugiados não só reflecte a agudeza dos problemas como influi também sobre o próprio desenrolar dos acontecimentos.

Milhares de refugiados chegaram nestes últimos dias a Moscovo, onde aliás se desenvolve um desmesurado esforço para os acolher da melhor forma possível. Hotéis, casas e clínicas de repouso são utilizadas para os albergar, e o governo soviético decidiu a atribuição de subsídios e a compra de roupas, calçado e outros artigos de primeira necessidade.

Entretanto, esta mesma realidade dos refugiados, parece funcionar como factor de agravamento dos conflitos. Em conferência de imprensa do representante permanente adjunto do Azerbaijão junto do governo soviético, Zaur Rustam-Zade, este

referiu o problema dos 200 mil refugiados azeris, obrigados a abandonar o ano passado os seus lares na Arménia, como uma das razões para as actuais perseguições aos arménios em Baku. Ódios atípicos que só podem conduzir a escaladas de violência sem futuro.

A propósito valerá a pena referir aqui um comentário de «L'Humanité», em que se diz: «Os elementos nacionalistas, de que se pressentem as ligações com a mafia e algumas forças conservadoras locais, desenvolvem a sua demagogia provocatória sobre um fundo de crise social (...) Tudo se passa como se, agora que, apesar das dificuldades, o diálogo instala-se nas margens do Báltico e na Moldávia, se quizesse utilizar um meio cultural diferente e as sequelas do subdesenvolvimento, que caracteriza o Cáucaso, para fazer da região um abcesso de fixação sobre o jovem e frágil corpo da perestroika».

Perestroika confronto decisivo

A perestroika entrou numa fase difícil e de «confronto decisivo entre o velho e o novo», disse Gorbachov, ao



falar na abertura de uma conferência nacional de dois dias, reunindo um milhar de representantes de operários, agricultores e engenheiros, no Kremlin.

Considerando que a perestroika se está a ampliar e aprofundar, envolvendo todas as áreas e camadas sociais, o dirigente soviético realçou entretanto que o processo de transformações fundamentais, sem as quais a sociedade soviética não se pode renovar, está a adquirir «formas agudas». O período de transição causa fenómenos dolorosos, afirmou, acrescentando ser imprescindível reduzi-los ao mínimo.

Esta conferência, promovida pelo CC do PCUS, destina-se a auscultar opiniões, tendo em vista a 3ª sessão do

Congresso de Deputados do Povo da URSS. O seu tema abarca — as perspectivas, orientações e prazos da perestroika, com a preocupação central de pensar medidas para quebrar o «círculo vicioso» em que se encontra a economia soviética, marcada pela escassez de produtos no mercado, o que não estimula os soviéticos a trabalhar mais, dificultando, por seu lado, a satisfação do mercado.

Entretanto, no decurso de uma reunião do Presidium do Soviete Supremo, dirigida por Gorbachov, foi decidido que as leis sobre a reforma económica, o aperfeiçoamento da federação soviética e o reforço da ordem, serão debatidas em primeiro lugar nesta sessão do Soviete Supremo.

RDA - desmentidos rumores de golpe de Estado

O primeiro-ministro da RDA, Hans Modrow, desmentiu categoricamente esta semana rumores segundo os quais elementos da antiga polícia de segurança, e partes do exército estariam a preparar um golpe de Estado.

Os rumores de que um golpe de Estado estaria em preparação na RDA foram lançados pelo Bild-Zeitung, jornal de escândalos publicado na Alemanha Federal.

Além do desmentido formal do governo, também a oposição repudiou em bloco o boato veiculado pelo periódico da RFA.

No início desta semana teve lugar em Berlim mais uma reunião da chamada Mesa-Redonda, em que Hans Modrow propôs que a oposição nomeasse personalidades que substituam ministros do PSUA no governo.

Segundo o primeiro-ministro da RDA «o processo de democratização no país entrou em nova etapa», a que deverá corresponder a cooperação entre o governo e a oposição.

Até agora a oposição na RDA tem recusado integrar o governo antes das eleições que terão lugar a 6 de Maio.

Hans Modrow propôs também que elementos da oposição integrem a delegação que em Fevereiro se encontrará em Bona com o chanceler alemão-federal Helmut Kohl.

No domingo, o presidente do PSUA Gregor Gisy anunciou a expulsão de Egon Krenz do Partido. Egon Krenz anunciou já que recorreu da expulsão de que foi alvo do PSUA.

Relações RDA/RFA: Shevardnadze contra aceleração artificial

O ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Eduard Shevardnadze, manifestou-se contrário à aceleração artificial do «processo intergermânico» e a sua separação das realidades europeias.

Em artigo publicado na semana passada no jor-

nal Izvestia, Shevardnadze salienta que as relações entre os dois Estados alemães «podem catalizar seriamente os processos pan-europeus de integração e consolidação». Mas o ministro soviético adverte também para a possibilidade de que essas relações «se tornem num factor destruidor, se começarem a contradizer a ordem jurídica internacional».

Para Eduard Shevardnadze o ritmo e envergadura das mudanças em curso está a tornar premente a realização de um debate que poderia ser a concretização da proposta feita por Mikhail Gorbachov em Roma, de realização este ano de uma cimeira pan-europeia.

Comunistas jugoslavos em Congresso

Os trabalhos do XIV Congresso (Extraordinário) da Liga dos Comunistas da Jugoslávia iniciaram-se no fim da semana passada em Belgrado.

Em debate neste Congresso está a «Declaração para um Socialismo Democrático», documento que abre o caminho para o multipartidarismo na Jugoslávia, e segundo o qual a LCJ renunciaria ao papel dirigente do país e da sociedade.

Stefan Korosec, secretário do Presidium do CC da LCJ, em entrevista dada à agência Novosti na véspera do início dos trabalhos do Congresso, defendia que a Liga dos Comunistas da Jugoslávia deveria participar nas eleições gerais que terão lugar este ano com os seus candidatos próprios, separando-se da Aliança Socialista.

Naquela entrevista Korosec afirmava que «os resultados das eleições determinarão o papel» dos comunistas na administração do Estado, e advogava a «formação de uma coligação das forças de esquerda que se reclamam do socialismo democrático».

Entretanto, os delegados da Eslovénia no Congresso concretizaram a ameaça de abandonar os trabalhos. O presidente do CC da Liga dos Comunistas da Eslovénia afirmou em entrevista à agência noticiosa jugoslava Tanjug que a decisão de abandonar o Congresso «não significa o fim da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, mas é o início de um diálogo sério sobre o futuro do Partido». Segundo o

líder dos comunistas da Eslovénia, a delegação abandonou o Congresso por sentir que não participava na discussão em pé de igualdade.

Bulgária - Comunistas preparam Congresso

Terá início no próximo dia 30 em Sófia, o XIV Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Búlgaro. Este Congresso, segundo o projecto de declaração política apresentada, será o início da transformação do Partido Comunista Búlgaro em «Partido do socialismo democrático».

No projecto, cujo resumo foi divulgado pela TASS, afirma-se ser «tarefa dos comunistas búlgaros a criação de um partido marxista capaz de ser a força dirigente da construção do socialismo democrático e humano». O projecto de declaração política afirma que «o PC Búlgaro na sua forma actual não conseguirá a materialização dessa tarefa».

No documento para discussão no XIV Congresso (Extraordinário) o PCB define-se a si próprio como «partido marxista, que aproveitará a prática valiosa da teoria do marxismo clássico, a evolução ideológica do movimento progressista fora do marxismo, e a prática do actual desenvolvimento social, científico e cultural».

Checoslováquia e União Soviética debatem retirada das tropas

Teve lugar na passada semana em Praga a primeira ronda de conversações sobre a retirada das tropas soviéticas estacionadas na Checoslováquia.

Nesta primeira ronda de conversações o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros checoslovaco apresentou ao seu homólogo soviético um projecto de acordo em que se apontam datas concretas para uma retirada gradual, e em que se estabelece o estatuto das tropas soviéticas durante a retirada.

A agência TASS classificou esta ronda como uma «troca construtiva de opiniões que permitiu conhecer as posições» das duas partes sobre os aspectos políticos, militares, jurídicos e financeiros do problema. As delegações dos dois países vão continuar as conversações em Moscovo, na primeira semana de Fevereiro.

ANO 29 - SEMANA 1 - Nº 121 - 26/1/1990 - PREÇO: 1000
Publicação de todos os dias - UNICOM

Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Após insistentes reclamações nos sindicatos, os operários têxteis do Norte conseguiram há meses um pequeno aumento de salários. Foi uma vitória, mas os patrões procuram sabotá-la por todas as formas. Retiraram o subsídio de 10 a 20% que antes distribuíam. Reduziram os dias de trabalho a 3 ou 4 por semana, obrigaram os operários e operárias a trabalhar com vários teares ao mesmo tempo, num trabalho exaustivo para a saúde. Na Fábrica Mindelo, do grande capitalista Delfim Ferreira, há operários e operárias que trabalham simultaneamente com 10 teares (!!!). Distribuem fio de má qualidade, que parte com frequência e reduz o rendimento e os ganhos dos operários nuns 20 a 25\$00 por semana. Obrigam as operárias a desistir do subsídio de

parto e, sob a ameaça de despedimento, a assinarem como se tivessem recebido. Tal o caso da Fábrica do Barreiro, em Sto. Tirso.

Se os operários chegam à fábrica dois ou três minutos mais tarde, são obrigados a trabalhar um dia inteiro sem ganhar, ou então são despedidos, como aconteceu na fábrica Abel Alves de Figueiredo, de Sta. Cristina (Sto. Tirso).

A tentativa de despedimento de 30 operárias da fábrica dos «Inglês» no Porto (que só não foi por diante devido à greve de protesto das restantes operárias) é um sinal de alerta e uma lição para todos os operários têxteis do Norte.

«Os têxteis do Norte vítimas de uma exploração infame» - «Avante!», VI série, nº 174, Janeiro de 1973

AVANTE! PALESTINOS E COMUNISTAS

Orgão Central do Partido Comunista de Portugal

«Seguiram recentemente para os Estados Unidos brigadas de encarregados de grandes empresas a especializarem-se no «incremento da produção». Por esta forma os grandes industriais portugueses procuram arrancar de cada operário o máximo de esforço no trabalho.

Na fábrica Ferreira & Irmão, de Vila do Conde, as operárias da secção de tecelagem receberam ordem para passar a trabalhar com dois teares ao mesmo tempo (...).

Na Empresa Fabril do Norte, no Porto, desde há meses que as operárias foram obrigadas a trabalhar com 3 e 4 teares (...).

Na área industrial de Sto. Tirso, Riba d'Ave, Negrelos, Delães e em toda a bacia do Ave, a introdução de teares automáticos e a utilização de 4 e 5 teares ao mesmo tempo por cada operária ou operário têm motivado grande número de despedimentos e a redução dos dias de trabalho (...).

Na Fábrica de Cerâmica da Vista Alegre (Ilhavo) os patrões duplicaram o número de fornos para obrigarem os operários e operárias da secção de vidrados a darem o dobro do rendimento. Isto só não foi por diante por as operárias se terem unido e protestado com firmeza (...).

Na fábrica de Lâmpadas Lumiar os patrões contactaram um técnico estrangeiro e conseguiram à custa dos operários um rendimento 3 a 5 vezes maior. Agora estão despedindo os operários ou reduzindo-os a 3 ou 5 dias por semana.

A «campanha de produtividade», como os fascistas chamam aos novos métodos de exploração de origem americana, traz os maiores prejuízos para a classe operária. O mesmo serviço feito com muito menos pessoal dá como resultado o aumento dos despedimentos. Os operários mais velhos e mais fracos são os primeiros a serem despedidos. E os operários mais fortes ao fim de alguns anos acabarão também esgotados e com a saúde arrastada.

Aumentando os despedimentos, o patronato dispõe de uma reserva de desempregados como arma para recusar aumentos de salários e ameaçar com o despedimento os que lutam pelas suas reivindicações.

«Os trabalhadores lutam contra a «campanha de produtividade» - «Avante!», VI série, nº 184, Janeiro de 1954

Eleitos do PCP nas autarquias discutem trabalho em maioria

Presidentes de câmaras municipais e outros quadros comunistas ligados ao trabalho das autarquias onde a Coligação Democrática Unitária venceu as eleições de 17 de Dezembro reuniram-se no passado sábado em Lisboa, no centro de trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, para debater em conjunto as formas de cumprir os programas com que se candidataram.

Com situações e experiências diversificadas — a CDU, recordamos, obteve 50 presidências de câmaras municipais onde vive mais de 17 por cento da população portuguesa e que ocupam cerca de um terço da área do País —, discutiram-se questões como o estímulo à participação das populações, o estilo de trabalho dos eleitos e o funcionamento dos órgãos autárquicos, a regionalização, a relação com os trabalhadores das autarquias, o papel das organizações do Partido no acompanhamento desta frente de actividade.

Álvaro Cunhal fez no início da reunião uma intervenção sobre a situação política e os

aspectos que mais pesam neste início de mandato, salientando que a acção dos comunistas no poder local mostra como, na prática, entendem o exercício do Poder político no Portugal democrático.

No final, depois de quase três dezenas de oradores, interveio o camarada Luís Sá, que considerou de grande utilidade este tipo de reuniões, para troca de experiências e coordenação de acções.

O acontecimento não mereceu grande atenção da generalidade da comunicação social — e em particular da RTP —, talvez por se tratar de uma reunião de trabalho onde, no concreto, se viu uma diferença fundamental entre a política autárquica dos comunistas e seus aliados, por um lado, e das outras forças políticas, por outro. Como foi referido na conferência de imprensa, durante o último intervalo da reunião, «**enquanto os outros procuram esquecer os programas eleitorais que apresentaram às populações, nós procuramos cumpri-los**».

PROGRAMAS

SÃO PARA

CUMPRIR

Cavaco e PSD complicam a vida às autarquias

O Governo de Cavaco Silva e o PSD têm vindo a criar às autarquias difíceis condições de trabalho, tanto nos aspectos financeiros (aumentando os encargos e diminuindo as verbas transferidas do Orçamento de Estado), como nos de ordem política (fazendo aprovar a lei da tutela, retirando competências às câmaras, ingerindo-se na actividade autárquica, bloqueando o processo de regionalização) - acusaram os quadros comunistas que participaram no encontro de sábado passado.

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, que, acompanhado por **Abílio Fernandes** (presidente da CM de Évora e membro do Comité Central do Partido), **Armindo Pinhão** (presidente da CM de Alpiarça) e **Rui Godinho** (vereador da CM de Lisboa), apresentou aos jornalistas uma informação so-

inicialmente anunciados pelo Governo faz com que diminuam de ano para ano as verbas transferidas do OE para os órgãos do poder local, situação que é agravada pela repetida subavaliação do IVA (base para a definição da verba a transferir).

Entretanto, são impostos às câmaras novos encargos, sobretudo

saúde e rede viária. Claro, sem transferir verbas para esses novos encargos...

O Governo e a maioria que o suporta na AR, além disso, concedem isenções fiscais em receitas que revertem para as autarquias, sem as indemnizar do valor que recebem a menos (primeiro a sisa, e agora a contribuição autárquica sobre imóveis que fazem parte de fundos de investimento imobiliário).

Outras *benesses* do género foram ainda referidas, quer na conferência de imprensa, quer durante a reunião de 20 de Janeiro.

Mas a ofensiva do Governo e do PSD contra o poder local democrático passa também - como os autarcas comunistas afirmaram -

mento equilibrado das diversas regiões».

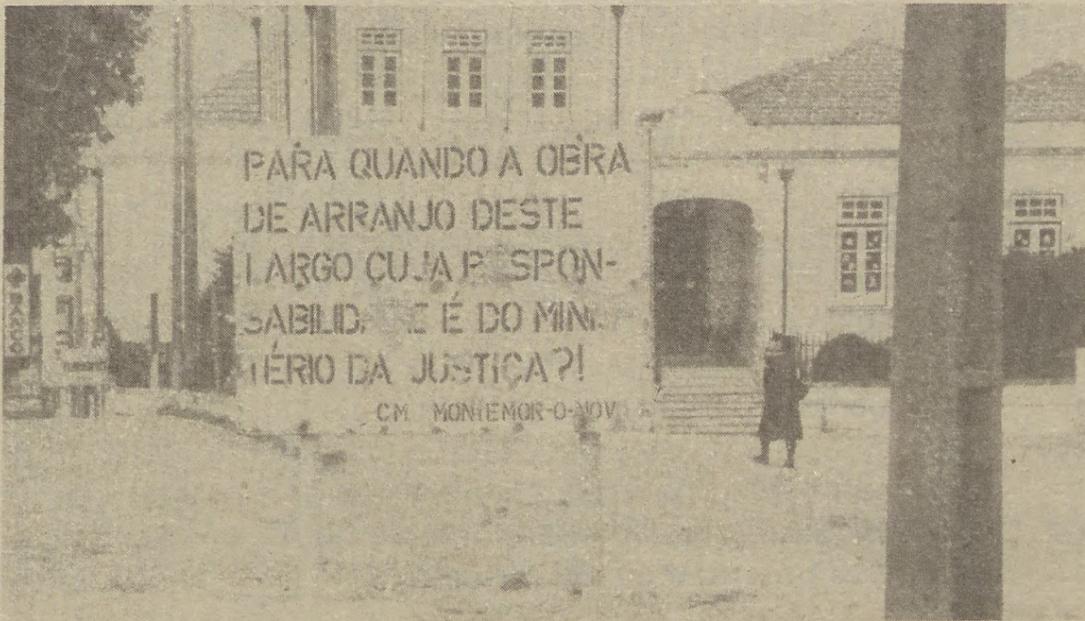
Chumbo nas eleições

Em 17 de Dezembro os eleitores mostraram o que pensam de tal comportamento, infligindo uma séria derrota ao PSD e a toda a direita e votando nos partidos que defendem o efectivo reforço do poder local. Isto levou a que, pela primeira vez, a direita não detenha a maioria das presidências de municípios.

Interrogado por um jornalista acerca da posição que o PCP adoptará em Maio, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e concretamente quanto à

eleição do presidente da ANMP, Luís Sá lembrou que o actual presidente foi eleito quando os partidos de direita detinham a maioria na Associação.

«O mais natural é que se tirem as devidas ilações» dos resultados eleitorais e da nova situação criada na ANMP, afirmou, sublinhando de seguida que «isto não deve levar a um funcionamento partidizado» desta instituição. Para o dirigente comunista é necessário «garantir que a Associação Nacional de Municípios possa representar, ainda mais que no passado, um meio de defesa e reforço do poder local», para o que há «medidas mais importantes que apenas saber quem é o próximo presidente do Conselho Directivo». ■



Por vias muito diversas, os governos têm tentado limitar e controlar a acção dos órgãos do poder local. Um problema que ganha cada vez mais importância é o aumento de encargos das autarquias, sem o correspondente aumento de verbas

bre aquela iniciativa, sintetizou os motivos que justificam a condenação da política do Governo para as autarquias.

Menos meios mais encargos

Por um lado, o facto de a inflação real ser muito superior aos índices

no que respeita a despesas com pessoal, o que faz retornar ao Orçamento de Estado boa parte das verbas que a lei das finanças locais manda transferir para os municípios. O Governo impõe também às autarquias outros novos encargos, nomeadamente no que respeita à educação (escolas C+S e secundárias, ginásios escolares), tentando ainda transferir encargos nos domínios da

pela retirada de competências às câmaras, nomeadamente quanto ao licenciamento da plantação de eucaliptos e da instalação de hipermercados e empreendimentos turísticos, bem como pelas constantes ingerências na actividade autárquica, em particular através das Comissões de Coordenação Regional e das novas possibilidades criadas com a lei da tutela.

O Governo - acusam os eleitos e quadros do PCP nos municípios de maioria CDU - transforma em segredos questões importantes, centraliza poderes e monopoliza informação. Isto sucedeu, apontam, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, apresentado à CEE após «um mero simulacro de participação autárquica, que não iludiu a verdadeira marginalização dos municípios».

A actuação do executivo de Cavaco Silva face às questões levantadas pela integração de Portugal na CEE mereceu severas críticas. Para os autarcas do PCP que participaram no encontro do passado sábado, o Governo do PSD concentra o processo de planeamento exigido pela Comunidade, mantém a indefinição do Quadro Comunitário de Apoio ou, pelo menos, não promove a sua divulgação, permite a desarticulação de programas operacionais, de operações integradas e da utilização de subvenções globais... Há mesmo - segundo foi afirmado aos jornalistas - atrasos de mais de seis meses em alguns pagamentos do FEDER.

«O resultado - comentou Luís Sá - traduz-se em atentados aos interesses dos municípios e das populações e prejuízos para o desenvolvi-

Para este mandato Especial à participação

Os participantes no encontro de quadros e eleitos do PCP em municípios CDU, ao debaterem os objectivos para o mandato que agora iniciam, consideraram ser necessário prestar especial atenção à participação popular no exercício do poder local, nomeadamente através das várias organizações de moradores e outras estruturas culturais, desportivas, económicas e ecológicas.

Entendem ainda os autarcas comunistas que estiveram na reunião do passado sábado ser indispensável incentivar a informação e a prestação de contas, de forma a garantir uma efectiva administração aberta.

Apesar de não ter sido aprovada na AR a proposta do PCP sobre os direitos dos cidadãos face ao poder local, Luís Sá informou na conferência de imprensa realizada ao fim da tarde de 20 de Janeiro que as câmaras presididas por comunistas vão respeitar um prazo máximo para resposta obrigatória aos requerimentos e petições dos municípios, uma medida concreta que se integra num esforço de melhoramento das

práticas de atendimento dos cidadãos pelos eleitos e pelos serviços.

Novas câmaras com más heranças

Por vários camaradas foi referida a pesada herança que têm em mãos os executivos municipais em que comunistas e seus aliados têm a maioria desde 17 de Dezembro. Do Montijo a Lisboa, sem esquecer Ourique, Mourão, Borba, Aljezur, Fronteira, Golegã, constatou-se que os novos eleitos encontram situações completamente caóticas e semeadas de armadilhas deixadas por quem antes lá esteve.

Não se dão por satisfeitos os au-



A participação popular é trave-mestra no trabalho dos autarcas comunistas e dos seus aliados na CDU. As fotos são das jornadas de desenvolvimento de Vila Franca de Xira, em 1984, mas poderiam ser de iniciativas idênticas em Loures, Almada, Évora, Amadora...

Imposto sobre o Valor Acrescentado



Fundo de Equilíbrio Financeiro



Despesas com pessoal 1987/89



Despesas com pessoal
Dezembro 87/Dezembro 89

Números da asfixia financeira: entre 1987 e 1989 o IVA cresceu 45 por cento; o FEF, que, de acordo com a Lei de Finanças Locais, deveria ter aumentado na mesma percentagem, cresceu apenas 20,3 por cento. Entretanto, as despesas municipais com pessoal aumentaram 55 por cento durante estes dois anos; se se considerar os valores de Dezembro de 1987 e Dezembro de 1989 (quando entrou em vigor o novo sistema retributivo da função pública), então o aumento destas despesas é de 80 por cento



Trabalho, honestidade, competência — A imagem da gestão autárquica da CDU reflecte os elevados ideais dos comunistas portugueses. No encontro de 20 de Janeiro os eleitos manifestaram a sua disposição de afirmar cada vez mais estes ideais nas autarquias que administram

atenção popular

tarcas comunistas reeleitos para dirigir mais de quatro dezenas de municípios, que expuseram na reunião as suas preocupações e experiências para procurar responder às novas situações que vão surgindo a nível local.

Para a generalidade das câmaras, os autarcas do PCP propõem-se dar especial atenção às infraestruturas e sua conservação, aos equipamentos sociais, às actividades socioculturais, aos problemas e anseios da juventude, das mulheres e dos reformados, ao ordenamento do território e à gestão urbanística, ao desenvolvimento económico.

Para melhor trabalhar em todas estas direcções, foi sublinhada a importância do aprofundamento do associativismo intermunicipal.

Acordo preferencial com o PS

Na reunião - e no âmbito do trabalho em câmaras de maioria CDU -

foram debatidas as relações com outras forças políticas e a aplicação da orientação dos comunistas e seus aliados na Coligação para associar os eleitos em minoria à gestão autárquica.

Os participantes no encontro - disse Luís Sá aos jornalistas - congratularam-se com os vários acordos que estão concluídos ou em negociação, lamentando que noutras situações não tenham sido possíveis «devido à manutenção de posições arrogantes e não construtivas por parte de forças políticas que ficaram em minoria».

«O PCP - afirmou Luís Sá -, procurando preferencialmente chegar a acordo com o PS, não deixará de dialogar e procurar o consenso com todos os eleitos interessados em resolver os problemas das populações, ao mesmo tempo que lamenta que se continue a verificar um elevado número de entendimentos do PS com a direita». ■

Exmo. Senhor
Presidente da República

Considerando que a Constituição da República prevê desde 1976 a consagração das regiões administrativas como elemento fundamental da estrutura vertical do Estado e que a sua criação e instituição têm sido sucessivamente proteladas.

Considerando que esse protelamento prejudica a democraticidade do Estado, a reforma administrativa, o desenvolvimento regional, a autonomia dos municípios e a tomada de medidas necessárias para enfrentar os problemas colocados pela adesão à CEE.

Considerando que foi repetidamente afirmado que o adiamento se deveria à necessidade da prévia revisão constitucional e que o processo continua a não avançar seis meses após a sua conclusão.

Considerando que em 1988 foram aprovados na generalidade pela Assembleia da República vários projectos de Lei Quadro da Regionalização e que não avançou desde então o processo com vista à sua aprovação, revelando propósitos de obstrução por parte da vigente maioria parlamentar, que nada tem a ver com o funcionamento regular da Assembleia da República;

Os abaixo-assinados requerem a V. Exa que, nos termos do Artigo 283.º da Constituição da República solicite ao Tribunal Constitucional que declare a inconstitucionalidade por omissão do bloqueamento do processo de aprovação da legislação reguladora da criação e instituição das regiões administrativas.

Bloqueio da regionalização motiva abaixo-assinado ao PR

Tendo em conta a gravidade da situação e a urgência de soluções, reforçada pelo processo da adesão de Portugal à CEE, os quadros e eleitos comunistas que participaram no encontro do dia 20 decidiram avançar com um abaixo-assinado, para o qual esperam receber «um amplo e generalizado apoio junto das populações e democratas dos respectivos municípios e do País»; é objectivo do documento requerer ao Presidente da República que solicite ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade por omissão das medidas necessárias ao avanço do processo de regionalização.

Além dos projectos para criação das regiões administrativas — que foram debatidos na Assembleia da República em Maio de 1988, baixaram depois por um mês às assembleias municipais e, concretizada a consulta, nunca mais avançaram, mesmo depois da revisão da Constituição — estão ainda pendentes outros projectos de lei que respondem a necessidades urgentes amplamente sentidas pela generalidade dos eleitos autárquicos, mas que a maioria parlamentar do PSD não deixa aprovar, denunciou Luís Sá na conferência de imprensa em que foi dada uma informação sobre o encontro de quadros e eleitos do PCP.

Medidas necessárias

Os participantes no encontro consideram que é necessário pôr em prática também uma série de medidas, já propostas na AR e que o Governo tem vindo a protelar. Na informação divulgada aos órgãos de comunicação social refere-se:

— a regulamentação da possibilidade de criar empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais, de modo a elevar a qualida-

de da gestão dos serviços autárquicos e a reter no sector público técnicos e especialistas qualificados;

— a delimitação das atribuições e competências das freguesias e a consagração da possibilidade de eleitos a tempo inteiro nas juntas, de modo a permitir o fortalecimento da capacidade de intervenção das freguesias e aliviando os municípios de responsabilidades que podem com vantagem ser descentralizadas;

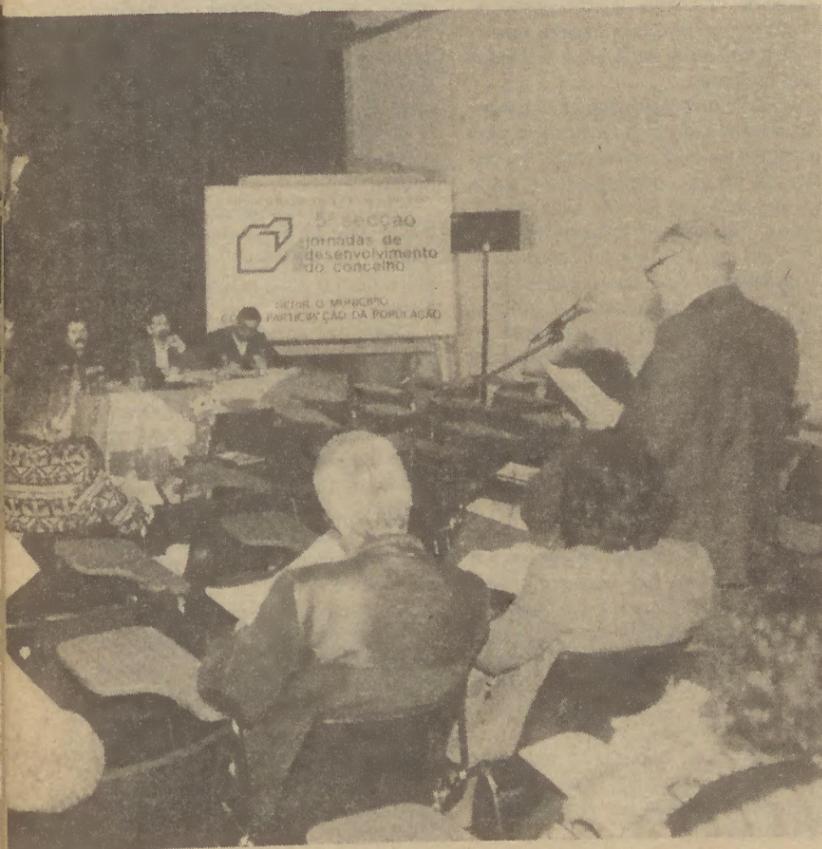
— a regulamentação da possibilidade de consultas directas aos eleitores, de modo a alargar a intervenção popular directa na gestão municipal;

— a regulamentação da cessação da presidência das assembleias distritais pelos governadores civis (em resultado da mais recente revisão constitucional), passando a sua presidência a ser assegurada por um eleito autárquico;

— a revisão da lei da tutela e das medidas que centralizam poderes dos municípios no Governo.

Os quadros e eleitos comunistas nos municípios CDU afirmam ainda ser necessária na Grande Lisboa e no grande Porto a criação de «entidades administrativas democraticamente legitimadas e que, sem usurpação dos poderes dos municípios, assegurem de forma integrada a coordenação e definição de políticas metropolitanas em áreas até hoje da responsabilidade exclusiva da Administração central».

«O povo português — sublinhou Luís Sá na conferência de imprensa — manifestou nas eleições de 17 de Dezembro um voto maioritariamente favorável a forças que se dizem adeptas da regionalização e do poder local. O Governo e a maioria do PSD devem retirar daí a devidas consequências». ■



■ Henrique Custódio

A exploração no feminino

Mulheres. Portuguesas. Mais de metade da população. Por isso também a metade do País que, com a outra metade que são os homens, fazem disto uma identidade nacional já com oito séculos de história e boas pernas para andar. Só que continua a andar por aí quem delas se aproveite mesmo quando lhes envia flores e, sobretudo, delas se sirva com uma brutalidade sem floreios. Continuando a fazer das mulheres a metade do País **ainda mais**: explorada, utilizada, manipulada, segregada, desrespeitada e etc. Que nem rima. A não ser, talvez, com **nada**.

Mas nada disto é simples e, muito menos, por acaso. O caso, no plano concreto do trabalho e da produção, afere-se hoje em Portugal pela percentagem assustadoramente maioritária de mulheres que são despedidas ou forçadas a isso, contratadas a prazo e sem poderem fugir disso, sobre-exploradas e infra-remuneradas com o Governo a velar por isso.

Concluamos ainda no demonstrativo: **Por isso** não nos venham com «Guerra dos Sexos» e outras telenovelas para portugueses dormir porque, se o machismo é uma praga que ninguém defende e se quer «resolver» um dia destes, a exploração capitalista desenfreada ataca todos os dias e, concretamente, não tem sexo: apenas aproveita sempre as zonas tenras para pisar mais. Sejam mulheres, crianças, desempregados, emigrantes ou «países amigos» muito «periféricos».

A situação da mulher trabalhadora é hoje e globalmente, no nosso país, ainda mais dramática que a vivida pelo resto da população. Embora as leis do trabalho alinhem direitos e deveres iguais para todos, são as mulheres que geralmente sofrem em primeiro lugar as consequências da recuperação capitalista violentamente em curso em Portugal, quer se fale de desemprego ou da sua precariedade, de despedimentos ou do não cumprimento do estipulado nos Contratos Colectivos de Trabalho, da segregação laboral ou do desprezo pelas categorias profissionais.

O ramo das Indústrias Eléctricas é um caso paradigmático da situação com que actualmente se defronta a mulher trabalhadora portuguesa, dado tratar-se de um sector onde predomina a mão-de-obra feminina. Para se ter uma ideia, basta dizer que na zona abrangida pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) estão 15 000 mulheres, cerca de 65% do total do sector.

Aproveitando a coincidência da realização do próximo fim-de-semana do 2.º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP), vamos abordar neste número algumas situações mais escandalosas que agredem as mulheres no sector, contribuindo assim para a reflexão deste problema de gravidade nacional. Para isso conversámos com **Rosa Maria Peças**, dirigente do SIESI, e **Nelson Baptista**, funcionário do departamento de Organização, cujas informações, dados e comentários condensaremos a seguir em prosa corrida, para simplificar a exposição.

A estratégia das multinacionais

A criação do Mercado Único Europeu e o desaparecimento total, em 1992, das barreiras alfandegárias entre países membros da CEE, tem vindo a introduzir profundas modificações na estratégia das multinacionais, que passaram a revelar um inesperado interesse pelo nosso país — tanto que já dominam praticamente todo o sector das indústrias eléctricas.

A atitude das multinacionais no nosso país assenta, essencialmente, na tendência para a especialização, ou seja, na criação de empresas específicas para cada actividade, na separação da fabricação dos sectores de projectos e comercialização, na entrega a terceiros dos serviços

periféricos (vigilância, refeitórios, limpezas, saúde ocupacional, etc.) e na introdução de novas tecnologias (computação digital, fibras ópticas, robótica) e métodos de trabalho que resultam no redimensionamento capitalista das empresas.

Este processo tem conduzido à eliminação massiva de postos de trabalho permanentes no sector (mais de 9000 nos últimos cinco anos), encerrando empresas ou absorvendo-as num quadro de concentração monopolista dominada por grandes grupos. Paralelamente florescem as formas de emprego precário com destaque para a contratação a prazo, cerca de 7000, actualmente, de que são exemplos a Cablexa (Carnaxide, Linhó e Castelo Branco), a Texas Instruments, Yasaky, Indelma, Imprimis, etc. De notar que a precarização do emprego está directamente associada ao redimensionamento das empresas, que tendem a manter um núcleo reduzido de trabalhadores permanentes e elevado número de trabalhadores contratados a prazo (ou «termo», como agora se diz na «nova» legislação governamental...) que são admitidos ou despedidos em função de fluxos de trabalho e da conjuntura de mercado. O Pacote Laboral surge, assim, como instrumento da «flexibilização» da mão-de-obra pretendida pelo patronato, constituindo um factor de precarização do emprego.

Em síntese, pode dizer-se que as empresas nacionais que se dedicam à fabricação de material eléctrico e electrónico tendem a ser absorvidas pelas multinacionais que, entretanto, introduzem modificações tecnológicas no aparelho produtivo, num processo de redimensionamento de que resulta a eliminação de postos de trabalho permanentes (normalmente por meio de rescisões de contratos e reformas antecipadas) que são depois ocupados por trabalhadores a termo. Por outro lado, novas multinacionais instalam-se em Portugal e outras alargam as suas actividades, constituindo-se como geradoras de emprego, normalmente precário.

As mulheres são as mais fortemente atingidas por esta situação, constituindo a maioria esmagadora dos contratados «a termo» e sendo alvo de constantes discriminações e violações aos seus direitos.

o famigerado «Grau 10-A»

E é aqui que bate o ponto.

Antes de amudarmos a precarização do emprego e os despedimentos

que afectam particularmente as mulheres, detenhamo-nos numa outra questão particularmente grave: a decorrente da aplicação do famigerado «Grau 10-A».

A sua origem remonta a 1977, quando da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector (depois disso e até hoje o patronato tem-se recusado sistematicamente a negociá-lo de novo). O «Grau 10-A» destinou-se então a integrar na grelha salarial — e com carácter transitório — os trabalhadores de empresas electrónicas que realizavam as chamadas operações simples e de ciclos muito curtos. Esta categoria não ti-

lbervisão é Alcatel foi possível quase erradicar o «Grau 10-A», enquanto a mesma reivindicação está em desenvolvimento noutras empresas.

No caso da Alcatel o Tribunal da Relação de Lisboa obrigou a empresa a atribuir às trabalhadoras que realizavam tarefas qualificadas a reclassificação no 1.º escalão e como estas trabalhadoras estavam a desempenhar tarefas ao lado de outras também ilegítimamente mantidas no «Grau 10-A», isso levantou uma onda reivindicativa que impôs a quase extinção do referido «Grau» na empresa.



nha (nem tem, obviamente) carreira profissional pelo que quem nela fosse (ou seja) classificado ficaria lá indefinidamente, com o «pormenor» de auferir uma remuneração de fundo de tabela.

Tratou-se de uma solução provisória, como já referimos, que se destinava fundamentalmente às empresas de indústrias electrónicas; só que o patronato tem-se recusado desde então (e já lá vão treze anos...) a rever o enquadramento profissional do sector, passando a utilizar sistematicamente a categoria do «Grau 10-A» para manter indiscriminadamente as trabalhadoras numa situação polivalente de todo ilegítima, colocando-as no desempenho de funções mais qualificadas sem lhes dar a correspondente remuneração.

Neste momento há numerosas mulheres que estão a operar com máquinas, a realizar escolha e inspecção de fabrico, a operar em sectores de embalagem — tudo funções qualificadas — e mantêm-se no «Grau 10-A», a par de outros trabalhadores a desempenhar as mesmas funções e que recebem salários superiores porque se encontram inscritos na categoria adequada. Só aqui o patronato mete ao bolso quantias impressionantes **esportuladas** directamente dos salários das trabalhadoras...

No entanto, a situação não tem sido aceite passivamente apesar do clima de intimidação imposto nas empresas, nomeadamente com as ameaças de despedimento e a proibição prática de organização sindical. Por exemplo nas empresas Sonovox,

«Modernizar» mulheres

Tratando-se de um sector onde a massa de trabalhadores tem 65% de mulheres, é significativo que apenas 5% destas atinjam lugares de chefia intermédia, tal como é revelador o facto de, nos cerca de 5000 postos de trabalho permanentes extintos nos últimos três anos, 4000 eram ocupados por mulheres...

A tática do patronato, devidamente apadrinhada pelo Governo, é bem conhecida: extingue milhares de postos de trabalho permanentes (os que vinculam a empresa às suas obrigações para com os trabalhadores) — isto em nome da «rentabilização», da «racionalização», da «reconversão», etc. — e depois readmite-os (muitas vezes os mesmos) na categoria de trabalhadores a prazo e, frequentemente, no famigerado «Grau 10-A». Para conseguirem a saída de trabalhadores efectivos as multinacionais não olham a meios: se a coacção não resulta ou tem resultados demorados, avançam para as indemnizações; a «Timex», por exemplo, gastou o ano passado **meio milhão de contos** em indemnizações, que estavam previstos ser aplicados para a modernização da empresa mas foram utilizados para «comprar» a saída de 200 trabalhadores permanentes. É claro que os lugares foram de imediato ocupados por trabalhadores... a prazo.

É esta a modernização capitalista em Portugal, que, muito cavalheirescamente, comêça por «modernizar» as mulheres.

O abuso e a impunidade com que esta gente se move já permitem que empresas como a Samsung façam admissões de mulheres (contratadas a prazo, evidentemente) sob critérios de apresentação física, alturas, idades, etc., em detrimento das qualificações profissionais, havendo também empresas que recebem dinheiro da CEE para a formação profissional e excluem normalmente as mulheres destas acções. Isto num sector maioritariamente feminino...

Acrescente-se que há mulheres contratadas a prazo que, em vésperas de serem postas na rua por «cessação de contrato», são utilizadas para **treinar** as suas substitutas igualmente contratadas a prazo mas... ainda sem experiência. Isto quando há milhares de postos de trabalho que, por definição, são estáveis e duradouros...

Explorada por ser... mãe

Outra questão vivamente sentida pelas mulheres é a da maternidade/paternidade que, apesar de regulamentada em termos de inequívoca paridade de direitos para homens e mulheres, o seu ónus recai invariavelmente sobre o «lado feminino» do trabalho.

As disposições legais e contratuais que regulamentam o exercício da assistência na maternidade/paternidade e assistência à família continuam a ser sistematicamente violadas pelas entidades patronais, com a conivência dos serviços do Ministério do Emprego e Segurança Social, nomeadamente da Inspeção-Geral do Trabalho.

Mesmo os benefícios introduzidos nos últimos anos nos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT's) são desrespeitados e, com alguns subterfúgios por parte das empresas, esses direitos não são exercidos. Certo é que muitas vezes, ou por desconhecimento dos trabalhadores ou por receio de influir na sua assiduidade (até porque a maioria das vezes têm reflexos nos prémios) não são reivindicados.

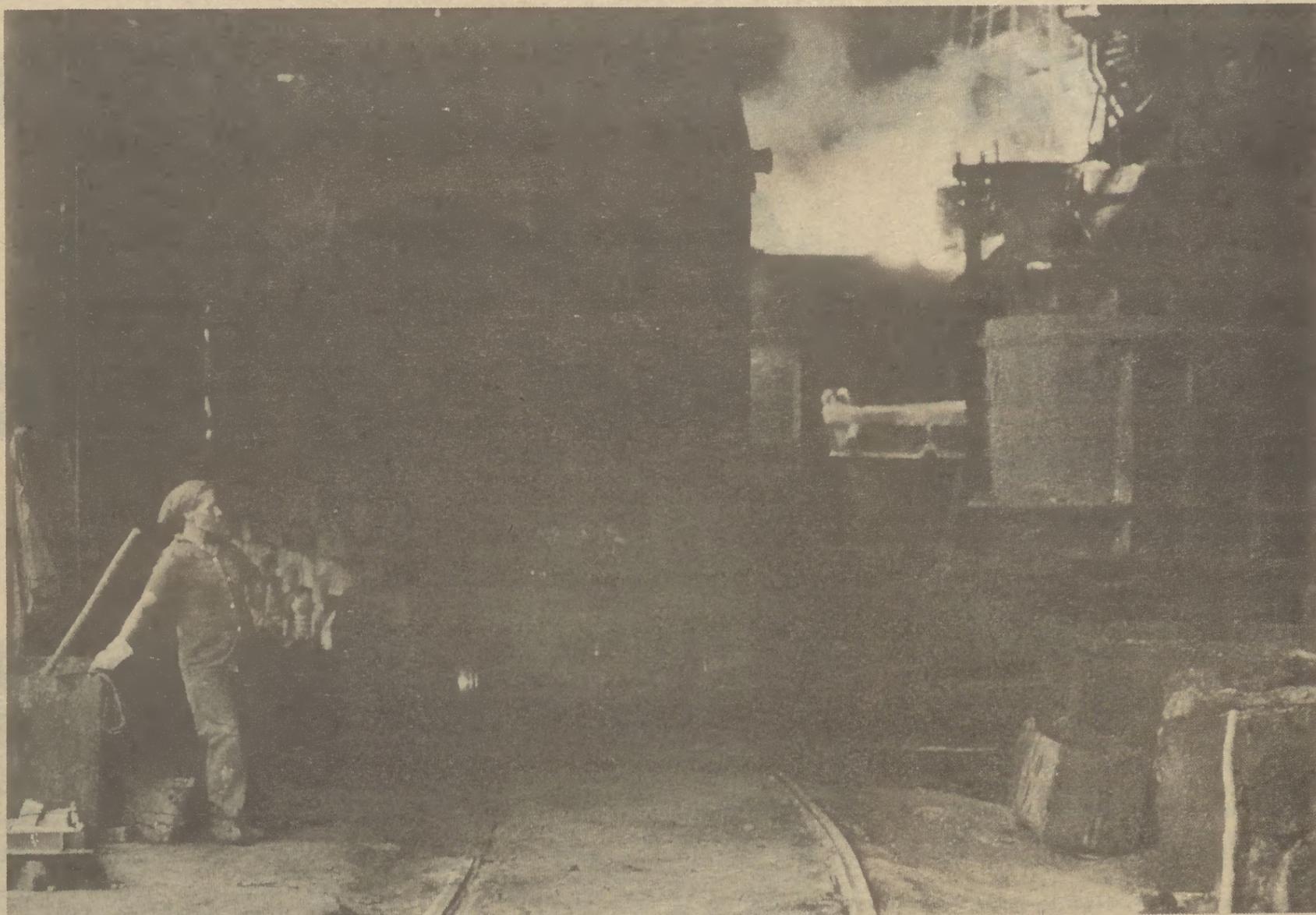
Por outro lado, também continuam a não ser reivindicados pelos pais os direitos que podem ser exercidos por si. Exemplos: o pai gozar a licença de maternidade em todos os casos que a lei e os IRCT's prevêm; o prestar assistência inadiável aos filhos e/ou aos membros do agregado familiar em caso de acidente ou doença.

Assim, continuam as mulheres a apresentar os maiores índices de absentismo.

Aliás, é sintomático que muitos IRCT's tenham os direitos da maternidade e paternidade inseridos num capítulo com o título «Direitos das Mulheres».

Quanto às violações dessas disposições, as mais desrespeitadas são: o direito a ir a consultas pré-natais sem perda de retribuição, pelo número de vezes necessárias; tempo diário durante o primeiro ano para amamentação e aleitação dos filhos ou para aleitação ou simples assistência; proibição do despedimento sem justa causa, durante a gravidez e até um ano após o parto.

No respeitante à assistência à família, embora possa ser exercida por qualquer dos cônjuges, é-o normalmente pela mulher, com as agravantes já mencionadas. Por outro lado, o exercício desse direito nem sempre é reivindicado. O Dec. Lei 874/76 (férias, feriados e faltas) considerava estas faltas justificadas, com direito à retribuição.



Muitos IRCT's consagram este princípio.

Com a entrada em vigor da Lei da Maternidade e Dec.-Lei n.º 136/85 que o regulamento vieram fixar-se para tais faltas (30 e 15 dias justificadas por ano) e veio retirar-se o dever da entidade patronal retribuir essas faltas.

Um Governo sempre atento à «melhoria das condições de vida», dos portugueses — de resto em permanente avanço, como garante Cavaco Silva.

Ritmos e trabalho nocturno

Não podendo ser exaustivos na análise dos problemas que atingem particularmente as mulheres no mundo do trabalho, não queremos terminar sem referir dois outros aspectos que evidenciam a segregação despudorada sobre elas exercida pelo patronato: os ritmos de trabalho que lhes são impostos e o trabalho nocturno das mulheres na indústria.

Para além da discriminação profissional e salarial, a mulher trabalhadora na indústria, particularmente as que se encontram mais directamente ligadas à produção, são vítimas de uma outra forma de exploração que são os elevados ritmos de trabalho impostos nas linhas de produção. Estes ritmos acelerados de trabalho têm como objectivo principal o aumento da produção e da produtividade e, por consequência, constituem mais um elemento gerador de mais riqueza para o patronato.

Os elevados ritmos são de tal desumanidade e de feroz violência que provocam instabilidade psíquica, social e familiar que chegam a provocar doenças graves, das quais ainda não se estudaram as suas verdadeiras consequências.

Para além desta grave situação, os ritmos de trabalho impõem a presença constante das mulheres nas linhas de montagem, privando-as assim da actividade sindical, e ainda condicionando o seu equilíbrio no que respeita ao campo da saúde/higiene.

Por outro lado um número supe-

rior a 3000 trabalhadoras realizam, actualmente, trabalho nocturno em empresas FMEE. A prestação de trabalho nocturno efectua-se, em todas as empresas, sob a forma de turnos fixos, cujos horários de trabalho semanal variam entre as 32 e as 42 horas. (Indelma, Siemens, Philips, Cablesa, Texas e Grundig).

A questão dos períodos de laboração constitui matéria que requer reflexão, uma vez que com elas se relacionam dois problemas centrais para as trabalhadoras. Com efeito, nas empresas em que a duração semanal do trabalho é inferior a 42 horas (caso da Indelma), tal fica a dever-se não a qualquer desagravamento da penosidade resultante da prestação de trabalho nocturno, mas ao facto de o patronato considerar que as trabalhadoras laboram em regime de tempo parcial e, consequentemente, retribui-las proporcionalmente ao número de horas trabalhadas. Mas, mais grave ainda, é a transferência compulsiva de trabalhadoras do horário normal para o turno fixo (normalmente contratadas a prazo) acompanhada de diminuição de retribuição.

Relativamente a este problema, a FSTIEP considera que «a prática de horários de trabalho inferiores a 42 horas corresponde a uma redução do horário de trabalho que não deve repercutir-se no montante da retribuição». Relativamente às trabalhadoras que são transferidas do horário normal para o turno fixo, «a diminuição da retribuição é manifestamente ilegal, devendo a organização sindical interna accionar os mecanismos que detém, lutando no sentido de garantir os legítimos direitos das trabalhadoras e em simultâneo, de forma a mover processos no tribunal».

Por outro lado, na generalidade das outras empresas em que os turnos fixos laboram 42 horas semanais, o período de trabalho estende-se até à 1 hora da madrugada, o que excede largamente os limites estabelecidos pela legislação portuguesa e pela convenção 89 da OIT para o trabalho nocturno feminino que, salvo situações excepcionais, não pode ultrapassar as 23 horas.

Esta realidade suscita, do ponto de vista sindical, o desenvolvimento de uma situação contraditória que decorre da constatação da violação

pelo patronato das disposições legais e de algumas dificuldades dos sindicatos imporem a legalidade.

Neste contexto, consideram os sindicatos, «a problemática do trabalho nocturno das mulheres no sector

tem de ser encarada de uma forma coerente, resultante da apreciação de todos os factores envolventes, entre os quais o do emprego.

Outras questões há — e muito sérias — a afligir as mulheres no

mundo do trabalho, como a falta de creches e infantários e a quase inexistência de subsídios que minorem os custos do recurso a instituições privadas e a amas. O seu desenvolvimento ficará para outra ocasião. ■



Situação calamitosa na agricultura

A natureza não é a única culpada

As intempéries que assolaram diversas regiões do país, com especial incidência no Algarve, Alentejo, na Beira Litoral e Interior, no Oeste e Ribatejo, deixaram atrás de si um lastro de graves consequências que ameaçam de ruína a maioria dos agricultores, podendo ainda reflectir-se drasticamente na próxima campanha agrícola. A par dos enormes prejuízos acarretados pela perda da produção em milhares de explorações agrícolas, que estão a provocar uma subida acentuada de preços nomeadamente nos produtos hortícolas, inúmeros outros danos provocados, sistemas de rega e enxugo, caminhos, pontes e outras infra-estruturas de grande importância, contribuem para o desenho aproximado da situação de calamidade que a agricultura portuguesa está hoje a viver. A natureza não é, no entanto, a única culpada. A manifesta incapacidade, inoperacionalidade e falta de sensibilidade reveladas pelo Governo face à resolução deste problema que assume proporções nacionais, bem como a tentativa de se esquivar a responsabilidades que inevitavelmente lhe são atribuídas, estiveram recentemente em foco numa conferência de imprensa das Comissões de Agricultura junto do Comité Central do Partido Comunista Português. A avaliação e propostas ali apresentadas pelos camaradas Agostinho Lopes, da Comissão Política, Rogério de Brito, deputado e presidente da Comissão de Agricultura da AR, e Fátima Calouro, da Comissão para as Questões da Agricultura junto do CC, são, pela sua justeza e importância, objecto de destaque nestas páginas do «Avante!».

A situação dos agricultores portugueses atingidos pelos temporais, cheias e chuvas torrenciais do mês de Dezembro é extremamente grave.

No Algarve, Alentejo, distrito de Setúbal, Oeste Ribatejo, Beira Litoral e Interior, zonas ribeirinhas do Douro, milhares de explorações agrícolas perderam culturas semeadas, viram pomares e vinhas arrancadas, tiveram animais mortos. Foram destruídas estufas, sistemas de rega e enxugo, danificados caminhos, pontes e outras infra-estruturas, tractores e outras alfaias. Folhas de cultura foram arrasadas, assoreadas ou largamente fendidas pelo arrastamento da terra pelas águas. Foram atingidos todos os hortícolas em percentagens que atingem os 75%, os cereais, designadamente o trigo, com valores que oscilam entre os 60% a 65%, a floricultura, a azeitona, em percentagens que nalgumas regiões atingem os 75% e que terá graves reflexos na qualidade do azeite da campanha. Estão perdidos grande parte dos investimentos gastos em operações mecânicas (preparação e mobilização dos solos) e químicas (adubagens) da presentes campanha agrícola.

obrigou ao recurso a rações e pastagens, o surgimento de focos infecciosos, sobretudo nos ovinos (peira), por excesso de humidade, a necessidade de substituir sementes, adquiridas e não semeadas, por outras de ciclo vegetativo mais curto, a dificuldade em realizar novas sementeiras ou culturas alternativas, por encharcamento da terra.

Os danos causados na estrutura e composição dos solos (fendas, areias, salgamento, etc. afectarão ainda as próximas campanhas agrícolas.



Imagem da conferência de imprensa em que participaram Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC do PCP, Rogério de Brito, deputado e presidente da Comissão de Agricultura da AR, e Fátima Calouro, membro da Comissão junto do CC para as Questões da Agricultura

Além dos prejuízos directos, outros se verificam como o encarecimento da alimentação animal, pois a dificuldade no acesso aos pastos

As cheias e o mau tempo causaram avultados prejuízos em inúmeras explorações agrícolas. Perderam-se as culturas semeadas, animais foram mortos, sistemas de rega e enxugo, caminhos, pontes e outras infra-estruturas foram destruídas pelo mau tempo, criando uma situação desastrosa para milhares de agricultores

Governo incapaz

É manifesta a insensibilidade, inoperacionalidade e incapacidade do Governo para ocorrer com urgência à situação, a começar no primeiro-ministro e ministro da Agricultura e a acabar nas Direcções Regionais do MAPA e Governadores Civis das regiões atingidas. Parece custar ao Governo aceitar o que é evidente aos olhos de toda a gente: a gravidade da situação, pois tem sido difícil a simples declaração das áreas afectadas como zonas de calamidade pública.

Houve e há demoras na disponibilização de meios humanos, técnicos e financeiros para apoiar as devastações (e não só agrícolas) no Algarve e Ribatejo. São subsídios a fundo perdido ridículos disponibilizados para a agricultura algarvia, de 200 mil contos, quando os prejuízos rondam os 5 milhões de contos. Ri-



diculos são igualmente os 50 contos para os casos ditos «sociais»!

É a falta de presteza em tomar as medidas que permitam um levantamento rápido e rigoroso dos prejuízos.

São, no entanto, mais graves e fundas as responsabilidades deste Governo e de toda a política de direita prosseguida nos últimos anos.

Porque é responsabilidade deste Governo e dos que o antecederam o atraso na concentração dos projectos de regularização do leito do Tejo, apesar de múltiplas e demagógicas promessas eleitorais e das sucessivas reclamações do PCP.

Porque é da responsabilidade da política de direita no Governo e nas autarquias, o estado de incuria, de-



gradação e assoreamento a que chegaram rios, ribeiras e outras linhas de água. Caso notável e exemplar de cumplicidade com a especulação imobiliária foi verificar-se agora a localização de edifícios mesmo em cima de leitos secos de cursos de água.

Por que é da responsabilidade da política de direita o atraso na concretização do Projecto de Reabilitação da Obra de Rega do Vale do Liz (apesar das muitas reclamações dos agricultores regantes), das obras de saneamento e sistemas de barragens do Sotavento e Barlavento, e das pequenas barragens da serra e meia serra algarvia; e de tantas outras obras de engenharia hidráulica, especificamente agrícola ou de fins múltiplos, como é o caso do Empreendimento do Alqueva.

Porque é responsabilidade deste

PCP reclama

Medidas urgentes na agricultura

Na sequência das propostas já apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, na conferência de imprensa, realizada na semana passada, foi exposto um conjunto de medidas urgentes que nomeadamente reclamam:

— Um exaustivo e rigoroso levantamento dos prejuízos directos e indirectos, feito na base concelhia, e com a participação dos departamentos governamentais competentes, autarquias, associações de agricultores e estruturas cooperativas.

— Disponibilização de meios financeiros, destinados a agricultores, cooperativas e autarquias, para estabelecer:

● **Linhas de crédito** bonificadas e sem pagamento de juros nos 1º e 2º anos;

● **Subsídios a fundo perdido**, que são essenciais para os pequenos e médios agricultores poderem recuperar a capacidade produtiva das suas explorações. (Os créditos não são suficientes, pois o pequeno agricultor, tendo dificuldades em assegurar rendimentos para aguentar a exploração e alimentar a família, nada lhe sobra em anos normais com que pagar juros e amortizações);

● **Moratórias** para empréstimos contraídos com investimentos em projectos agora danificados ou de créditos obtidos para gastos da presente campanha;

● **Medidas de benefício fiscal**, isenção de contribuições e impostos, designadamente do IRC, para explorações agrícolas gravemente afectadas na sua capacidade produtiva, ou cuja recuperação na presente campanha seja considerada inviável.

— Mobilização dos meios técnicos do Estado e autarquias para a rápida reconstrução de infra-estruturas públicas e privadas — caminhos, pontes, sistemas de rega, etc., necessárias ao normal desenvolvimento dos trabalhos agrícolas.

— Definição pelos Serviços Técnicos e de Extensão do MAPA em conjunto com os agricultores, cooperativas e suas associações, das culturas de recurso e alternativas face à época do ano e ao estado dos

terrenos, bem como medidas capazes de fazer sustar a possível propagação de focos endémicos.

— Com o crescer em flecha, nos últimos dias, dos preços dos produtos hortícolas, é necessário que o Estado procure assegurar um normal abastecimento público e que, combatendo a especulação, não dê cobertura a importações desnecessárias ou a outras negociações, bem possíveis no actual estado de redução da oferta.

— Dar seguimento nos órgãos da CEE à iniciativa dos deputados no Parlamento Europeu, reclamando ajudas financeiras capazes de reduzir as dificuldades orçamentais do Estado português para fazer face aos prejuízos e ao previsível mau ano agrícola. É contudo necessário que se alerte desde já, e se tomem medidas para que essas ajudas, caso se concretizem, não tenham a distribuição incorrecta que tiveram as que vieram para os temporais de 1988 e 1989, as quais, por única e exclusiva responsabilidade do Governo português, contemplou com subsídios quem não teve prejuízos e deixou sem apoio muitos que os tiveram e grandes. ■

Governo e desta política o arranque sem controlo de vinhas (como sucede na zona do Bombarral) em encostas de elevada inclinação, o que facilitou agora a sua fácil erosão.

1990 e a Saúde dos portugueses

Uma abordagem oportuna e esclarecedora das questões mais actuais do sector da saúde em Portugal, comentando as recentes remodelações no Ministério e as manobras privatizadoras, e anunciando iniciativas e medidas preconizadas pelo Partido Comunista Português «para uma viragem democrática na política de saúde», motivou a realização na passada semana, em Lisboa, de uma conferência de Imprensa convocada pela Comissão para as Questões da Saúde junto do Comité Central do PCP.

Presentes no encontro com os jornalistas, efectuado no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, o médico e deputado comunista João Camilo, Isabel Ramires (médica/Lisboa) e Paulo Rodrigues (enfermeiro/Leiria).

A apresentação, para breve, na AR, de dois projectos lei do PCP — sobre a lei de bases e sobre a regionalização dos serviços — foram, naturalmente, temas destacados no diálogo com os profissionais da Informação. Mas não se ficou por aí...

Fumos de corrupção

As mexidas nos titulares do Executivo Cavaco foram abordadas. Um breve apontamento distribuído e profundamente comentado por João Camilo refere a dado passo:

«O recente afastamento da ministra da Saúde, precedido em Maio de 89 pela exoneração do então secretário de Estado da Administração da Saúde, eng.º Costa Freire, veio confirmar a amplitude e justeza da luta dos trabalhadores da Saúde ao longo de mais de dois anos e dar razão às repetidas denúncias feitas pelas for-

ças sociais e pelos partidos da oposição (e em primeiro lugar pelos comunistas em Janeiro de 1988) de que os fumos de corrupção que saíam do Ministério eram de fogos que grassavam com grande intensidade.»

Mais adiante, foi destacada a poderosa e prolongada luta que administrativos, trabalhadores de acção médica, técnicos de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros e médicos travaram e travam pela melhoria da situação socioeconómica e pela dignificação do exercício profissional.

Como foi recordado aos jornalistas, através de paralisações, concentrações e greves, de que se destacam pelo seu carácter maci-



Para o Governo Cavaco «política de saúde» quer dizer:

- instituições públicas são empresas para rentabilizar
- utentes são clientes para pagar
- serviços mais lucrativos são áreas para privatizar



Cuidados de saúde primários no «esquecimento», hospitais e abarrotar, dificuldades terríveis no acesso e na circulação nos serviços, falta de pessoal, obras eternas nos hospitais com estranhos e incompreensíveis critérios de prioridade (surtem mais gabinetes inúteis, enquanto se sucedem as consultas com três doentes e três médicos na mesma altura e na mesma sala!...) — são alguns traços característicos de uma política e de uma situação que urge combater. Os comunistas do sector da saúde têm propostas e querem levá-las ao conhecimento da opinião pública

ço e determinado as greves dos médicos e a recente greve dos enfermeiros, os trabalhadores do sector têm participado de forma activa na generalizada contestação à política laboral do Governo Cavaco Silva e contribuíram decisivamente para pôr em causa a política sectorial do Ministério da Saúde.

As privatizações e a visão do lucro fácil...

Determinadas situações e exemplos valem como ilustrações significativas do que pretende e como actua um departamento governamental. A Comissão para as Questões da Saúde junto do CC do PCP recorda assim uma dessas situações:

O escândalo político que constituiu o envolvimento do Ministério com empresas privadas fornecedoras de equipamentos e serviços e que está

ainda a ser objecto de inquérito por parte da Assembleia da República, tendo já sido alvo de outros inquéritos da Inspeção dos Serviços de Saúde, da Inspeção Geral de Finanças e de um parecer e investigação da Procuradora da República, é uma ilustração evidente da política de saúde do actual executivo, que encara as instituições públicas de saúde como empresas a rentabilizar, os utentes como clientes para pagar e os serviços potencialmente mais lucrativos como áreas a privatizar.

É esta visão economicista da Saúde que lesa gravemente o direito à Saúde da população e propicia, com a mira do lucro fácil, as situações já detectadas de falta de ética e de transparência.

Uma tal concepção, ao mesmo tempo que gorou legítimas reivindicações dos profissionais da Saúde, veio defraudar as aspirações de milhões de portugueses a uma Saúde moderna e de qualidade, cujo acesso fácil, gratuito e igual o Estado tem constitucionalmente o dever de promover e garantir. ■



A Mesa da Conferência de Imprensa realizada na passada semana em Lisboa pela comissão para as questões da Saúde junto do CC do PCP: o deputado e médico João Camilo (ao centro); Isabel Ramires, médica; e Paulo Rodrigues, enfermeiro



O reforço orçamental para a área da saúde foi um tema abordado no recente encontro do PCP com os jornalistas, bem como aspectos relacionados com a política de pessoal no sector. A falta de enfermeiros e a inexistência no nosso país de secretárias médicas foram apontadas como situações causadoras de graves problemas e de elevados custos no funcionamento dos serviços de saúde

Revendo a «Lei Arnaut»

Que pretende o PSD?

O anúncio por parte do Governo da apresentação a curto prazo de uma proposta de Lei de Bases de Saúde destinada a rever a Lei Arnaut com fundamento na alteração do artigo 64º da Constituição que o PS votou com o PSD aquando da última revisão constitucional, suscita as mais legítimas apreensões.

O alerta foi dado no decorrer da

conferência de imprensa promovida pelo PCP na última semana. Como foi sublinhado perante os jornalistas, «é o próprio direito à saúde que vai ser posto em causa com o fim da gratuitidade e a promoção de seguros de saúde».

Como noutras áreas da vida nacional, a política do PSD para a saúde está carregada de ameaças e

de instabilidade para os portugueses. Retirar justos direitos e regalias, copiar lá de fora modelos que já se revelaram negativos e injustos, vincar o autoritarismo, desprezar e desvalorizar os profissionais do sector são traços característicos de uma orientação política. Para o Governo Cavaco, a saída é sempre a mesma: os portugueses que paguem a factura... ■

PCP anuncia projecto de Lei de Bases

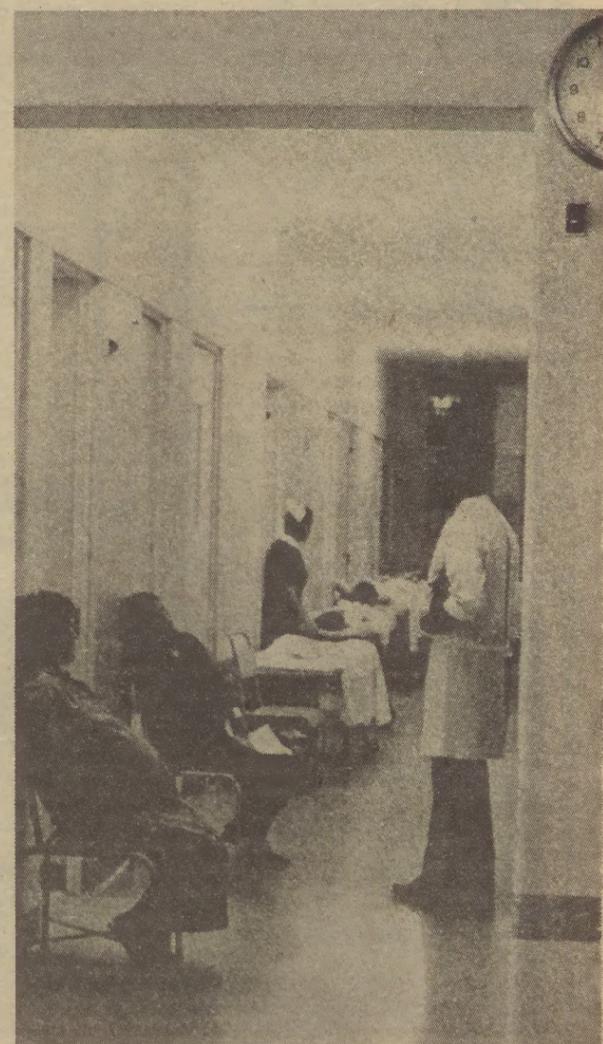
8 medidas «imprescindíveis para uma viragem democrática»

Num quadro marcado por enormes dificuldades para os utentes, de descrença para os profissionais da saúde e de ambiguidade do poder político, o Partido Comunista Português anunciou na conferência de imprensa realizada na passada semana, em Lisboa, a decisão de apresentar um projecto de lei de Bases da Saúde.

O médico e deputado João Camilo sintetizou as 8 medidas que dão corpo àquele projecto e que na perspectiva do PCP são imprescindíveis para uma viragem democrática na política de Saúde:

- 1 - Rápida melhoria do acesso dos utentes aos serviços de Saúde e da sua circulação dentro deles. Revisão da comparticipação do Estado no preço dos medicamentos;
- 2 - Atenção prioritária à área dos Cuidados de Saúde Primários com reforço de meios humanos e técnicos, de instalações e equipamentos;
- 3 - Não alteração, em qualquer Lei de Bases, dos princípios fundamentais que definem um Serviço Nacional de Saúde;
- 4 - Revisão da Lei de Gestão Hospitalar no sentido da sua democratização;
- 5 - Regionalização dos Serviços de Saúde e consagração da gestão democrática nas Administrações Regionais de Saúde. O PCP apresentará dentro de dias um Projecto de Lei de Regionalização dos Serviços de Saúde;
- 6 - Reforço orçamental para o sector de forma a tornar possível o normal funcionamento das Instituições de Saúde;
- 7 - Definição, com os Sindicatos do sector, de carreiras dignas para todos os profissionais da Saúde. Formação acelerada de categorias profissionais em grave carência ou inexistentes.
- 8 - Garantia de que os lugares de direcção técnica serão preenchidos exclusivamente por critérios técnicos.

«A Comissão para as questões de Saúde junto ao Comité Central e o Grupo Parlamentar do PCP encetarão sobre estas medidas um intenso diálogo com todas as estruturas representativas dos trabalhadores da Saúde», como foi sublinhado no recente encontro com os jornalistas.



«Tem sido poderosa e prolongada a luta que administrativos, trabalhadores de acção médica, técnicos de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros e médicos travaram e travam pela melhoria da sua situação socioeconómica e pela dignificação do exercício profissional», realçou a conferência de imprensa realizada na passada semana em Lisboa por iniciativa da Comissão para as Questões da Saúde junto do Comité Central do PCP (na foto: médicos na Assembleia da República)

A situação actual caracteriza-se por acelerada degradação dos serviços públicos provocada pelo desprezo do Governo em relação aos Cuidados de Saúde Primários com o conseqüente afogamento dos

Hospitais. Acentua-se a desmotivação dos profissionais do sector e é crescente a dificuldade de acesso aos serviços de Saúde por parte dos utentes enquanto se agrava o custo dos medicamentos.

A propósito do «benefício da dúvida»

Uma questão de ignorância...

«O PCP dá o benefício da dúvida ao novo ministro da Saúde?»

Esta foi uma das diversas questões apresentadas pelos jornalistas, depois da intervenção inicial do deputado João Camilo, na conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, no CT da Soeiro Pereira Gomes.

É evidente, como sublinhou aquele deputado, que para alguém que ocupa pela primeira vez um cargo desta responsabilidade terá de ser sempre dado o tal «benefício da dúvida». Só que, desde já, são preocupantes as primeiras declarações daquele membro do Governo Cavaco.

Arlindo de Carvalho prometeu rever as propostas de Lei de Bases da Saúde e dos genéricos, ignorando que já tinham sido aprovadas em Conselho de Ministros...

O consabido desconhecimento, por parte do novo ministro, do que à saúde diz respeito não augura para o sector as mudanças positivas necessárias, comentou João Camilo.

Será que Arlindo de Carvalho desconhece o próprio funcionamento do Governo onde está incluído? Beleza não lhe deixou os dossiers em cima da mesa? Esqueceu-se ele de os solicitar? Quem responde? ■

Campanha dos 150 Mil contos Está lançada!

A campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do «Avante!» está lançada. A distribuição da carta-apelo dirigida pela coordenadora nacional, aos militantes e aos democratas (agora com nova apresentação), a afixação dos materiais de propaganda (como o novíssimo cartaz, que aqui deixamos à apreciação dos nossos leitores), a divulgação dos títulos de participação, a «presença» da campanha na entrega dos novos cartões do Partido e a preparação de iniciativas diversificadas — todas as que a imaginação, a criatividade e o empenhamento tornem possível — são expressões significativas de uma campanha que é também uma importante responsabilidade. As metas regionais estão definidas. Agora, há que arregaçar as mangas. Vejam o exemplo do Porto...

Distrito do Porto «contribui» com 20 mil contos

Além dos fundos normais, o ano de 1990 colocará toda a Organização Regional do Porto (ORP) do PCP uma importante tarefa suplementar: a angariação de 20 mil contos como contribuição regional para a campanha, em curso, dos 150 mil contos para a aquisição dos terrenos da Festa do «Avante!», sublinha o gabinete de Imprensa da DORP do PCP.

Num telex enviado aos órgãos da Comunicação Social, aquela Direcção Regional do Partido exprime a sua confiança em que, no distrito, as organizações e militantes e muitos milhares de trabalhadores e amigos do Partido saberão corresponder a esta importante iniciativa, contribuindo para o seu sucesso a nível nacional.

Sucesso

Segundo o gabinete de Imprensa da DORP, a comissão encarregada de coordenar a campanha de fundos Natal/89 e para as eleições autárqui-

cas, que decorreu nos últimos meses na ORP, apresentou as contas finais dessa iniciativa.

Assim, a DORP salienta o importante sucesso alcançado — foi ultrapassado o objectivo estabelecido e recolhidos dezassete mil trezentos e quarenta e oito contos — e saúda as organizações do Partido e os milhares de militantes e amigos que com o seu esforço e contribuição tornaram possível que o PCP não só tivesse feito face às despesas correntes da sua actividade política como tivesse também conseguido realizar campanhas eleitorais nos 17 concelhos e 385 freguesias do distrito do Porto, a que a CDU concorreu nas recentes eleições autárquicas.

A intensificação da actividade política do PCP nos próximos meses, em que avulta o desenvolvimento da luta contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva e a preparação e realização do XII Congresso extraordinário do PCP, torna indispensável que prossiga também e se aprofunde o trabalho de recolha dos meios materiais indispensáveis e da sua utilização criteriosa, salienta a DORP. ■

TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO

N.º _____ Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Socorro Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de

Esc. 1000\$00

destinada à aquisição pelo PCP

Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os Títulos de Participação da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

Duas palavras sobre a ligação entre as duas margens do Tejo

A urgência na resolução desta grave situação e os vultuosos investimentos necessários implicam um estudo sério, para que não se comprometam situações de futuro, sublinha a Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP num breve comentário a propósito da recente decisão do Conselho de Ministros sobre a construção de uma segunda travessia do Tejo.

De facto, no passado dia 18 o Executivo de Cavaco Silva falou em «acelerar os estudos» para uma nova ponte e em «prosseguir as diligências tendentes

ao alargamento da Ponte 25 de Abril».

Os comunistas de Setúbal recordam que há muito o PCP e as autarquias do distrito reclamam a urgência de terminar com a indefinição e a incapacidade governamental perante o grave problema do estrangulamento dos acessos entre Lisboa e o Sul, que provoca a dramática situação, vivida diariamente por dezenas de milhares de pessoas, obrigadas a fazer este trajecto, para além dos elevadíssimos prejuízos económicos que tal situação acarreta, constituindo uma barreira para o desenvolvimento de toda a região.

Medidas necessárias

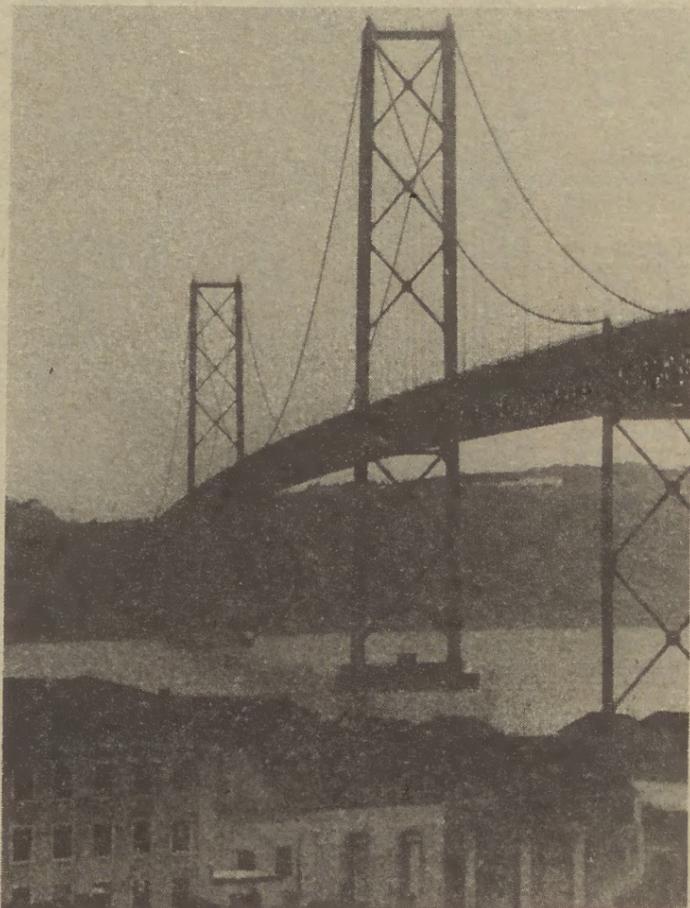
Entre várias medidas apresentadas pelas autarquias ao Governo e também defendidas pelo PCP, destacam-se:

- Construção de uma nova ponte rodo-ferroviária do Tejo, com acesso sul na área Montijo/Alcochete;
- Aproveitamento ferroviário do tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril;
- Implantação gradual de um sistema de transporte rápido de passageiros, sobre carril, que una a rede de centros urbanos da Margem Sul entre si e a Área Metropolitana de Lisboa/Norte.

Conclui a DORS do PCP, referindo-se às notícias difundidas pelo Conselho de Ministros:

A urgência na resolução de tão grave situação e os vultuosos investimentos necessários, implicam um estudo sério, para que não se comprometam situações de futuro.

As conclusões deste estudo poderão levar a que se torne realista a hipótese de considerar o abandono do projecto de alargamento do tabuleiro superior, se a sua execução tornar inviável o projecto de um transporte ferroviário ligeiro no tabuleiro inferior da referida ponte — este eventualmente prioritário em relação ao alargamento do tabuleiro superior — bem como a construção da nova ponte rodo-ferroviária do Tejo. ■



Preparar o Congresso reforçar o Partido continuar a luta

O XIII Congresso (Extraordinário) já está na «ordem do dia», que o mesmo é dizer já está presente no trabalho e nos projectos de acção das organizações do PCP em todo o País. Os organismos de direcção avançam propostas para a dinamização do debate. Põe-se a tónica na necessidade de renovar e reestruturar, de desenvolver e aprofundar a discussão, envolvendo todos os militantes, e também de planificar e agendar o largo conjunto de realizações — encontros, debates, sessões, reuniões, plenários — que um debate desta natureza exige. Paralelamente, os militantes comunistas, numa demonstração de consequente e profunda ligação às realidades e aos problemas das populações e dos trabalhadores, analisam o momento presente, alertam a opinião pública, avançam propostas, numa palavra tomam a iniciativa. Neste apontamento vamos «exemplificar» o que atrás mencionámos com algumas referências a conclusões salientes, assumidas recentemente pelo plenário da DORAL (Direcção Regional do Algarve) e pela Comissão Distrital de Beja, do PCP.

No plano da situação económica e social, a DORAL do PCP evidencia as importantes vitórias obtidas pelos trabalhadores da **hoteleria** e dos **pescadores do arrasto do Guadiana**, «com o culminar das negociações dos contratos colectivos».

Ainda no plano social foram sublinhados os enormes problemas que estão a ser criados a um vasto conjunto de trabalhadores pela contínua degradação das relações de trabalho, assentes na generalização do uso de processos em que predominam a perda de qualquer vínculo à entidade patronal ou o elevadíssimo número de contratações a prazo. Tal situação — segundo o plenário da DORAL — representa em múltiplos casos a **perda real de importantes conquistas sociais**.

Importantes aspirações

Neste quadro, comentam os comunistas do Algarve, as questões da segurança no trabalho e o acesso a um posto de trabalho fixo, associado ao direito a uma carreira profissional condigna, constituem importantes aspirações de parte significativa da população.

A luta e os problemas dos agricultores algarvios e a análise profunda dos resultados eleitorais de 17 de Dezembro mereceram também a atenção do plenário da DORAL, que destacou a derrota sofrida pelo partido do Governo na região, valorizando os resultados da CDU, embora considerando que ficaram muito aquém dos objectivos anteriormente perspectivados.

Responder melhor

Em relação ao trabalho futuro, foi decidido marcar um conjunto de reuniões de quadros (sindicais, intelectuais e quadros técnicos, mulheres, agricultores, juventude, entre outros) a fim de discutir formas de trabalho e caminhos que possam conduzir ao relançamento do movimento social e reivindicativo contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva.

Nessa direcção, o plenário da DORAL sublinhou a necessidade de **emprender uma discussão** que possibilite a tomada de medidas apontadas ao melhoramento do trabalho de direcção do Partido, nos seus mais diversos níveis, na região.

Responder melhor ao desenvolvimento da luta política e da acção de massas, fortalecer o Partido, alargar as suas posições e influência são objectivos centrais que vão acompa-

nhar as preocupações dos comunistas algarvios neste ano de 1990, ano do Congresso do PCP.

A DORAL considerou ainda a realização de várias assembleias de organização de âmbito concelhio e de iniciativas em torno do aniversário do Partido.

Os exemplos do Algarve e do distrito de Beja

ção às grandes linhas avançadas pela Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP, no sentido da reestruturação do trabalho de direcção regional e distrital que possibilite criar uma estrutura de direcção e orgânica regional, distrital e concelhia mais operativa no plano prático, político e ideológico.

As ideias avançadas — salientam os comunistas de Beja — apontam para uma maior descentralização e para uma maior responsabilização das Comissões Concelhias e Distritais, aprofundando a renovação e o funcionamento interno democrático das organizações partidárias.

Após um ano em que tiveram lugar duas importantes batalhas eleitorais e importantes acontecimentos nacionais e internacionais, com par-

Reuniões com todas as Concelhias

Por um lado, o colectivo da Distrital do PCP valorizou a actividade, métodos e estilos de trabalho que a prática comprovou e também a significativa acção política desenvolvida, designadamente nas duas batalhas eleitorais, nas quais o PCP e os seus aliados na CDU foram a força vencedora no distrito; por outro lado, a Comissão Distrital considerou a existência de uma situação orgânica, de quadros, financeira e de direcção preocupante em diversos aspectos e, portanto, a necessidade de se continuarem a aprofundar as causas objectivas e subjectivas das dificuldades, assim como as medi-

A Comissão Distrital de Beja do PCP decidiu pôr à consideração das organizações concelhias e outras um conjunto de ideias que visam reestruturar e dinamizar a própria Comissão Distrital, as Comissões Concelhias, organismos responsabilizados por importantes frentes de trabalho e outras organizações, como as principais células e Comissões de Freguesia.

Das ideias avançadas ressalta a importância de uma **maior responsabilização da Comissão Distrital**. Outras perspectivas salientadas: dar cumprimento à eleição regular dos órgãos de direcção, designadamente das Concelhias e dos seus órgãos executivos; a necessidade de cada Concelhia, célula e Comissão de Freguesia ter o seu responsável político.

Assembleia distrital

O plenário da Distrital encarregou o seu secretariado e executivo de avançarem com o trabalho que leve à concretização da reestruturação e dinamização decididas.



Brevemente o plenário da DORAL voltará a reunir, tendo na agenda, entre outras matérias, o trabalho a desenvolver no quadro da preparação do XIII Congresso (Extraordinário).

Descentralizar, responsabilizar

Um pouco mais acima, no Baixo Alentejo, também esteve reunida a Comissão Distrital de Beja do PCP. Para já, o relevo para a decisão de «**iniciar um debate interno com vista à reestruturação, renovação e aprofundamento da democratização das organizações partidárias (PCP) no distrito de Beja**». E mais: «**O debate agora iniciado insere-se já no âmbito da preparação do Congresso Extraordinário do PCP**».

Aquela Distrital do Partido pronunciou-se favoravelmente em rela-

particular relevo para os acontecimentos nos países socialistas, a Comissão Distrital revela que iniciou a análise da situação do trabalho de direcção, estruturação, organização, quadros e situação financeira nas diversas organizações e frentes de trabalho distritais.

das para as ultrapassar e para dinamizar toda a actividade partidária, política e ideológica.

Nesse sentido foi decidido fazer, de imediato, reuniões com todas as Comissões Concelhias e com outros organismos para análise da situação e das medidas a adoptar.

No 2.º semestre deste ano terá lugar a Assembleia da Organização Distrital do PCP. Ao mesmo tempo que apela à participação activa de todos os militantes na preparação do Congresso Extraordinário, aquela Distrital anuncia nova reunião para 10 de Fevereiro. ■

Alentejo: reestruturação no trabalho de direcção

Os organismos executivos da DORA (Direcção Regional do Alentejo) do PCP — Secretariado e Executivo — depois de uma primeira audição aos membros do Comité Central com trabalho no Alentejo, aos membros da DORA e Secretariados das Comissões Distritais de **Beja, Évora e Portalegre**, discutiram uma importante, profunda e inovadora proposta de reestruturação do trabalho de direcção do Partido para a região alentejana.

A proposta agora aprovada será levada à discussão e votação no próximo Plenário da DORA, convocado para o próximo sábado, que fará ainda uma análise à situação política e social no Alentejo e verá o calendário e andamento de algumas importantes iniciativas de carácter político-partidário. ■

Amigos da onça

Os nossos velhos aliados ingleses ainda não desistiram de nos pregar partidas. E os nossos novos aliados da CEE estão apostados em lhes seguir o exemplo. Agora querem-nos pôr a comer as «vacas loucas» britânicas, apesar dos riscos que tal pode significar para a nossa saúde.

A história é simples. As vacas britânicas — que normalmente não comemos, nem essas nem outras, por razões elementares de bolsa — estão atacadas de encefalite esponjosa, doença que afecta o cérebro; daí o nome de «vacas malucas». Dizem os especialistas que a doença não oferece perigo para a saúde pública se as bichas forem abatidas até aos seis meses de idade. Posto isto, nove dos Doze decidiram que a Grã-Bretanha pode continuar a exportar as suas rezes; os ministros de Portugal,

Espanha e Itália votaram contra a decisão, mas foram vencidos, pelo que as «vacas loucas» que os britânicos não comem ainda podem acabar por nos cair em sorte. Os amigos da onça...

O ministro Arlindo Cunha, vencido mas não convencido, conhecedor das dificuldades de controlo sobre a idade dos animais, alerta os importadores para os riscos de importação, já que os consumidores podem vir a acabar todos no hospital por causa da carne de vitelo. Os que mesmo assim corram o risco por um bifezinho, não se esqueçam de perguntar a idade da vaca.

Libertações

Na Assembleia da República o secretário de Estado Albino Soares afirmou, em defesa da Alta Autoridade para a Comunicação Social, que o objectivo do Governo é libertar a Comunicação Social da tutela do Estado. Ora

Pontos Cardeais

acontece que dos 13 elementos que o Governo pretende venham a integrar a AACS apenas 3 (três) não são escolhidos pelo Governo, pelo que eventualmente se podem vir a considerar isentos da tutela do Governo. Postas as coisas neste pé, dá para perguntar: se isto é libertação, o que será enfeudamento?

Mergulhos

Parece que o mergulho entrou na moda, lá para as bandas do PSD. Mas não é um mergulho qualquer e há quesitos rigorosos a defini-lo. Um deles é o mergulho efectuar-se em água poluída, outro é ser público, de

preferência registado pela Comunicação Social, o que torna o partido do Governo na única força política nacional, quicá do mundo, que se suja enquanto finge que se lava e faz questão que toda a gente o veja. O inventor desta nova forma de intervenção política foi, como não podia deixar de ser, o homem que já havia criado esse monumento do génio nacional chamado «facto político» — Marcelo Rebelo de Sousa — numa ainda não longínqua tarde em que mergulhou de Bermudas e vacina nas águas poluídas do Tejo, tentando assim provar que a maneira mais fácil de se chegar à presidência da Câmara de Lisboa era a nado.

Agora o impagável João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, resolveu aderir ao novo estilo (situado, vagamente, entre o bruços e a mariposa) e resolveu mergulhar nas praias recém-poluídas do arquipélado, no convencionamento que também era a nado que se chegava ao crude. Esquecendo-se que, a nadar assim, só se chega ao fundo.

Pagamentos

Enquanto entretinha a comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família com novas promessas de que, após 1992, os portugueses a trabalhar noutros países da CEE «terão os salários idênticos aos do país de acolhimento», o ministro do Emprego e Segurança Social Silva Penada descaiu-se e confessou, ao procurar responder à preocupação da Comissão de que «Portugal, ao eliminar artigos da Carta Social Europeia faria com que os portugueses fossem a mão de obra barata da Europa», que «o Governo não suprimiu nenhum artigo e o que ficou consagrado foi que uma empresa portuguesa, que ganhasse um concurso noutro país comunitário e que tivesse trabalhadores portugueses, não teria que pagar o que pagam nesse país». Mas a empresa podia receber o que pagam... nesse país.

Direitos

O actor Martin Sheen e mais 36 manifestantes foram detidos quando protestavam em frente ao Capitólio contra a ajuda norte-americana ao governo de El Salvador; a manifestação decorreu após uma jornada de protesto que incluiu um serviço religioso numa igreja situada nas imediações e uma marcha até ao Capitólio. Os detidos — adianta ainda a notícia anunciada pela própria polícia — podem ser condenados a seis meses de prisão e a uma multa de 500 dólares. Os direitos humanos são muito bons para ser defendidos, mas é na casa dos outros...

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

Outra maneira

A discriminação quando não há, a gente se consola.

Alguem li que uma televisão espanhola um cego tem à frente da sua direcção.

Ótimo? Com certeza. Muito contente estou.

Só que a TV de Espanha copiou a TV portuguesa...

Não faltam cegos cá doutra maneira pois é outra a cegueira...

Ideologias

Direitas e esquerdas? Ele insiste: «Tal noção não existe.

Nem cá nem lá

esquerdas e direitas já não há.

Arderam na fogueira foi coisa que passou.

Bom, de qualquer maneira pois eu cá da direita é que não sou...»

Medo

Diz Cavaco com laivos de conforto: comunismo está morto.

- Mas sendo a realidade como é vejamos: afinal ó coiso, então porquê nos diz do comunismo tanto mal?

Tem o sótão infestado de miasmas. Ele até já tem medo de «fantasmas»...

Tão... tão...

Eurico, no Congresso, dá-lhe a mão. Senhores, tão amigos que eles são...

Relações com Eurico esmoreceram. Senhores, tão amigos que eles eram...

Os silêncios são ácidos a haver. Senhores, tão inimigos que vão ser...

Desgaste

Cadilhe e Beleza sem beleza foram recambiados.

Motivos alegados quanto baste: foi tudo só por causa do desgaste...

A ambos talvez doa a explicação. O chefe acha que é boa...

E é. Só que o desgaste até ao osso não é deles: é nosso.

Sugestão

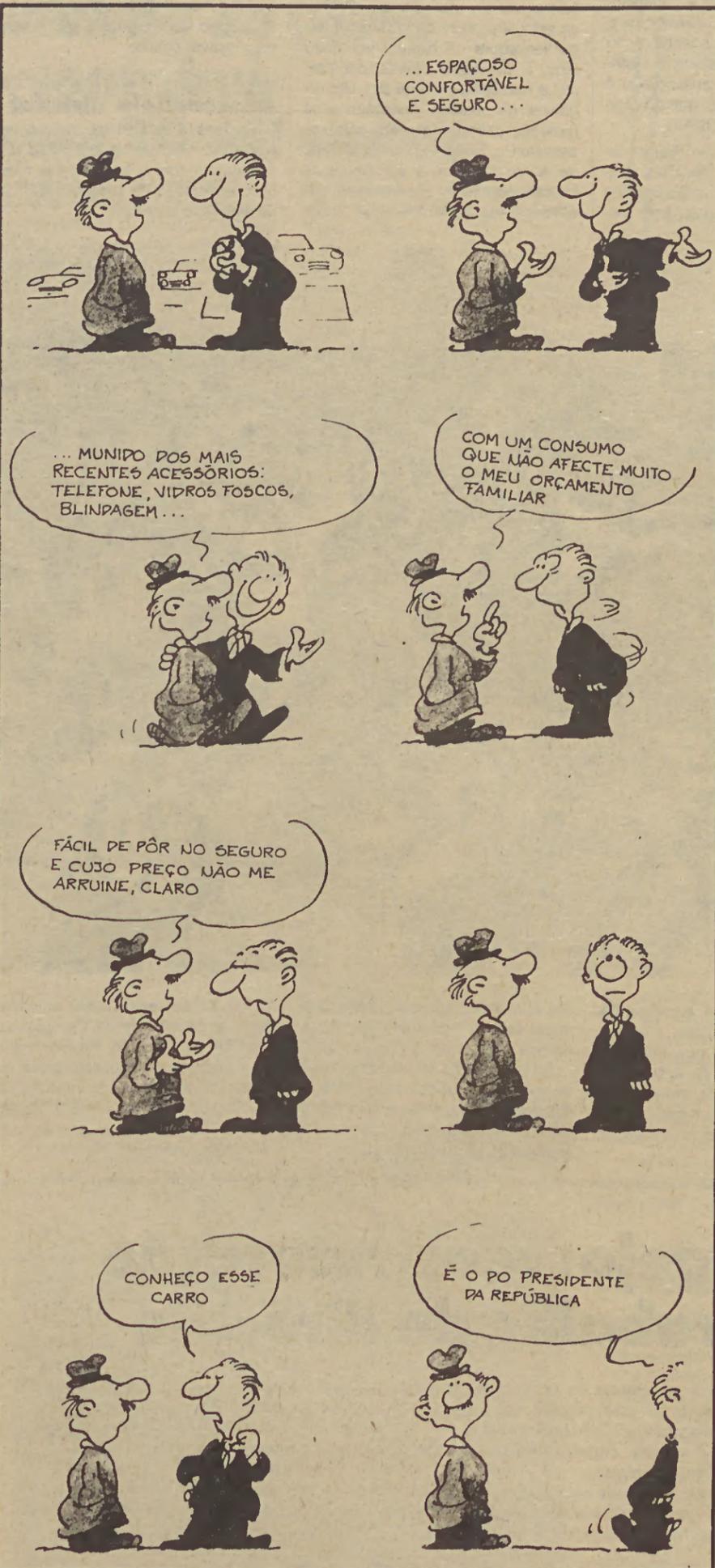
Cavaco foi à TV. o verbo ir, aqui, pouco dirá pois à TV, como sabemos já, o Cavaco não vai: Cavaco está...

Foi propaganda. Esteve bem à vista, com o nome pomposo de entrevista...

Faltam dois anos para as eleições mas o PSD já começa a faena e já nas horas ricas do serão usa o Tempo de Antena...

Cavaco confessou! está desgastado. Cansa, a governação. Aceite a sugestão: vá desgastar-se mais para outro lado...

Para a sua faculdade pode ser. Aí, pode faltar quando quiser.



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 839

26 de Janeiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Nosso — Campanha dos 150 Mil contos
O Terreno para a Festa

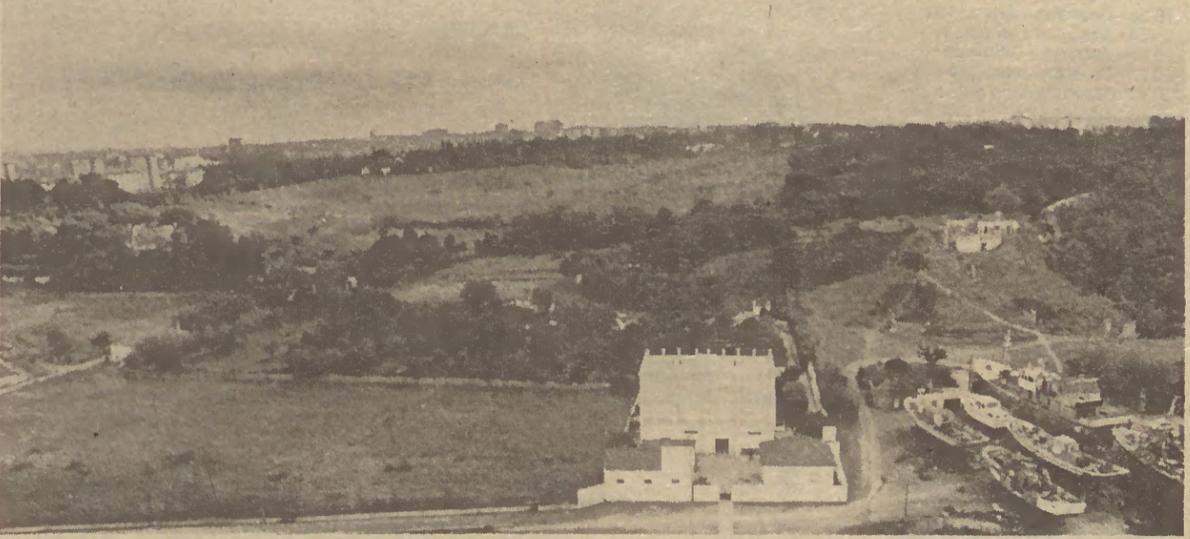


O PCP elaborou um plano no Margem Sul do Tejo destinado à recuperação futura da Foz de "Avante". É o primeiro passo da Junta de Defesa do Conselho do Sítio, nos margens do Rio de Tejo, a vista de estuário do Tejo.

A mais inovativa política-cultural de massas que se fez em Portugal vai desde então de encontro com a vontade expressa de despojar. Um importante de vez para o futuro. Temos agora a possibilidade de iniciar um trabalho a nível dos objetivos e da dimensão cultural e artística da Foz de "Avante".

Para isso, impõe-se a solidariedade material de todos os comunistas, dos trabalhadores, dos democratas, de todos os amigos da Foz. Para que sejam conseguidos os 150 mil contos que cubram a recuperação do terreno. Avante! Foz de Comemoração e gestão a Foz de Tejo de "Avante". VAMOS COMEÇAR!

Participe!



Novos cartões

No Centro de Trabalho de Cascais, organizado pela respectiva Comissão de Freguesia do PCP, realiza-se no próximo domingo um almoço-convívio, durante o qual serão entregues os novos cartões do Partido para 90-91.

Para o almoço, a confeccionar no local e que consta de ensopado de borrego, pão, vinho e fruta, podem ser feitas inscrições até hoje à noite.

Cerca das 15 horas será feita uma intervenção sobre a situação política por um camarada do Comité Central.

Com idêntico objectivo realiza-se no sábado, a partir das 15.30, um plenário convívio dos camaradas da Penha de França, em Lisboa, no salão da Junta de Freguesia local. Participa o camarada Joaquim Judas.

Situação internacional

A evolução da situação internacional e particularmente os acontecimentos que se vêm verificando nos países socialistas estarão no centro do debate que a Comissão de Freguesia de Sacavém organizou para hoje à noite — às 21.30 — no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues.

Plenário em Campolide

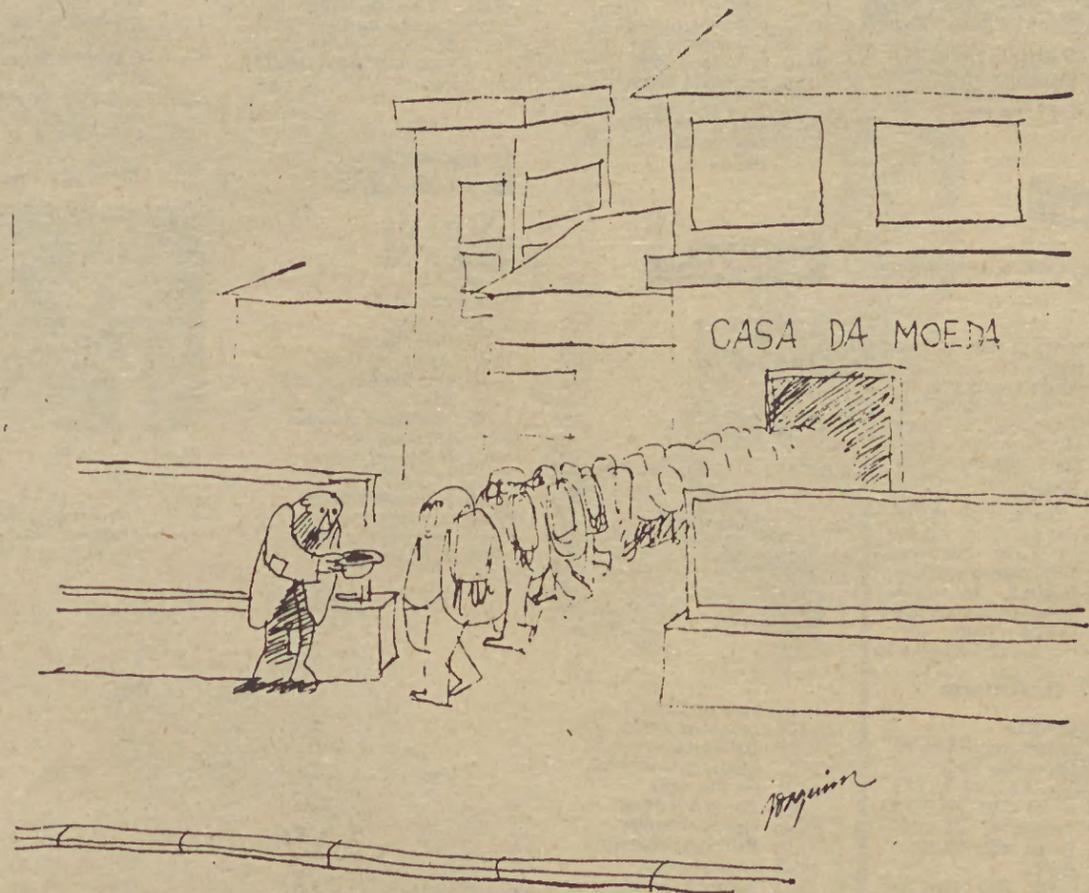
Com a participação do camarada José Casanova realiza-se no próximo domingo, às 15 horas, um plenário de militantes da freguesia de Campolide.

A reunião efectua-se no Centro de Trabalho da Rua Arco de Carvalhão e tem como ordem de trabalhos a discussão da situação nacional e internacional e dos problemas e tarefas do Partido na perspectiva da preparação do XIII Congresso.

Reuniões em Aveiro

À preparação do Congresso Extraordinário é também objectivo das reuniões marcadas no distrito de Aveiro: hoje às 21.30 em Ílhavo e amanhã à mesma hora em Ovar.

Participa em ambas o camarada Sérgio Teixeira.



JOAQUIM (Portugal) in Vida Mundial n.º 1560 de 2/5/1969

TV O Programa

Sexta 28

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez



12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (31º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas (série, 1º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.20 - Rua Sésamo
18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico



20.20 - Vale Tudo
21.30 - Missão Impossível (18º epis.)
22.35 - Telemundo
23.05 - Chefe, Mas Pouco (26 e últ. epis.)
23.35 - 24 Horas
00.05 - Remate
00.15 - Pela Noite Dentro - «Ruby e Oswald», real. Mel Stuart (EUA/1978, 156 min.)

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - 3, 2, 1 Contact (18º epis.)



17.20 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.00 - Haja Música

19.00 - Especial Desporto - Campeonato da Europa de Futebol de Salão
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Beija (19º epis.)
23.00 - Acerto de Contas
23.30 - Rotações

Sábado 29

RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.00 - Solti dirige a 7ª Sinfonia de Beethoven
13.00 - Notícias
13.10 - Oito e Basta (18º epis.)
14.00 - Parlamento
14.30 - Crime, Disse Ela (30º epis.)
15.15 - Sessão da Tarde - «Skokie», real. Herbert Wise (EUA/1981, 122 min.)
16.55 - Vivamúsica
17.40 - Ricardina e Marta (18º epis.)
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico



21.30 - A Morgadinha dos Canaviais (3º epis.)
22.30 - Paul McCartney
23.30 - Cinema da Meia Noite - «O Ano do Dragão», real. Michael Cimino (EUA/1985, 128 min.)

RTP2

09.00 - Via Rápida
10.00 - No Reino do Urso Polar
10.45 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
13.15 - Circo
15.00 - Estádio
19.00 - Music Box Especial
19.40 - Meu Filho, Meu Filho (7º epis.)
20.45 - A Flora do Novo Mundo
21.15 - Estádio/Edição da Noite

Domingo 30

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.15 - TV Rural
10.30 - 70x7
11.00 - Missa
12.00 - Juventude e Família
13.00 - Notícias



13.10 - Grandes Tormentos (série, 1º epis.)
13.35 - Espaço 1999 (série de ficção, 1º epis.)



14.25 - O Posto (série portuguesa, 1º epis.)
15.00 - Primeira Matinée - «A Mulher do Padre», real. Dino Risi (Itália-França/1970, 102 min.); às 16.45: «O Homem que Veio de Longe», real. Anthony Mann (EUA/1955, 100 min.)
18.35 - Desenhos Animados
18.55 - McGyver (18º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Querido John (16º epis.)
21.05 - Christabel (4º e últ. epis.)
22.20 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Music Box Especial
10.00 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
14.00 - Veterinário da Província (7º epis.)
15.00 - Troféu
17.00 - Sobrevivência (20º epis.)



18.00 - Quem Sai aos Seus...
18.30 - Imagem e Imagens
19.00 - Café Central
20.00 - Os Trintões (16º epis.)



21.00 - Artes e Letras - «Homenagem a Billy Wilder»
21.55 - Cineclube - «Genesis», real. Míriam Sen (Índia-França-Bélgica-Suíça/1986, 104 min.)

Segunda 29

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Rota de Howard (29º epis.)
14.20 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas (2º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
18.25 - Rua Sésamo
18.55 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Clube dos Subscritores



21.35 - Casino Royal (2º epis.)
22.40 - Quase Adultos (2º epis.)
23.40 - 24 Horas
01.10 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha
16.55 - Os Cinco (20º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - Nas Entrelinhas
19.15 - Documentário
19.40 - Clássicos da TV
20.30 - Cantando Espalharei... (2º progr.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Festival de Teatro de Lisboa

Terça 30

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez



12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas (69º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.25 - Rua Sésamo
18.55 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Primeira Página
22.05 - Crónica do Crime (20º epis.)



Filmes

«Ruby e Oswald» - 6ª, 00.15, RTP-1
«Skokie» - sáb., 15.15, RTP-1
«O Ano do Dragão» - sáb., 23.30, RTP-1
«A Mulher do Padre» - dom., 15.00, RTP-1
«O Homem que Veio de Longe» - dom., 16.45, RTP-1
«Genesis» - dom., 21.55, RTP-2
«O Local do Crime» - 3ª, 21.30, RTP-2
«O Homem Elefante» - 4ª, 21.30, RTP-1

Música

Quinta
20.25, RTP-2: Magazine Musical

Sexta
18.00, RTP-2: Haja Música

Sábado
16.55, RTP-1: Vivamúsica
19.00, RTP-2: Music Box Especial
22.30, RTP-1: Paul McCartney

Domingo
09.00, RTP-2: Music Box

Terça
18.40, RTP-2: Music Box

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.40), 6ª (00.05), 2ª (00.10), 3ª (23.30), 4ª (00.10)
Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20
Campeonato da Europa de Patinagem Artística - a partir de 4ª, RTP-2



23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (10º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.40 - Music Box - Via Rápida
19.30 - Clássicos da TV
20.25 - Cine Magazine
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemadois - «O Local do Crime», real. André Téchiné (França/1985, 87 min.)

Quarta 31

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Colt em Acção (33º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Os Planetas
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.25 - Rua Sésamo
18.55 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal

20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Vamos Jogar no Totobola
21.25 - Lotação Esgotada - «O Homem Elefante», real. David Lynch (EUA/1980, 120 min.)
23.40 - 24 Horas
00.10 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Campbells (17º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - O Homem na Terra (3º epis.)
19.30 - Clássicos da TV
20.20 - Lusitânia Expresso
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - O Jogo Final (4º e últ. epis.)
22.30 - Século XX - A Revolução Genética
23.20 - Campeonato da Europa de Patinagem Artística

Teatro O Cartaz

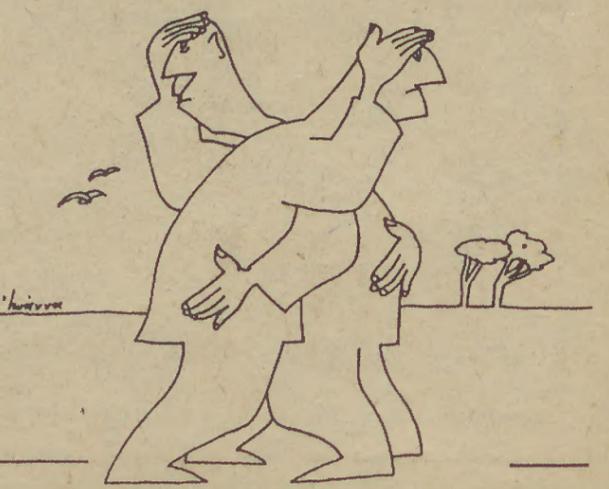
LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca. **Comuna**, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo. **Instituto Franco-Português**, Av. Luís Bivar, 91. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Les Bâtisseurs d'Empire**, de Boris Vian, enc. Daniel Beauron. **Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc.

Mário Viegas. **Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira. **Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy End**, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo. **Teatro da Politécnica**, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. João e a Máscara**, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros. **Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30,

dom. às 16.00. **Verão**, de Edward Bond, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje. **Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson. **Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate...Batman'so** (revista)
ESTORIL
Casino. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, texto e encenação de Filipe La Féria (até 31/1)
LOURES
Teatro Malaposta, Oliv. Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às

16.00. **O Render dos Heróis**, de José Cardoso Pires, dramaturgia de Mário Barradas, encenação de José Martins, pela companhia do CDIAG (até 4/2)
PARTE
Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Jardim das Cejeiras**, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.
Para crianças
LISBOA
Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo o Bando
TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e enc. de Carlos Correia.



Cinema

A seleção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Amor é uma grande Aventura	—	★★★	—	★★
B A Bela de Dia	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C Chuva Negra	—	★★	★	★★
D Regresso ao Futuro II	—	★	—	★★
E Regresso a Viena	—	★★★★	★★★	★★★
F Sexo, Mentira e Vídeo	★★★	★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A— Real. Blake Edwards - Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) - Lisboa.
- B— Real. Luis Buñuel - Forum Picoas (14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00) - Lisboa
- C— Real. Ridley Scott - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Borna (15.00, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- D— Real. Robert Zemeckis - Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/3 - 13.30, 15.30, 17.30, 21.30, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) - Fonte Nova (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa
- E— Real. Axel Corti - Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa
- F— Real. Steven Soderbergh - Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) - Lisboa

...e ainda

Música, debates, etc.

BOM DIA ANOS 90

14.º aniversário de o diário
SÁBADO, 27 DE JANEIRO, 21 H. COLISEU DOS RECREIOS



PAULO DE CARVALHO • JANITA • VITORINO • BRIGADA VITOR JARA • CELINA PEREIRA • JOÃO AFONSO E SÉRGIO MESTRE • GRUPO DANÇA & DANÇA • FILARMÓNICA DA SOCIEDADE TIMBRE SEIXALENSE • ANTONIO ASSUNÇÃO • ANTONIO MARQUES • ANTONIO MONTEZ • DIOGO DÓRIA • FERNANDA MONTEZ • JOÃO VASCO

Exposições

LISBOA
Albertina Sousa - Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 7/2)
Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28/Março).
Artur Bual - Pintura.

Gal. Multiface, C. Com. Gemini, Rua Sousa Lopes. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19.30, sáb. e dom. das 12, às 19 (até fim de Janeiro)
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa coleção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17

(até Abril)
Colectiva - «Os sete pecados mortais», pintura de Gonçalo Ruivo, Helena Pinto, Jaime Lebre, João Queiroz, Jorge Varanda, José António Cardoso e Miguel Branco. Salão da SNBA, Rua Barata Salgueiro. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 31/1)
Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

David Tremlett - Desenho. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 11/2)
Eduardo Nery - «Lugares», fotografia. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a dom. das 16 às 19 (até 28/1)
Gerardo Burmester - Objectos em madeira e couro. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20
Gerhard Merz - Es-

cultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 17/2)
lida David - Pintura. Gal. Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20.
Isabelino - Pintura. Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 4/2)
Jacqueline Kiang - Madeira gravada. Aliança Française, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19.30 (até 23/2)
Jorge D'Utra Machado - Escultura em madeira. Galeria do Coleccionador, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 26/1)
Jorge Viriato - Pintura. Espaço Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb.

a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)
Mafalda Reis Moore - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a dom. Das 16 às 19 (até 28/1)
Mantas de Retalhos - Patchwork de Zélia Barata. Museu Nacional do Traje (Sala de Artesanato), Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 31/1)
Manuela Jardim - Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 24/2)
Nicolau Tudela - Pintura. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 17/2)
Noronha Costa - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-a. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 8/2)
Ormond Fannon - Pintura. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 27/1)
Rui Viana - Pintura e desenho. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13
Sérgio Eloy - Fotografia. Galeria de Arte Moderna da SNBA, R. Barata Salgueiro. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 31/1)
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
Tomás Féria - Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 27/1)
Tomás Mateus - Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. Vasco

da Gama. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/2)
Três Séculos de Gravura Cubana - da coleção do Museu Nacional Cubano (sécs. XVII/XX). Galerias das Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/2)
PORTO
Baltazar Torres - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 17/2)
Manfred Reiter - Desenho e aquarela. Galeria Labirinto, R. Nossa Sra. de Fátima, 334-1.º.
Rogério Ribeiro e Francisca Couceiro da Costa - Pintura e desenho. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23, sáb. das 15 às 19 (até 28/1)

OUTRAS LOCALIDADES
Jules Heyndels - Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 9/2) - ALMANSIL
Isabelino - Pintura. Galeria de Arte do Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 4/2) ESTORIL
Azulejos do Concelho de Loures (sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES
O Desenho Animado - exposição internacional comemorativa do 50.º aniv. do «Office Nacional du Film du Canadá». Galeria de Exposições do Teatro Malaposta - LOURES
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da coleção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17 -

na sala um recital de **Marina Ferreira** (soprano) e **Nuno Vieira de Almeida** (piano), que interpretam obras de Schubert, H. Wolf e Wagner.
Cinema
Na **Cinemateca Portuguesa** prossegue o ciclo «Anos 60/Anos 80», que inclui esta semana:
- hoje, às 18.30, **A Coleccionadora**, e, às 21.30, **O Raio Verde**, ambos de **Eric Rohmer**; amanhã, às 15.30, **O Desprezo**, e, às 21.30, **Atenção à Direita**, ambos de Jean-Luc Godard; às 18.30 **Paris-Texas**, de Wim Wenders;
- segunda-feira, às 18.30, **Shadows**, de Billy Wilder, e, às 21.30 **As Asas do Desejo**, de Wim Wenders.
Na **Cinemateca** os bilhetes são a 175\$00 e a bilheteira abre uma hora antes de cada espectáculo.

Fantporto
Na próxima quinta-feira tem início uma nova edição do **Fantporto** - Festival de Cinema Fantástico, que inclui obras recentes (algumas em antestreia) produzidas nos Estados Unidos e em vários países europeus, e ainda retrospectivas e ciclos como os que são dedicados às relações do cinema com o surrealismo e ao cinema fantástico da década de 80.
O Festival vai decorrer nas salas do Auditório Carlos Alberto e Cinema Lumière, no Porto, e está prevista a sua extensão posterior a Lisboa.

Música
No Grande Auditório Gulbenkian realiza-se hoje às 18.30 o segundo dos concertos com obras de Weber, Bizet e Rossini de que são executantes a **Orquestra Gulbenkian** com direcção do maestro **Claudio Scimone** e o clarinetista **Richard Stoltzman**.
Na mesma sala terá lugar na segunda-feira, também às 18.30, um concerto pelo conjunto de câmara **Australian Ensemble**, que interpretará obras de Mozart, Brahms, Carl Vine e Schonberg.
Bilhetes de 1.200\$00 a 600\$00 para o primeiro concerto, de 750\$00 a 450\$00 para o segundo.
No **Teatro Nacional de S. Carlos** a temporada de concertos no Salão Nobre prossegue amanhã, sábado, às 12.30, com um concerto de música sacra mineira do séc. XVII e música portuguesa do séc. XVII.
Na quarta-feira, às 21.30, tem lugar na mes-



Tomás Mateus: estruturas celulares — do microscópio para a pintura



Isabelinho: pintura «naif» no Casino Estoril



Eduardo Nery: «Lugares» em fotografia

das 10 às 14 e das 15 às 19.30 (até 3/2)
José Barrias - Desenho e escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/1)
José Francisco Azevedo - Fotografia. Gal. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª

Tempo Fim de Semana

A previsão para sábado é de céu muito nublado com abertas a partir da tarde. Períodos de chuva no Norte e Centro, vento moderado de sudoeste, possibilidade de trovoadas e queda de neve nas terras altas. Descida de temperatura. Para domingo espera-se continuação do tempo frio, céu geralmente pouco nublado e vento fraco.

a TV



O medo quer voltar

Estamos na *Hora da Verdade*. Diz uma funcionária pública: Não sei se posso falar, pois não tenho autorização superior...

A entrevista seguinte é com uma delegada do Ministério Público. Ela está de costas, para manter o anonimato.

Ouvimos depois um arquitecto. Igualmente de costas...

O assunto não é terrorismo, ou coisa parecida. Conversa-se sobre os malefícios da burocracia.

O medo. O medo voltou a instalar-se na sociedade portuguesa. As pessoas têm medo de falar. Temem as represálias, as vinganças, os custos.

Burocracia é terrorismo?

Aviso à navegação: o medo voltou...

É preciso mais alguma coisa para se concluir sobre o que representa, de facto, a direita no poder?

O círculo e o circo

Cavaco Silva «concedeu» uma entrevista à «Primeira Página». Tãmanha compreensão e boa vontade mereceu, no final, o devido agradecimento do entrevistador. E com razão. Foi uma grande catcha...

O Primeiro-Ministro denotou uma extrema insegurança. Mais do que nunca, ele era um homem só, o exército debandava e o general ficara para trás, soluçando aos astros e aos ventos...

Enredado nas mil contradições, ele foi um poço cheio delas: Cadilhe e Beleza estavam desgastados, mas o seu trabalho foi notável. O espectador perguntava-se como é que se desgasta quem governa tão bem e estava ainda cheio de projectos... Por outro lado, a demissão de Barreto tem todo o ar de um pontapé no traseiro. Feito o «serviço» contra a Reforma Agrária, Barreto já não era mais preciso. Para esse, honestamente, Cavaco nem alega o desgaste e no entanto o ministro já embarretava há onze anos...

Se de facto a governação desgasta - não é verdade que poucos teriam mais razão para estarem desgastados do que o próprio Cavaco?

Vejamos a questão do diálogo de que muito se falou. Diz-se seu extremo defensor. Mas há um momento em que, não havendo acordo, é preciso tomar uma decisão...

Ou seja, diálogo não se entende aqui como o processo de obter consenso, mas os esforços para se fingir que se procura um consenso. Consenso não obtido, a culpa é dos outros e entra em acção o cassetete...

Agora, a governação. O PSD sofreu porque o governo teve de tomar medidas «impopulares». Até aqui, estamos de acordo. Como é que Cavaco traduz «medidas impopulares»? Aquelas que, embora, contra o povo, são tomadas a bem do povo. Só que o povo não aceitou e o Governo não conseguiu convencer o povo...

Em suma, ao tomar medidas impopulares a bem do povo, Cavaco resolveu, pura e simplesmente, a quadratura do círculo...

... ou ele pensa que a RTP é um circo?..

O álibi e a promoção

Na Informação da RTP regra a seguinte regra: para os amigos, tudo; para os outros, ou nada, ou o estritamente indispensável para se dizer que não se faz nada. Neste caso, a Informação confunde-se com a sua mera aparência.

Vejamos apenas o que se passou com as reuniões das direcções da JCP e da Juventude do PSD.

É verdade que a máquina do PSD cria um «facto» político: a substituição do seu dirigente máximo. Mas uma coisa é o «facto», outra coisa são os factos. Os factos reais. Como a importância das organizações, por exemplo.

E nada justifica o quase nada concedido à JCP - e a carga informativa do PSD - com anúncios prévios, notícias, depoimentos...

No primeiro caso, a «informação» como álibi; no segundo caso, a «informação» como promoção.

Em qualquer dos casos, a coincidência entre informação e «comércio» - não é assim tão mera...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Quando os comboios param

A greve parcial dos maquinistas da CP veio agravar uma situação de atrasos e sobrecarga das composições que diariamente atinge os passageiros da linha de Cascais. A impassibilidade do conselho de gerência da empresa que nada tem feito para resolver o conflito laboral, tem sido deste modo responsável pelo arrastamento artificial da luta dos trabalhadores, cujas vítimas directas são necessariamente os utentes. Na passada segunda-feira, protestando contra o insuportável da situação, os populares saltaram para a via férrea e bloquearam, na estação de Oeiras, a circulação de comboios.

«O horário de domingo»

A ocupação teve início pouco depois das 8 e 30 horas. Dezenas de populares concentraram-se sobre os carris das principais linhas da estação de Oeiras, interrompendo a circulação de um comboio que fazia a ligação Cascais/Cais do Sodré, e de um outro que, seguindo no sentido inverso se preparava para dar entrada na zona de plataformas.

«Não podemos continuar sujeitos a esta situação que se agrava de dia para dia» - justificavam os populares concentrados sobre a via. «As pessoas andam dentro das carruagens como «carneiros». Os horários de fim-de-semana prometidos não foram cumpridos e as esperas nas estações chegam a ser quase de duas horas, porque não há comboios e ninguém sabe informar os horários das poucas composições que circulam. Isto é inadmissível».

Em consequência da greve, a CP está a praticar na linha de Cascais o chamado «horário de domingo» o que significa uma redução considerável das composições, chegando por isso a registar-se períodos de hora e meia sem qualquer comboio, quando a greve de alguns maquinistas coincide com a hora de saída de outros.

(«Correia da Manhã», 23.01)

«Marias da Fonte»

O movimento de protesto pela escassez de transportes foi levantado por duas mulheres, duas «Marias da Fonte», como alguém entre a multidão lhes chamou. Joana Correia da Silva chegou à estação cerca das 8.30 horas como faz habitualmente, e, segundo nos referiu, o cais de Oeiras estava repleto de pessoas, algumas das quais já lá se encontravam desde as 7 horas.

«Quando vi um comboio apinhado de passageiros e as pessoas a empurrarem-se selvaticamente para poder entrar, decidi que a situação não poderia continuar sem se fazer nada contra. Um deficiente e uma grávida a levarem empurrões foi o que mais me chocou. Então, com mais meia dúzia de pessoas resolvemos ocupar a linha e não deixar nenhum comboio partir».

A este protesto juntaram-se todas as pessoas que enquanto iam chegando para apañar transporte.

A via férrea está completamente ocupada por gente que bate palmas, grita e assobia, conforme as reclamações que se vão fazendo aos chefes da estação.

«Não saio daqui até que a situação esteja resolvida. Não queremos só um ou dois comboios, nem meia dúzia de transportes alternativos, queremos a situação resolvida», dizia repetidamente quando o chefe da linha, que não quis identificar-se, se deslocou ao local a fim de tentar pôr termo ao problema.

«Os comboios começarão a andar se desocuparem a linha, no entanto, há autocarros que asseguram o vosso transporte» justificava-se o chefe da linha.

«Disseram-nos que ia haver dez autocarros, mas só vimos quatro, que não chegam nem para metade da gente que aqui se encontra», afirmavam passageiros que hoje resolveram não deixar andar os comboios a partir da estação de Oeiras.

Contudo, os manifestantes protestavam não só contra a greve dos maquinistas mas também contra a falta de condições de segurança que os comboios da linha do Estoril apresentam, há já algum tempo.

Entretanto, no Cais do Sodré, os funcionários da CP diziam aos passageiros que queriam seguir na direcção de Cascais que os comboios estavam avariados em Oeiras, o que os manifestantes consideravam «falta de personalidade e corrupção».

(«A Capital», 22.01)

«Queixas antigas

Mas a onda de protesto ocorrida ontem, segundo alguns dos populares, não se baseia apenas na presente situação provocada pela greve parcial dos maquinistas. As queixas eram extensivas ao «mau tratamento recebido», diariamente, naquele meio de transporte e à indiferença que a administração da empresa tem mostrado face a tais realidades.

Já ao fim da tarde, um documento assinado por cerca de 250 pessoas, que se afirmam utentes da linha, reclama contra o «incumprimento dos horários e a inexistência das condições mínimas no serviço prestado pela empresa».

«Não temos culpa dos conflitos internos laborais na CP, por isso reclamamos deambas as partes uma solução que não prejudique os uten-

tes» acrescenta o abaixo-assinado.

Por seu turno, o Sindicato dos Maquinistas, contactado pelo DN, endossa «toda a responsabilidade», dos incidentes ontem ocorridos ao conselho de gerência da CP por não tentar «qualquer abertura» no sentido de serem reatadas negociações sobre o conflito laboral em causa.

O presidente do Sindicato, Castelo Lopes, adiantou que antes de sexta-feira, se a situação de impasse não se alterar, será marcada nova greve de duração maior do que a actual.

A nova paralisação será provavelmente do mesmo tipo, com quatro a quatro horas e meia de duração diária, mas prolongando-se por mais de dez dias.

O mesmo sindicalista disse ainda que a adesão à greve continua a ser da ordem dos cem por cento, afectando em 70 por cento o tráfego ferroviário, sendo o sector mais prejudicado o dos transportes de mercadorias.

Recorde-se que os maquinistas reivindicam uma correcção de salários de 1989 que tenha em conta a inflação registada, a diminuição da idade de reforma e a negociação do regulamento de carreiras.

(«Diário de Notícias», 23.01)

A repressão

Cerca das 13 e 45 chegam os primeiros efectivos policiais, que com alguma violência tentam «limpar» a via onde se encontravam muitas pessoas. Dos confrontos resultaram ferimentos num jovem, que foi agredido à bastonada.

As centenas de pessoas que se encontravam na estação assobiaram ruidosamente a atitude policial, chamando «assassinos» aos policiais.

«A nossa atitude é pacífica. Não queremos aqui a polícia, que cobardemente vem agredir as pessoas indefesas», gritava uma jovem indignada.

«Vocês não estão ao serviço do povo, estão ao serviço do Cavaco e do Governo. São uns cobardes», desabafava um homem na gare da estação, para onde convergiram algumas dezenas de policiais.

Foi então que quatro carrinhas com agentes do CI chegaram ao local, colocando-se estrategicamente numa rua secundária, que dá acesso à gare da estação. Durante alguns minutos, o jornalista pôde constatar que sob as ordens do coronel Governo Maia se combinava a estratégia de «tomada» da estação, para permitir a circulação dos comboios que estavam parados devido à acção dos populares.

O anúncio pelos altifalantes da gare de que a CP se «comprometia» a estudar uma solução para o caso mereceu o protesto generalizado dos populares, que continuavam a exigir a retirada da polícia.

Os elementos do CI irrompem então por uma porta lateral da estação, com o intuito de «limpar» a gare e a via férrea, para dar passagem ao comboio que se destinava a Cascais.

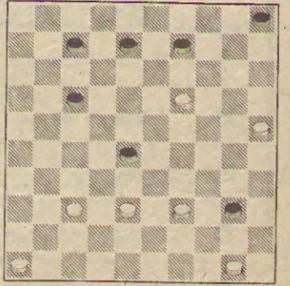
Surgem então os primeiros empurrões e bastonadas, e também os primeiros gritos de «fascistas» e a interrogação: «Isto é que é a democracia do Cavaco?».

(«o diário», 23.01)

Damas

CCXXXVIII - 25 de Janeiro de 1990
Proposição N.º 238
Por: Hune Éclair
1934

Pr. [7]: 5-7-8-9-17-28-40
Br. [7]: 19-25-37-38-39-46-50



Brancas jogam e ganham

◆◆◆

GOLPE N.º 238

Por: Ton Sijbrand

(Numa simultânea)

Pr. [15]: 2-3-8-9-10-11-13-15-16-

-18-18-21-23-25-26

Br. [15]: 27-28-32-34-35-36-37-

-38-40-42-43-44-45-

-47-48



Brancas jogam: ou fazem Dama,

ou abrem caminho para Dama,

ou +2

◆◆◆

Soluções do N.º CCXXXVIII

N.º 238 (H. É.): 50-44 e 39-33 e

34X4 = D e 4-10 (14-41, a me-

lhor!), 46X37 e 37-32 e 32-28 e

28-23 +2

Golpe N.º 238 (T. S.): 43-39

[ameaça Dama por: 27-22 e 38-

-33 e 37-31...] assim:

A - Pr. jogam: (10-14), mas

39-33 ameaça: 27-22 e 34-30 e

40X18 e 28X6...

B - Pr. jogam: (11-17), mas há

outro golpe por: 27-22 e 37-31 e

42X11 e 34-30 e 40-18 e 28X26

e +2.

A. de M. M.

Xadrez

CCXXXVIII - 25 de Janeiro de

1990

Proposição N.º 238/A

Por: Pierre Monréal & Henri des

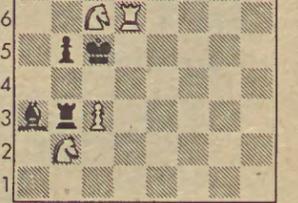
Marands

«Lettres Françaises», 1944

Pr.: [5]: Pb5-Bs.a3, a8-Tb3-Rc5

Br.: [6]: Pc3-Cs.b2, c6-Bb7-Td6-

-Rc7



Mate em 2 lances

*

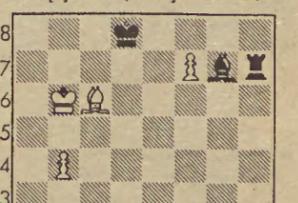
Proposição N.º 238/B

Por: A. Havasi

«L'Italia Scacchistica», 1921

Pr.: [4]: Ph2-Bg7-Th7-Rd8

Br.: [5]: Ps.b4, f7-Bc6-Th1-Rb6



Brancas jogam e ganham

**

Soluções do CCXXXVIII

N.º 238/A: (P.M.&H. des M.): Cha-

ve: 1. Cb4! (4 ameaças: 2.

Cbd3++/2. Ca6++/2. Td5++/2.

Tc6++)

1. B:b7; 2. Cbd3++ (1.ª Ameaça)

1. T:c3; 2. Ca6++ (2.ª Am.)

1. T ou B:b4; 2. Td5++ (3.ª A.)

1. T ou B: b2; 2. Tc6++ (4.ª A.)

N.º 238/B (A.H.): 1. f8=D, B:D; 2.

Té1, B67; 3. Ta1! e g.

A. de M. M.